										_					
			Controladora			Consolidado	<del></del> .			C	ontroladora			Consolidado	
							(Reapresentado)							Reapresentado) (	
	Nota	2013	2012	2011	2013	2012	2011		Nota	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Ativo								Passivo							
Circulante								Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	110.156	206,263	960.257	277.582	519.277	1.380.151	Fornecedores		3,473	3.849	1.298	331,216	115.261	154.476
Títulos e valores mobiliários	7	110.100	200.200	300.207	211.002	3.441	9.437	Empréstimos e financiamentos	16	1.562.211	924.352	106.286	2.408.142	1.819.974	994.608
Contas a receber	9				294.396	21.345	21.480	Débitos com controladas	15	1.002.211	3.859	724	2.400.142	1.010.014	304.000
Subsidios a receber - Conta Consumo de Combustível	9				30.802	17.561	4.828	Débitos com controladora	15		0.000			26.783	
Estoques	10				78.376	142.687	58.190	Débitos com outras partes relacionadas	15		2.664	3.210		3.989	3.697
Despesas antecipadas	10			151	9.825	19.351	13.272	Debentures	17	112	111	30.463	112	111	30.463
Impostos a recuperar	11	25.701	22.068	29.385	47.651	37.410	35.126	Impostos e contribuições a recolher	18	709	402	100	45,934	7.241	17.939
Ganhos com derivativos	19	4.171	3.018	19.289	4.171	3.018	36.445	Obrigações sociais e trabalhistas	10	8.424	3.288	4.386	16.770	9.863	16.246
Adiantamentos diversos	10	1.175	820	2.140	5.001	1.783	8.416	Perdas em operações com derivativos	19	0.424	3.200	4.000	10.770	22,951	27.580
Depósitos vinculados	8	38	35	56.727	38	35	61.844	Retenção contratual	13				84.789	77.374	127.965
Dividendos a receber	12	30	2.040	2.362	30	30	01.044	Participações nos lucros	10	4.990	8.726	11.242	8.148	20.633	19.177
Outros créditos	12		2.040	2.302			38	Dividendos a pagar	12	4.550	0.720	11.242	0.140	1,960	2.269
Outros cieutos		-	-	-	-	-	30	Outras obrigações	12	91	91	75	83.748	3.325	48.603
								Outras obligações	-	1.580.010	947.342	157.784	2.978.859	2.109.465	1.443.022
		141.241	234.244	1.070.310	747.842	765.908	1.629.227		-	1.000.010	341.042	137.704	2.370.003	2.105.400	1.440.022
Não circulante		141.241	234.244	1.070.310	141.042	/00.900	1.029.221								
Realizável a longo prazo								Não circulante							
Despesas antecipadas		841	841		2.905	8,494	1.964	Empréstimos e financiamentos	16	655.417	102.175		3.802.378	3.104.806	2.326.101
Despesas antecipadas  Denósitos vinculados	8	041	102.649	- 55	118.606	135.648	54.148	Debitos com outras partes relacionadas	15	34.489	102.173	3	3.002.370	430	2.320.101
Subsidios a receber - Conta Consumo de Combustível	9		102.048		110.000	24.617	24.617	Debêntures	17	5.239	4.954	1.403.152	5.239	4.954	1.403.152
Impostos a recuperar	11	7.215	9.598	35.585	14,614	24.017	24.617 82.689	Derivativos embutidos	17	5.239	4.904	62.003	5.239	4.904	62.003
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.213	114.400	88.680	302.327	305.548	248.862	Perdas em operações com derivativos	19			02.003		94.797	502.723
Mutuo com controladas e controladas em conjunto	15	909.327	505.976	29.883	191.968	134.926	240.002	Provisão para passivo a descoberto	12	8.087	18.418	11.035	9.286	19.840	502.725
Contas a receber com outras pessoas ligadas	15	217.337	1.134	29.003	218.680	1.134	8,436	Imposto de renda e contribução social diferidos	11	0.007	10.410	11.000	9.591	2.048	13,239
Contas a receber com controladas e controladas em conju	15	123.005	16.364	2.190	117.372	6.793	0.430	Provisão para desmantelamento	13	•	•		2.266	2.046	1.239
AFAC com controladas e controladas em conjunto	15	206.678	419.426	162.758	150	12.425		Outras provisões	13				2.200	2.110	1.026
Derivativos embutidos	17	200.076	419.420	102.730	130	479	411.121	Outras provisões		•	•	•			1.020
Outros créditos	17	2	413		60	413	411.121		-						
Outros creditos			<u> </u>	<u> </u>		<u> </u>	<u>_</u>			703.232	125.547	4 470 400	4.136.480	3.228.993	4.310.190
		1,464,405	1.170.867	319.756	966,682	654.098	832.516		-	703.232	125.547	1.476.193	4.136.480	3.228.993	4.310.190
		1.404.400	1.170.007	313.730	300.002	034.030	032.310	Patrimônio líquido							
								Capital social	21	4.532.313	3.731.734	2.042.014	4.532.313	3.731.734	2.042.014
Investimentos	12	3.130.978	2.215.107	1.538.331	941.853	833.955	431.695	Reservas de capital	23	350.514	321.904	274.625	350.514	321.904	274.625
investimentos	12	3.130.970	2.215.107	1.000.001	941.003	033.900	431.090	Ajustes de avaliação patrimonial	23 21	(53.284)	(119.067)	(71.670)	(53.284)	(119.067)	(71.670)
Imobilizado	13	12.634	19.343	21.641	6.819.454	5.570.399	3.962.979	Ajustes de avaliação parimonial Preiuízos acumulados	21	(2.360.800)	. ,	(927.169)	. ,	. ,	(970,897)
IIIIODIIIZAGO	13	12.034	19.343	21.041	0.019.404	5.570.389	3.902.919	Piejuizos acumulados	۷۱ -	(2.300.000)	(1.364.979)	(927.109)	(2.379.303)	(1.384.971)	(970.097)
Intangível	14	2.727	2.920	1.739	213.381	215.236	266.954	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.468.743	2.569.592	1.317.799	2.450.240	2.549.600	1.274.072
mang. O		2.72.	2.020	11100	210.001	210.200	200.001		-	2:100:110	2.000.002		2.100.210	2.010.000	1127 11072
								Participações de acionistas não controladores	-	<u> </u>			123.633	151.538	96.086
								Total do patrimônio líquido		2.468.743	2.569.592	1.317.799	2.573.873	2.701.139	1.370.158
									-						
		4.751.985	3.642.481	2.951,777	9.689.212	8.039.596	7.123.370			4.751.985	3.642.481	2.951.777	9.689.212	8.039.596	7.123.370
		4.101.300	J.042.401	2.001.111	3.003.212	0.000.000	1.120.010		•	4.101.300	3.042.401	2.331.111	3.003.212	0.000.000	1.120.010

	_	Controla	dora	Cons	olidado
	Nota	2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)
Receita de venda de bens e/ou serviços	24	-	-	1.438.831	48.786
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	25	<u> </u>	<u> </u>	(1.507.047)	(50.949)
Resultado bruto	_	<u> </u>		(68.216)	(2.163)
Despesas/Receitas operacionais	25	(607.282)	(398.826)	(358.957)	(404.708)
Gerais e Administrativas		(123.701)	(154.317)	(167.261)	(231.026)
Pessoal e administradores		(67.579)	(78.347)	(79.762)	(111.440)
Outras despesas		(7.908)	(6.391)	(12.323)	(12.411)
Serviços de Terceiros		(40.401)	(59.983)	(64.803)	(92.139)
Depreciação e Amortização		(2.280)	(1.535)	(3.125)	(2.788)
Arrendamentos e Aluguéis		(5.533)	(8.061)	(7.248)	(12.248)
Outras receitas operacionais		1.096	1	4.424	1.208
Outras despesas operacionais		(15.498)	(14.390)	(43.108)	(16.787)
Passivo a Descoberto		(8.272)	(14.362)	(7.717)	(14.671)
Perdas na alienação de bens		(7.229)	(30)	(7.231)	(879)
Provisão para perda em Investimento		3	2	(23)	(1.237)
Baixa de Subsídio CCC		-	-	(24.617)	-
Outros		-	-	(3.520)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	(469.179)	(230.120)	(153.012)	(158.103)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sob	ore o lucro	(607.282)	(398.826)	(427.173)	(406.871)
Resultado financeiro	26	(220.773)	(62.096)	(506.096)	(90.459)
Receitas financeiras	_	112.823	142.842	88.513	(249.822)
Variação Cambial Positiva	_	12.528	3.205	15.346	25.086
Valor Justo Debêntures		(479)	62.482	(479)	62.482
Aplicação Financeira		94.632	65.324	63.707	76.599
Instrumentos financeiros derivativos		2.728	5.592	2.728	(422.684)
Outras Receitas financeiras		3.414	6.239	7.211	8.695
Despesas financeiras	_	(333.596)	(204.938)	(594.609)	159.363
Variação Cambial Negativa	_	(27.625)	(1.561)	(33.745)	(16.479)
Instrumentos financeiros derivativos		(6.142)	(4.156)	(3.339)	398.638
Juros/Custos Debêntures		(786)	(130.864)	(786)	(130.863)
Valor Justo Debêntures		-	-	-	-
Encargos de Dívidas		(147.857)	(46.230)	(364.832)	(47.248)
Assessoria Financeira		(82.372)	-	(123.093)	-
Outras Despesas financeiras		(68.814)	(22.127)	(68.814)	(44.685)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	<del>-</del>	(828.055)	(460.922)	(933.269)	(497.330)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	18	(114.400)	25.720	(11.152)	62.876
Corrente	_	(114.400)	25.720	(3.744)	(1.921)
Diferido		(114.400)	25.720	(7.408)	64.797
Resultado Líquido do Exercício	<u>-</u>	(942.455)	(435.202)	(944.421)	(434.454)
Problém de conselete	_	(0.40, 455)	(405.000)	- (0.44, 404)	- (404, 454)
Prejuízo do exercício	_	(942.455)	(435.202)	(944.421)	(434.454)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	_	(942.455)	(435.202)	(942.455)	(435.202)
Atribuído a Sócios Não Controladores	_	-	-	(1.966)	748
				-	-
Prejuízo por Ação				-	-
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	22	(3,51822)	(1,66578)	(3,52556)	(0,75263)

	Contro	ladora	Consolidado			
				(Reapresentado)		
	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012		
Prejuízo do exercício	(942.455)	(435.202)	(944.421)	(434.454)		
Ajustes Acumulados de Conversão	(1.038)	(96.626)	(1.038)	(96.626)		
Ajustes de Avaliação Patrimonial:	11.379	(4.137)	11.379	(4.137)		
Parcela efetiva das mudanças na valor justo dos hedges de fluxo de caixa - hedge accounting	17.240	(6.268)	17.240	(6.268)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - hedge accounting	(5.862)	2.131	(5.862)	2.131		
Resultado abrangente total	(932.114)	(535.965)	(934.081)	(535.217)		
Resultado Abrangente do Exercício	(932.114)	(535.965)	(1.006.335)	(481.851)		
Acionistas não controladores	-	-	(1.966)	748		
Acionistas controladores	(932.114)	(535.965)	(1.004.369)	(482.599)		
Resultado abrangente total	(932.114)	(535.965)	(1.006.335)	(481.851)		

	Control	Controladora		lidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	(Reapresentado 31/12/2012
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo antes dos Impostos	(828.055)	(460.922)	(933.269)	(497.330)
Ajustes para reconciliar o prejuízo aos fluxos de caixa das atividades	(828.033)	(400.922)	(933.209)	(497.330)
Depreciação e amortização	2.280	1.535	146.539	8.811
Operações com instrumentos financeiros derivativos Opções de ações outorgadas	3.414 28.610	(4.031) 47.279	611 28.610	24.046 47.279
Provisão para desmantelamento	20.010	47.279	149	-
Resultado de equivalência patrimonial	469.179	230.120	153.012	158.103
Provisão para passivo a descoberto Provisão para perda em investimento	8.272 (3)	14.363 (2)	7.717 23	14.671 1.237
Juros/ Custos Debêntures	786	130.864	786	130.864
Derivativos embutidos	479	(62.482)	479	(62.475)
Juros empréstimos e partes relacionadas Baixa de Subisídio CCC	147.857	46.230	364.832 24.617	47.248
Outros	7.224	-	-	-
	(159.957)	(57.045)	(205.894)	(127.546)
Variações nos ativos e passivos Adiantamentos Diversos	(359)	1.318	(2.240)	6.633
Despesas Antecipadas	(359)	(635)	(3.218) 15.115	(12.609)
Contas a Receber	-	`- ´	(273.051)	135
Impostos a Recuperar / Recolher Estoques	(1.249)	33.304	(821) 64.311	56.371 (84.497)
Impostos, taxas e contribuições	307	302	38.693	(10.697)
Fornecedores	(375)	2.551	215.956	(39.216)
Provisões e encargos trabalhistas	5.136 0	(1.098) 16	6.908 80.423	(6.266)
Contas a pagar Subsídios a receber - CCC	-	-	(13.241)	(45.396) (12.732)
Débitos/ Créditos partes relacionadas	(275.232)	(6.407)	(24.824)	1.231
Pagamento encargos financeiros Outros Ativos e Passivos	(144.091)	(12.556)	(360.199)	(150.795)
Outros Ativos e Passivos	(21.299)	(9.496)	(51.027)	(30.284)
	(437.162)	7.299	(304.975)	(328.122)
Caixa líquido aplicado nas atividades opercionais	(597.119)	(49.746)	(510.869)	(455.668)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.602)	(417)	(1.275.962)	(1.159.848)
Aporte de Capital / AFAC em investimentos Titulos e valores mobiliários	(1.180.570)	(1.213.568)	(260.087) 3.440	(537.456) 5.996
Mútuo com partes relacionadas	(403.351)	(481.803)	(57.042)	(134.245)
Dividendos a receber	2.040	322	-	(310)
Depósitos vinculados	102.647	(45.958)	17.040	(19.691)
	(1.481.836)	(1.741.423)	(1.572.611)	(1.845.553)
C Captação de empréstimos e financiamentos	2.117.335	886.567	2.562.932	2.064.982
Pagamento de principal	(930.000)	-	(1.399.752)	(762.889)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Ganho (perda) com instrumentos financeiros liquidados	(4.567)	20.302	(119.512)	7.948
Aumento de capital	800.579	2.431.907	800.579	1.689.720
Dividendos a pagar	-	- (740 407)	(1.961)	
Ajuste Cisão CCX Carvão da Colômbia Liquidação de debêntures	(500)	(742.187) (1.559.414)	(500)	(1.559.414)
	1.982.847	1.037.175	1.841.786	1.440.347
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(96.107)	(753.995)	(241.694)	(860.874)
A.N.s. infete de consulfaio	000 000	000 050	E40 077	4.000.151
A No início do exercício No final do exercício	206.263 110.156	960.258 206.263	519.277 277.583	1.380.151 519.277
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa				
•	(96.107)	(753.995)	(241.694)	(860.874)

				Controlac	lora		
		Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reservas de Lucro	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	Notas	2.042.014	274.625		(71.670)	(927.169)	1.317.800
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(435.202)	(435.202)
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes conversão do exercício	12	-	-	-	(32.439)	-	(32.439)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	18	-	-	-	(4.137)	-	(4.137)
Transações com acionistas:							
Aumento de capital	20	2.431.907	-	-	-	-	2.431.907
Opções de ação outorgadas pela Companhia	22	-	-	-		-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	22	-	47.279	-		-	47.279
Ajuste Diferido - JV		-	-	-	-	(5.453)	(5.453)
Ajuste Cisão CCX Carvão - Colombia	12	(742.187)	-	-	42.545	(50.521)	(750.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		3.731.734	321.904		(65.701)	(1.418.345)	2.569.592
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(942.455)	(942.455)
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes conversão do exercício	12	-	-	-	1.038		1.038
Ajustes de Instrumentos Financeiros	18	-	-	-	11.379	-	11.379
Transações com acionistas:							
Aumento de capital	20	800.579	-	-	-	-	800.579
Opções de ação outorgadas pela Companhia	22	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	22	-	28.610	-	-	-	28.610
Ajuste Diferido - JV						-	-
Ajuste Cisão CCX Carvão - Colombia	12	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		4.532.313	350.514		(53.284)	(2.360.800)	2.468.743

		Consolidado						
		Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	Nota	2.042.014	274.625	(71.670)	(970.896)	1.274.073	96.086	1.370.159
(Reapresentado)								
Prejuízo do exercício:		-	-	-	(435.202)	(435.202)	748	(434.454)
Outros resultados abrangentes:								
Ajustes conversão do exercício	12	-	-	(43.260)	658	(42.602)	-	(42.602)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	18	-	-	(4.137)	-	(4.137)	-	(4.137)
Participação Acionista Não Controlador		-	-	-	-	-	54.704	54.704
Transações de Capitais com Sócios:								
Aumento de capital	20	1.689.720				1.689.720	-	1.689.720
Opções de ação outorgadas pela Companhia	22	-	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	22	-	47.279	-	-	47.279		47.279
Ajuste Cisão CCX Carvão - Colombia	12	-	-	(53.366)	56.211	2.845	-	2.845
Ajuste Ativo Diferido		-	-	-	17.624	17.624		17.624
Saldo em 31 de dezembro 2012		3.731.734	321.904	(172.433)	(1.331.605)	2.549.600	151.538	2.701.138
Prejuízo do exercício:		-	-	-	(942.455)	(942.455)	(1.966)	(944.421)
Outros resultados abrangentes:								
Ajustes conversão do exercício	12	-	-	1.038		1.038	-	1.038
Ajustes de Instrumentos Financeiros	18	-	-	11.379 -	-	11.379 -	-	11.379
Transações de Capitais com Sócios:								
Aumento de capital	20	800.579				800.579	-	800.579
Opções de ação outorgadas pela Companhia	22	-	-	-	-	-	-	-
Opções de ação outorgadas pelo acionista controlador	22	-	28.610	-	-	28.610	(05.055)	28.610
Participação acionista não controlador		-	-	-	-	-	(25.938)	(25.938)
Ajuste Ativo Diferido		-	-	-	1.489	1.489		1.489
Saldo em 31 de dezembro 2013		4.532.313	350.514	(160.016)	(2.272.571)	2.450.240	123.634	2.573.874

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	(Reapresentado) 31/12/2012	
Receitas			2.686.031	1.604.487	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	<del></del>	<del></del>	1.438.831	48.786	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	1.247.200	1.555.701	
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(45.220)	(65.848)	(1.213.964)	(142.567)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.220)	(65.848)	(1.213.964)	(142.567)	
Valor Adicionado Bruto	(45.220)	(65.848)	1.472.067	1.461.920	
	(2.280)	(1.535)	(146.539)	(8.811)	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.280)	(1.535)	(146.539)	(8.811)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	(47.500)	(67.383)	1.325.528	1.453.109	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(377.153)	(104.844)	(122.925)	(449.782)	
Resultado de equivalência patrimonial	(469.179)	(230.120)	(153.012)	(158.103)	
Receitas financeiras	100.295	139.637	73.167	(274.909)	
Outros	(8.269)	(14.361)	(43.080)	(16.770)	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	
Provisão perda em Investimento	3	2	(23)	(1.237)	
Provisão para passivo a descoberto	(8.272)	(14.363)	(7.717)	(14.672)	
Perdas na alienação de bens Outros	-	-	(7.203) (28.137)	(861)	
Valor Adicionado Total a Distribuir	(424.653)	(172.227)	1.202.603	1.003.327	
Distribuição do valor adicionado	(424.653)	(172.227)	12.426.603	1.003.327	
Pessoal	67.579	78.346	120.553	115.441	
Remuneração direta	46.638	57.788	61.977	64.803	
Benefícios	11.487	13.446	33.971	33.279	
FGTS e Contribuições	9.454	7.112	24.605	17.359	
Outros	-	-	-	-	
Impostos, Taxas e Contribuições	117.004	(25.624)	14.411	(61.959)	
Federais Estaduais	117.004	(25.624)	14.411	(61.959)	
			40.000.000		
Remuneração de Capitais de Terceiros	333.219	210.253	13.236.060	1.384.299	
Juros	786 5 533	130.863	786	130.863	
Aluguéis Outros	5.533	8.061 71.329	172.152 13.063.122	13.046	
Perdas em operações com derivativos	326.900			1.240.390	
Adiantamentos a fornecedores	6.142	1.561	3.339 12.471.201	(398.638) 1.555.702	
Seguros	486	430	17.841	1.555.702	
Variação cambial	15.097	952	18.399	(8.607)	
Despesas Financeiras	305.175	68.386	552.342	90.734	
Remuneração de Capitais de Próprios	(942.455)	(435.202)	(944.421)	(434.454)	
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(942.455)	(435.202)	(942.455)	(435.202)	
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.966)	748	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 1 Contexto operacional

A MPX Energia S.A.("Companhia") foi constituída em 25 de abril de 2001 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovado a alteração da razão social da Companhia, que passa a ser denominada de Eneva S.A.

Seu plano de negócios prevê como atividade principal a geração de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis. A Companhia possui um *portfólio* diversificado de projetos com usinas termelétricas no Brasil , além de projetos relacionados a fontes renováveis, como a energia solar e eólica. A fim de integrar suas operações a Companhia também é acionista de um projeto de produção e exploração de gás natural no Brasil, que fornece gás para as usinas em que foram construídos pela empresa no Maranhão.

Sua atuação é realizada através da participação, como sócia-quotista ou acionista, no capital social de empresas que desenvolvem tais projetos, sendo alguns desenvolvidos em parceria com outros agentes do setor de energia. Os recursos para os projetos foram obtidos basicamente pela captação efetuada através da Oferta Pública de Ações da Companhia, realizada em 14 de dezembro de 2007 e em 11 de janeiro de 2008 (lote suplementar), no montante total de R\$ 2.035.410, bem como por financiamentos e pela emissão de 21.735.744 debêntures conversíveis em ações, realizada em 15 de junho de 2011, no montante de R\$ 1.376.527. Em de 24 de maio de 2012, foram convertidas 21.653.300 debêntures, gerando a emissão de 33.255.219 novas ações, em decorrência do processo de reestruturação societária implementado pela Companhia.

Em 28 de março de 2013 o acionista controlador da MPX Energia S.A., o Sr. Eike Fuhrken Batista, celebrou junto a E.ON SE um acordo de investimento que previa os seguintes eventos:

- (a) Em 29 de maio de 2013 a E.ON adquiriu ações de emissão da Companhia detidas por Eike Batista representativas de aproximadamente 24,5% do capital social.
- (b) Na data de aquisição das ações da , E.ON e Eike Batista celebraram um acordo de acionistas, que regulou o exercício dos direitos de voto e restricões às transferências de acões detidas por eles.
- (c) Em agosto de 2013 foi concluído o aumento de capital privado deaproximadamente R\$ 800 milhões, com preço de subscrição fixado em R\$ 6,45 por ação.
- (d) Posteriormente será submetida à aprovação dos acionista a incorporação pela Companhia,pelo valor patrimonial, da ENEVA Participações S.A., *joint venture* entre a Companhia e a EON ("JV").

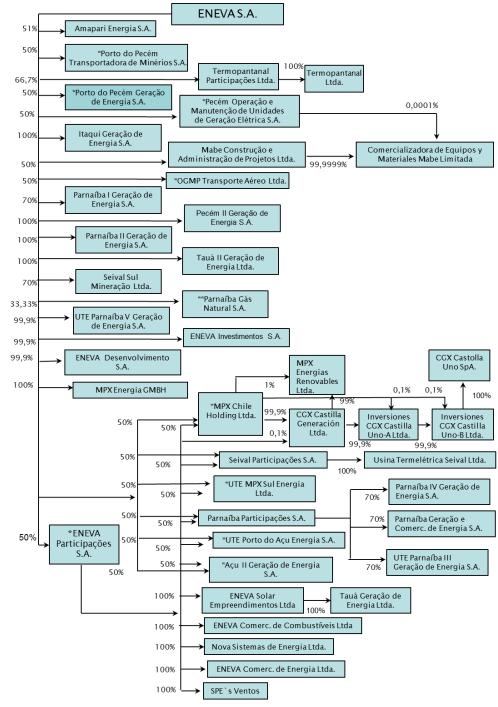
Em 31 de dezembro de 2013, conforme quadro apresentado a seguir, o grupo econômico ("Grupo" ou "Companhia") inclui a Companhia e suas participações societárias em coligadas, controladas diretas e indiretas, em controladas em conjunto, e no Fundo de Investimento Multimercado MPX 63. As empresas que já se encontram em fase operacional são (para maiores detalhes das controladas, ver Nota 12):

- Parnaíba I Geração de Energia S.A.;
- Porto do Pecém Geração de Energia S.A.;
- Pecém II Geração de Energia S.A.;
- Itaqui Geração de Energia S.A.,;
- Amapari Energia S.A.:
- ENEVA Comercializadora de Energia Ltda.,
- ENEVA Comercializadora de Combustíveis Ltda.,

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- Tauá Geração de Energia Ltda;
- Parnaíba III Geração de Energia S.A.; e
- Parnaíba IV Geração de Energia S.A.



<sup>\*</sup> Controlada em conjunto.

<sup>\*\*</sup> Coligada.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vem efetuando os investimentos necessários para a finalização dos empreendimentos incluídos no seu portifólio e subsequente início da operação comercial dos respectivos empreendimentos.

A Companhia adquiriu dívida de curto prazo para financiar suas atividades durante 2012 e 2013. A partir de 31 de dezembro de 2013 os empréstimos consolidados com vencimento nos próximos 12 meses podem ser resumidas como segue:

- Entre 6 e 9 meses: R\$ 101 milhões.
- Entre 9 e 12 meses: R\$ 1.433 milhões.

As captações de dívida de curto prazo, abertas em dezembro de 2013, tiveram o objetivo de financiar parte dos investimentos realizados, bem como atender as demandas de capital de giro. Ademais, a Companhia continua trabalhando para liquidação parcial e rolagem para longo prazo das dívidas de curto prazo e considera, principalmente, os seguintes eventos no seu plano de negócios:

- Captação de dívida de longo prazo na Parnaíba II, em 2014 no montante total de R\$ 960 milhões.
- Captação de dívida de longo prazo nas Panaíba III e IV no montante total de R\$ 270 milhões.
- Possibilidade de realavancagem dos projetos em operação Pecém II Geração de Energia e Itaqui Geração de Energia S.A., através da emissão de debêntures no montante total de R\$ 650 milhões.
- Alongamento da dívida de curto prazo do projeto em operação Parnaíba Geração de Energia no montante total de R\$ 125 milhões.

Adicionalmente a realavancagem de alguns projetos, como descrito acima, a Companhia está analisando medidas potenciais para reforçar a estrutura de capital e criar os fundamentos necessários para permitir uma redução significativa de sua alavancagem.

#### 2 Licenças e autorizações

A ENEVA tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas investidas possuem as seguintes licenças e autorizações de natureza ambiental:

<u>Titular</u>	Empreendimentos	Licenças	Validade
ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO ITAQUI	LO 1.101/2012	26.10.2017
	LINHA DE TRANSMISSÃO	LO 1.061/2011	16.12.2017
PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO PECEM I	LO 1.062/2012	28.12.2015
	LINHA DE TRASMISSÃO PECEM I	LO 889/2012	26.09.2015
PECÉM II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO PECÉM II	LO 09/2013	08.02.2016
,	LINHA DE TRASMISSÃO PECÉM II	LO 108/2013	17.07.2016
AMAPARI ENERGIA S.A.	UTE SERRA DO NAVIO (incluindo LT)	LO 172/2013	25.03.2016
	USINA SOLAR TAUÁ 1MW - (incluindo LT)	LO 133/2012*	28.02.2014
TAUÁ GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	USINA SOLAR TAUÁ 4MW	LI 15/2012*	05.03.2014
,	USINA SOLAR TAUÁ (45MW)	LP 253/2012	15.08.2015
PARNAÍBA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	MARANHÃO IV E V	LO 559/2012	20.12.2016
PARNAÍBA II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	MARANHÃO III	LI 274/2011*	27.12.2013
PARNAÍBA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	MARANHÃO IV E V (fechamento ciclo)	LI 273/2011*	05.12.2013
ENEVA S.A.	MCE NOVA VENECIA 2	LO 336/2013	23.09.2017
ENEVA S.A.	UTE PARNAIBA I	LI 111/2012*	09.05.2013
ENEVA S.A.	UTE PARNAÍBA II	LI 003/12*	11.11.2013
PARNAÍBA IV GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	PARNAÍBA IV	LO 415/2013	25.11.2017
UTE PORTO DO AÇU ENERGIA S.A.	UTE PORTO DO AÇU II	LP IN 15964*	01.03.2013
	LINHA DE TRANSMISSÃO	LI IN 019365	24.04.2015
AÇU III GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	EÓLICA MARAVILHA	LI IN 000208*	22.05.2012
ENEVA S.A.	UTE MPX SUL	LP 332/2009*	22.12.2012

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Titular	Empreendimentos	Licenças	Validade
SUL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	DADDACEM MDV CIII	I.D.( 04 /0040*	04.0=.0040
	BARRAGEM MPX SUL	LP 601/2010*	21.05.2012
SEIVAL GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	UTE SEIVAL	LI 589/2009*	17.02.2014
SEIVAL SUL MINERAÇÃO LTDA.	MINA DO SEIVAL	LO Nº 9221/2009*	20.10.2013
CENTRAL EÓLICA MORADA NOVA LTDA.	CGE MORADA NOVA	LP 0010/2012	10.08.2014
CENTRAL EÓLICA SÃO FRANCISCO LTDA.	CGE SÃO FRANCISCO	LP 0083/2012	10.08.2014
CENTRAL EÓLICA MILAGRES LTDA.	CGE MILAGRES	LP 0084/2012	10.08.2014
CENTRAL EÓLICA SANTA LUZIA LTDA.	CGE SANTA LUZIA	LP 0085/2012	10.08.2014
CENTRAL EÓLICA PEDRA VERMELHA I LTDA.	CGE PEDRA VERMELHA I	LP 0090/2012	10.08.2014
CENTRAL EÓLICA ASA BRANCA LTDA.	CGE ASA BRANCA	LP 0091/2012	10.08.2014
CENTRAL EÓLICA SANTO EXPEDITO LTDA.	CGE SANTO EXPEDITO	LP 0092/2012	10.08.2014
CENTRAL EÓLICA PEDRA VERMELHA II LTDA.	CGE PEDRA VERMELHA II	LP 0093/2012	10.08.2014
CENTAL EÓLICA PAU D´ARCO LTDA	CGE PAU D'ARCO	LP 0184/2013	26.04.2015
CENTAL EÓLICA PEDRA ROSADA LTDA	CGE PEDRA ROSADA	LP 0187/2013	02.05.2015
CENTRAL EÓLICA PAU BRANCO LTDA	CGE PAU BRANCO	LP 0189/2013	10.05.2015
CENTRAL EÓLICA ALGAROBA LTDA	CGE ALGAROBA	LP 0186/2013	06.05.2015
CENTRAL EÓLICA UBAEIRA I LTDA	CGE UBAEIRA I	LP 0188/2013	10.05.2015
CENTRAL EÓLICA UBAEIRA II LTDA	CGE UBAEIRA II	LP 0185/2013	06.05.2015
CENTRAL EÓLICA SANTA BENVINDA I LTDA	CGE SANTA BENVINDA I	LP 0183/2013	23.05.2015
CENTRAL EÓLICA SANTA BENVINDA II LTDA	CGE SANTA BENVINDA II	LP 0191/2013	10.05.2015
CENTRAL EÓLICA BOA VISTA I LTDA	CGE BOA VISTA I	LP 0268/2013	18.06.2015
CENTRAL EÓLICA BOA VISTA II LTDA	CGE BOA VISTA II	LP 0270/2013	18.06.2015
CENTRAL EÓLICA BONSUCESSO LTDA	CGE BONSUCESSO	LP 0271/2013	18.06.2015
CENTRAL EÓLICA PEDRA BRANCA LTDA	CGE PEDRA BRANCA	LP 0269/2013	18.06.2015

(\*) A renovação dessas licenças ambientais foi requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, prorrogando - as automaticamente até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. (Lei Complementar 140/2011, art. 14, § 4°).

#### 3 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, ajustado ao valor de realização quando aplicável, com exceção de determinados instrumentos financeiros mantidos a valor justo, incluindo instrumentos derivativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

#### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### (b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - *impairment*. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$ 26.192, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao ativo diferido seu e das controladas naquela data. Consequentemente, a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os patrimônios líquidos individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2013 é:

Patrimônio líquido - Controladora Ativo diferido - Lei nº 11.941/09	2.468.743 (18.50 <u>3</u> )
Patrimônio líquido - Atribuível aos controladores	2.450.240

2012

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2013.

#### (c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para a Comapanhia.

- (i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. Os impactos dessa adoção nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 4.
- (ii) CPC 36 (R3)/IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 4.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (iii) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- CPC 45/IFRS 12 "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de (iv) divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos de entidades-veículo não registradas no balanco.
- CPC 46/IFRS 13 "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir (v) a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas na nota 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### Resumo das principais políticas contábeis 4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### Consolidação 4.1

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente) e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas abaixo:

Participação Controladora

#### 2013 2012 Controladas diretas e indireta (consolidadas) Pecém II Geração de Energia S.A. 100,00% 99,70% Itaqui Geração de Energia S.A. 100,00% 100,00% Amapari Energia S.A. 51,00% 51,00% Seival Sul Mineração Ltda. 70,00% 70,00% Termopantanal Participações Ltda. 66,67% 66,67% Parnaíba Geração de Energia S.A. 70,00% 70,00% Parnaíba II Geração de Energia S.A. 100,00% 100,00% Parnaíba V Geração de Energia S.A. 99,99% 99,99% Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. 70,00% ENEVA Investimentos S.A. 99,99% 99,99% ENEVA Desenvolvimento S.A. 99,99% 99,99% Tauá II Geração de Energia Ltda. 100,00% 100,00% Fundos exclusivos: Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 63 100,00% 100,00% Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado MPX 100,00% 100,00%

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas ligadas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### (b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### (c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### (d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 4.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Comapanhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### 4.3 Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. A moeda funcional da controlada em conjunto MPX Chile Holding Ltda é o Peso chileno (MPX Chile Holding Ltda.), em função de seu plano de negócios, ambiente econômico e, principalmente, em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

#### (c) Empresas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da MPX Chile Holding Ltda (a qual não é moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido emoperações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

#### 4.5 Ativos financeiros

#### 4.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

#### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

#### 4.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 4.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 4.5.4 Impairment de ativos financeiros

#### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 4.5.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 18. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

#### (a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Receita ou despesa financeira".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Receita ou despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira".

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### (b) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira".

#### 4.5.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

#### 4.5.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

#### 4.5.8 Ativos intangíveis

#### (a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos os encargos de amortização e as perdas acumuladas por impairment. O prazo de amortização do ágio é o período de autorização da planta. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

#### (b) Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e possuem vida útil finita, são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor de recuperável, quando aplicável. Os outros ativos intangível estão representados, principalmente por outorgas de contratos de geração de energia adquiridos de terceiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### 4.5.9 Imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. *Software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 4.5.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos lucros levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### 4.5.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo

amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 4.5.12 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 4.5.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seia pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 4.5.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 4.5.15 Benefícios a empregados

#### (a) Remuneração com base em ações

A Companhia opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal), quando as opções são exercidas.

### (b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

### 4.5.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### 4.5.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### (a) Venda de energia

A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixa e parcela variável de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS.

#### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### 4.5.18 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

# 4.5.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 4.5.20 Subvenção da Conta de Consumo de Combustível - CCC

Esta subvenção tem por objetivo cobrir parte dos elevados custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, cujos recursos são provenientes da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Corresponde a uma receita de subvenção recebida referente ao combustível requisitado e pago por conta da CCC.

## 4.5.21 Mudança nas políticas contábeis e reapresentação das cifras comparativas

As mudanças nas políticas contábeis impactaram as demonstrações financeiras consolidadas, requerendo a reapresentação das cifras comparativas, conforme determinado pelo IAS 8. Os principais ajustes efetuados e os impactos sobre as demonstrações financeiras dos períodos apresentados estão demonstrados a seguir:

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### Desconsolidação proporcional (a)

A Companhia possui controle conjunto sobre o investimento de 50% detido nas empresas demonstradas em nosso organograma apresentado na nota no.1. Devido ao fato das partes do acordo terem direito aos ativos líquidos da empresa, esse acordo foi classificado como joint venture e, dessa forma, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Anteriormente, os investimentos eram consolidados proporcionalmente.

Abaixo quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos reapresentados nestas demonstrações financeiras:

Ativo         Circulante         Sp0.469         (7.192)         519.45           Circulante         3.441         3.3           Cintas a equivalentes de caixa         590.469         (7.192)         519.45           Titulos e valores mobiliários         3.441         (130.769)         21.5           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         17.561         17.7           Estoques         211.718         (69.031)         142.6           Despesas antecipadas         40.462         (21.111)         19.           Impostos a receuperar         57.438         (20.028)         37.4           Ganhos com derivativos         3.018         3.0         3.0           Adiantamentos diversos         20.267         (18.484)         1.7           Depósitos vinculados         4.237         (4.202)         765.9           Dividendos a receber         3         (3)         765.9           Não circulante         8.705         (211)         8.4           Realizável a longo prazo         8.705         (211)         8.4           Despesas antecipadas         8.705         (211)         8.4           Depósitos vinculados         137.71         (2.069)         135.6 <t< th=""><th></th><th></th><th></th><th>Consolidado</th></t<>				Consolidado
Ativo         Circulante         Sp0.469         (71.192)         150.20           Caixa e equivalentes de caixa         590.469         (71.192)         519.20           Titulos e valores mobiliários         3.441         (130.769)         21.3           Contas a receber         152.114         (130.769)         21.5           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         17.561         17.561           Estoques         211.718         (69.031)         142.6           Despesas antecipadas         40.462         (21.111)         19.2           Impostos a recuperar         3.018         20.267         (18.484)         1.7           Ganhos com derivativos         3.018         18.484         1.7           Depósitos vinculados         20.267         (18.484)         1.7           Depósitos vinculados         3.018         (33.4820)         765.0           Não circulante         11.00.728         (334.820)         765.0           Não circulante         8.705         (211)         8.2           Realizável a longo prazo         2.24         2.24         2.24           Despesas antecipadas         8.705         (211)         8.2           Subsidios a receber - conta consumo de combustível				2012
Circulante         590.469         (71.192)         519.26           Cixa e equivalentes de caixa         590.469         (71.192)         519.27           Títulos e valores mobiliários         3.441         (30.769)         21.5           Contas a receber         152.114         (130.769)         21.5           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         17.561         17.2           Estoques         211.718         (69.031)         14.2           Despesas antecipadas         40.462         (21.111)         19.3           Impostos a recuperar         57.438         (20.028)         37.4           Ganhos com derivativos         3.018         3.0         3.0           Adiantamentos diversos         20.267         (18.484)         1.7           Dejósitos vinculados         4.237         (4.202)         1.7           Dividendos a receber         3         (3)         3           Outros créditos         3         (3)         3         4.2           Não circulante         8         (33.4820)         765.9           Não circulante         8         (33.717)         (2.069)         135.6           Realizável a longo prazo         2         (21.1         8.2			Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa       590.469       (71.192)       519.25         Títulos e valores mobiliários       3.441       3.4         Contas a receber - conta consumo de combustível       152.114       (130.769)       21.7         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       17.761       17.7         Estoques       211.718       (69.031)       142.6         Despessas antecipadas       40.462       (21.111)       19.7         Impostos a recuperar       57.438       (20.028)       37.7         Ganhos com derivativos       3.018       3.0         Adiantamentos diversos       20.267       (18.484)       1.7         Depósitos vinculados       4.237       (4.202)         Dividendos a receber       3       (3)       765.9         Não circulante       8.705       (211)       8.2         Realizável a longo prazo       8.705       (211)       8.2         Depósitos vinculados       137.717       (2.069)       135.6         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       24.617       24.4         Imposto de renda e contribuição social diferidos       45.123       (150.575)       305.5         Mutuo com coligadas       3.59       134.567       134.6 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>				
Títulos e valores mobiliários       3.441       (130.769)       21.5         Contas a receber       152.114       (130.769)       21.5         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       17.561       17.7         Estoques       211.718       (69.031)       142.6         Despesas antecipadas       40.462       (21.111)       19.         Impostos a recuperar       57.438       (20.028)       37.2         Ganhos com derivativos       3.018       3.03       3.0         Adiantamentos diversos       20.267       (18.484)       1.7         Depósitos vinculados       4.237       (4.202)       1.7         Dividendos a receber       3       (3)       3.0         Outros créditos       3       (3)       3.0       3.0         Não circulante       8       8.705       (211)       8.2         Realizável a longo prazo       137.717       (2.069)       135.6         Despesas antecipadas       8.705       (211)       8.2         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       24.617       24.617       24.617         Imposto a recuperar       34.709       (10.675)       24.0         Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contas a receber   152.114   (130.769)   21.5     Subsidios a receber - conta consumo de combustível   17.561   17.5     Estoques   211.718   (69.031)   142.6     Despesas antecipadas   40.462   (21.111)   19.5     Impostos a recuperar   57.438   (20.028)   37.2     Ganhos com derivativos   3.018   3.0     Adiantamentos diversos   20.267   (18.484)   1.7     Depósitos vinculados   4.237   (4.202)     Dividendos a receber   0utros créditos   3   (3)     Não circulante   Realizável a longo prazo   2.5     Despesas antecipadas   8.705   (211)   8.2     Depósitos vinculados   137.717   (2.069)   135.6     Subsidios a receber - conta consumo de combustível   24.617   24.617     Imposto a recuperar   34.709   (10.675)   24.6     Imposto a recuperar   34.709   (10.675)   305.5     Mutto com coligadas   3.59   134.567   134.6     Contas a receber com outras pessoas ligadas   8.575   (7.441)   1.1     Contas a receber com coligadas   3.732   3.061   6.7     Adiantamentos para futuro aumento de capital   12.425   12.4     com coligadas   12.425   12.4     Con coligadas   12.425   12.4			(71.192)	519.277
Subsidios a receber - conta consumo de combustível   17.561   17				3.441
Estoques         211.718         (69.031)         142.62           Despesas antecipadas         40.462         (21.111)         19.1           Impostos a recuperar         57.438         (20.028)         37.4           Ganhos com derivativos         3.018         3.0           Adiantamentos diversos         20.267         (18.484)         1.7           Depósitos vinculados         4.237         (4.202)           Dividendos a receber         3         (3)           Outros créditos         3         (3)           Não circulante         8.705         (211)         8.4           Realizável a longo prazo         8.705         (211)         8.4           Despesas antecipadas         8.705         (211)         8.4           Depósitos vinculados         137.717         (2.069)         135.6           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         24.617         24.1           Imposto a recuperar         34.709         (10.675)         24.0           Imposto de renda e contribuição social diferidos         359         134.567         134.6           Contas a receber com outras pessoas ligadas         8.575         (7.441)         1.7           Contas a receber com coligadas         3.732<			(130.769)	21.345
Despessa antecipadas				17.561
Impostos a recuperar         57.438         (20.028)         37.4           Ganhos com derivativos         3.018         3.0           Adiantamentos diversos         20.267         (18.484)         1.7           Depósitos vinculados         4.237         (4.202)         1.7           Dividendos a receber         3         (3)         (3)           Outros créditos         3         (3)         (3)           Não circulante         Realizável a longo prazo         8.705         (211)         8.2           Despesas antecipadas         8.705         (211)         8.2           Depósitos vinculados         137.717         (2.069)         135.6           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         24.617         24.6           Imposto a recuperar         34.709         (10.675)         24.6           Imposto de renda e contribuição social diferidos         456.123         (150.575)         305.5           Mutuo com coligadas         359         134.567         134.6           Contas a receber com outras pessoas ligadas         8.575         (7.441)         1.1           Contas a receber com coligadas         3.732         3.061         6.7           Adiantamentos para futuro aumento de capital <td< td=""><td></td><td></td><td></td><td>142.687</td></td<>				142.687
Ganhos com derivativos       3.018       3.06         Adiantamentos diversos       20.267       (18.484)       1.7         Depósitos vinculados       4.237       (4.202)       1.7         Dividendos a receber       3       (3)       3       (3)         Não circulante         Realizável a longo prazo         Despesas antecipadas       8.705       (211)       8.4         Depósitos vinculados       137.717       (2.069)       135.6         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       24.617       24.6         Imposto a recuperar       34.709       (10.675)       24.6         Imposto de renda e contribuição social diferidos       456.123       (150.575)       305.5         Mutuo com coligadas       359       134.567       134.9         Contas a receber com outras pessoas ligadas       8.575       (7.441)       1.3         Contas a receber com coligadas       3.732       3.061       6.7         Adiantamentos para futuro aumento de capital       20.000       12.425       12.425				19.351
Adiantamentos diversos 20.267 (18.484) 1.7 Depósitos vinculados 4.237 (4.202) Dividendos a receber Outros créditos 3 (3) 1.100.728 (334.820) 765.9  Não circulante Realizável a longo prazo Despesas antecipadas 8.705 (211) 8.4 Depósitos vinculados 137.717 (2.069) 135.6 Subsidios a receber - conta consumo de combustível 24.617 24.4 Imposto a recuperar 34.709 (10.675) 24.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos 456.123 (150.575) 305.5 Mutuo com coligadas 359 134.567 134.9 Contas a receber com outras pessoas ligadas 8.575 (7.441) 1.1 Contas a receber com coligadas 3.732 3.061 6.7 Contas a receber com coligadas 12.425 12.425			(20.028)	37.410
Depósitos vinculados   4.237   (4.202)   7.5   1.100.728   1.100		· ·		3.018
Dividendos a receber Outros créditos         3         (3)           Não circulante         1.100.728         (334.820)         765.93           Não circulante         Realizável a longo prazo         8.705         (211)         8.2           Despesas antecipadas         137.717         (2.069)         135.6           Depósitos vinculados         137.717         (2.069)         135.6           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         24.617         24.6           Imposto a recuperar         34.709         (10.675)         24.0           Imposto de renda e contribuição social diferidos         456.123         (150.575)         305.5           Mutuo com coligadas         359         134.567         134.9           Contas a receber com outras pessoas ligadas         8.575         (7.441)         1.3           Contas a receber com coligadas         3.732         3.061         6.7           Adiantamentos para futuro aumento de capital         12.425         12.42				1.783
Outros créditos         3         (3)           Não circulante         1.100.728         (334.820)         765.9           Não circulante         Realizável a longo prazo         8.705         (211)         8.4           Despesas antecipadas         137.717         (2.069)         135.6           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         24.617         24.6           Imposto a recuperar         34.709         (10.675)         24.6           Imposto de renda e contribuição social diferidos         456.123         (150.575)         305.5           Mutuo com coligadas         359         134.567         134.9           Contas a receber com outras pessoas ligadas         8.575         (7.441)         1.3           Contas a receber com coligadas         3.732         3.061         6.7           Adiantamentos para futuro aumento de capital         20.000         12.425         12.425		4.237	(4.202)	35
Não circulante         I.100.728         (334.820)         765.93           Não circulante         Realizável a longo prazo         8.705         (211)         8.4           Despesas antecipadas         137.717         (2.069)         135.6           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         24.617         24.6           Imposto a recuperar         34.709         (10.675)         24.0           Imposto de renda e contribuição social diferidos         456.123         (150.575)         305.6           Mutuo com coligadas         359         134.567         134.9           Contas a receber com outras pessoas ligadas         8.575         (7.441)         1.3           Contas a receber com coligadas         3.732         3.061         6.7           Adiantamentos para futuro aumento de capital         12.425         12.42		3	(3)	
Não circulante         Realizável a longo prazo       8.705       (211)       8.2         Despesas antecipadas       137.717       (2.069)       135.6         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       24.617       24.0         Imposto a recuperar       34.709       (10.675)       24.0         Imposto de renda e contribuição social diferidos       456.123       (150.575)       305.5         Mutuo com coligadas       359       134.567       134.9         Contas a receber com outras pessoas ligadas       8.575       (7.441)       1.1         Contas a receber com coligadas       3.732       3.061       6.7         Adiantamentos para futuro aumento de capital       12.425       12.42			· ·	( 0
Realizável a longo prazo       8.705       (211)       8.20         Despesas antecipadas       137.717       (2.069)       135.62         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       24.617       24.617         Imposto a recuperar       34.709       (10.675)       24.61         Imposto de renda e contribuição social diferidos       456.123       (150.575)       305.5         Mutuo com coligadas       359       134.567       134.5         Contas a receber com outras pessoas ligadas       8.575       (7.441)       1.3         Contas a receber com coligadas       3.732       3.061       6.7         Adiantamentos para futuro aumento de capital       12.425       12.42		1.100.728	(334.820)	765.908
Despesas antecipadas         8.705         (211)         8.4           Depósitos vinculados         137.717         (2.069)         135.6           Subsidios a receber - conta consumo de combustível         24.617         24.1           Imposto a recuperar         34.709         (10.675)         24.6           Imposto de renda e contribuição social diferidos         456.123         (150.575)         305.5           Mutuo com coligadas         359         134.567         134.5           Contas a receber com outras pessoas ligadas         8.575         (7.441)         1.3           Contas a receber com coligadas         3.732         3.061         6.7           Adiantamentos para futuro aumento de capital         12.425         12.42				
Depósitos vinculados       137.717       (2.069)       135.6         Subsidios a receber - conta consumo de combustível       24.617       24.1         Imposto a recuperar       34.709       (10.675)       24.0         Imposto de renda e contribuição social diferidos       456.123       (150.575)       305.5         Mutuo com coligadas       359       134.567       134.5         Contas a receber com outras pessoas ligadas       8.575       (7.441)       1.1         Contas a receber com coligadas       3.732       3.061       6.7         Adiantamentos para futuro aumento de capital       12.425       12.4		_		_
Subsidios a receber - conta consumo de combustível       24.617       24.1         Imposto a recuperar       34.709       (10.675)       24.0         Imposto de renda e contribuição social diferidos       456.123       (150.575)       305.5         Mutuo com coligadas       359       134.567       134.5         Contas a receber com outras pessoas ligadas       8.575       (7.441)       1.1         Contas a receber com coligadas       3.732       3.061       6.7         Adiantamentos para futuro aumento de capital       12.425       12.42				8.494
Imposto a recuperar       34.709       (10.675)       24.0         Imposto de renda e contribuição social diferidos       456.123       (150.575)       305.5         Mutuo com coligadas       359       134.567       134.5         Contas a receber com outras pessoas ligadas       8.575       (7.441)       1.1         Contas a receber com coligadas       3.732       3.061       6.7         Adiantamentos para futuro aumento de capital       12.425       12.42			(2.069)	135.648
Imposto de renda e contribuição social diferidos 456.123 (150.575) 305.5 Mutuo com coligadas 359 134.567 134.5 Contas a receber com outras pessoas ligadas 8.575 (7.441) 1.1 Contas a receber com coligadas 3.732 3.061 6.7 Adiantamentos para futuro aumento de capital com coligadas 12.425 12.4				24.617
Mutuo com coligadas 359 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.567 134.56 134.567				24.034
Contas a receber com outras pessoas ligadas 8.575 (7.441) 1.1. Contas a receber com coligadas 3.732 3.061 6.7 Adiantamentos para futuro aumento de capital com coligadas 12.425 12.4				305.548
Contas a receber com coligadas 3.732 3.061 6.7 Adiantamentos para futuro aumento de capital com coligadas 12.425 12.4				134.926
Adiantamentos para futuro aumento de capital com coligadas 12.425 12.4		8.575		1.134
com coligadas 12.425 12.4		3.732	3.061	6.793
_ , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,				
Derivativos embutidos 479			12.425	12.425
	Derivativos embutidos	<u>479</u>		479
<u>675.016</u> (20.918) 654.0		675.016	(20.918)	654.098
Investimentos 62.956 770.999 833.9	Investimentos	62.956	770.999	833.955
Imobilizado 7.362.815 (1.792.416) 5.570.5	Imobilizado	7.362.815	(1.792.416)	5.570.399
Intangível249.665(34.429)215.2	Intangível	249.665	(34.429)	215.236
9.451.180 (1.411.584) 8.039.5		9.451.180	(1.411.584)	8.039.596

			Consolidado
		31 de d	ezembro de 2012
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	228.638	(113.377)	115.261
Empréstimos e financiamentos	1.915.402	(95.428)	1.819.974
Débitos com coligadas		26.783	26.783
Débitos com controladora	3.407	(3.407)	0 .
Débitos com outras partes relacionadas	19.057	(15.068)	3.989
Debentures	111	(4424)	111
Impostos e contribuições a recolher Obrigações sociais e trabalhistas	11.375 12.980	(4.134) (3.117)	7.241 9.863
Perdas em operações com derivativos	39.506	(16.555)	22.951
Retenção contratual	133.935	(56.561)	77.374
Participações nos lucros	23.900	(3.267)	20.633
Dividendos a pagar	1.960	(3.20/)	1.960
Outras obrigações	16.888	(13.563)	3.325
	2.407.159	(297.694)	2.109.465
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.151.947	(1.047.141)	3.104.806
Debitos com outras partes relacionadas	215	215	430
Debêntures	4.954		4.954
Derivativos embutidos			
Perdas em operações com derivativos	166.992	(72.195)	94.797
Provisão para passivo a descoberto		19.840	19.840
Imposto de renda e contribução social diferidos	10.431	(8.383)	2.048
Provisão para desmantelamento	4.197	(2.079)	2.118
Outras provisões	710	(710)	
	4.339.446	(1.110.453)	3.228.993
Patrimônio líquido			
Capital social	3.731.734		3.731.734
Reservas de capital	321.904		321.904
Ajustes de avaliação patrimonial	(119.067)		(119.067)
Prejuízos acumulados	(1.384.971)		(1.384.971)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	2.549.600		2.549.600
Participações de acionistas não controladores	<u> 154.975</u>	(3.437)	151.538
Total do patrimônio líquido	2.704.575	(3.437)	2.701.138
	9.451.180	(1.411.584)	8.039.596

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### Demonstração de resultado de exercício

			Consolidado
		31 de d	lezembro de 2012
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita de venda de bens e/ou serviços Custo dos bens e/ou serviços vendidos	490.940 (597.554)	(442.154) 546.605	48.786 (50.949)
Resultado bruto	(106.614)	104.451	(2.163)
Desmagas/manitas an anaismais			
Despesas/receitas operacionais Gerais e administrativas	(314.937)	(89.771)	(404.708)
	(280.284)	49.258	(231.026)
Pessoal e administradores	(134.188)	22.748	(111.440)
Outras despesas	(20.860)	8.449	(12.411)
Serviços de terceiros	(107.473)	15.334	(92.139)
Depreciação e amortização	(3.976)	1.188	(2.788)
Arrendamentos e aluguéis	(13.787)	1.539	(12.248)
Outras receitas operacionais	1.823	(615)	1.208
Outras despesas operacionais	(2.241)	(14.546)	(16.787)
Passivo a descoberto		(14.671)	(14.671)
Perdas na alienação de bens	(895)	16	(879)
Provisão para perda em Investimento	(1.346)	109	(1.237)
Resultado de equivalência patrimonial	(34.235)	(123.868)	(158.103)
Resultado antes do resultado financeiro e dos			
tributos sobre o lucro	(421.551)	14.680	(406.871)
Resultado financeiro	(127.540)	37.087	(90.453)
Receitas financeiras	165.279	(415.102)	(249.823)
Variação cambial positiva	74.258	(49.172)	25.086
Valor justo debêntures	62.482		62.482
Aplicação financeira	85.136	(8.537)	76.599
Instrumentos financeiros derivativos	(66.739)	(355.945)	(422.684)
Outras receitas financeiras	10.142	(1.448)	8.694
Despesas financeiras	(292.819)	452.189	159.370
Variação cambial negativa	(89.793)	73.314	(16.479)
Instrumentos financeiros derivativos	29.018	369.620	398.638
Juros/custos debêntures	(130.863)	0 /	(130.863)
Valor justo debêntures Outras despesas financeiras	(101.181)	9.255	(91.926)
•			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(549.091)	51.767	(497.324)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Corrente	(2.289)	368	(1.921)
Diferido	116.927	(52.130)	64.797
	114.638	(51.762)	62.876
Resultado líquido do exercício	(434.453)	5	(434.448)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(435.201)		(435.201)
Atribuído a Sócios Não Controladores	749	5	754
Prejuízo do exercício	(434.453)	5	(434.448)
Prejuízo por ação	,	,	
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,7513)	(0,8705)	(1,6218)

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

			Consolidado
		31 de 0	dezembro de 2012
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuizo líquido antes do IR e CSLL  Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais	(549.092)	51.769	(497.323)
Depreciação e amortização Resultado de equivalência patrimonial Operações com instrumentos financeiros derivativos Opções de ações outorgadas	3.976 34.235 37.721 47.279	4.835 123.868 (13.675)	8.811 158.103 24.046 47.279
Amortização do diferido Perda em investimento Provisão para passivo a descoberto	1.346	(108) 14.671	1.237 14.671
Provisão para desmantelamento Participações de acionistas não controladores Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido Imposto de renda e contribuição social correntes	(683)	683	
Juros/custos debêntures Valor justo debêntures	130.864 (62.482)	(1)	130.863 (62.482)
Juros empréstimos e partes relacionadas Avaliação patrimonial	67.054 (47.397)	(67.054)	(47.396)
	(337.179)	114.988	(222.191)
Variações nos ativos e passivos Adiantamentos diversos Despesas antecipadas Contas a receber	(8.982) (32.745) (130.216)	15.615 20.136 130.351	6.633 (12.609) 135
Impostos a recuperar Estoque	36.399 (125.780)	19.972 41.283	56.371 (84.497)
Impostos diferidos Impostos, taxas e contribuições Fornecedores	(6.886) 41.958	(3.811) (81.175)	(10.697) (39.216)
Provisões e encargos trabalhistas Contas a pagar	(5.037) (38.824)	(1.229) (6.572)	(6.266) (45.396)
Subsídios a receber - CCC Débitos/créditos partes relacionadas	(12.732) 14.771	(13.541)	(12.733) 1.231
	(268.073)	121.029	(147.044)
Outros Outras variações de investimentos	(213.530)	010 500	
Outros ativos e passivos Caixa efeito cisão	5.433	213.530 14.876	20.308
Caixa eieito cisao	227.17 <u>5</u> 19.077	(227.17 <u>5</u> ) 1.232	20.308
Caixa líquido das atividades operacionais	(586.175)	237.248	(348.927)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	20/1240	(040.92/)
Aquisição de Imobilizado e Intangível Titulos e valores mobiliários	(2.066.423) 5.996	501.911	(1.564.513 ) 5.996
Variação de Investimentos Caixa proveniente da venda de ativo imobilizado e intangível	(11.500) 112.075	(542.732) (112.936)	(554.232) (861)
Mútuo com partes relacionadas	(359)	(133.886)	(134.245)
AFAC com coligadas e controladas em conjunto Dividendos	(310)	(12.425) 1	(12.425) (309)
Retenções contratuais Depósitos vinculados	(46.562) (17.640)	(4.028) (2.0 <u>51</u> )	(50.590 ) (19.691 )
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.024.724)	(306.148)	(2.330.872)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(-0 -0-)		
Instrumentos financeiros Aumento de capital Empréstimos e financiamentos obtidos	(58.383) 2.431.907 1.686.283	66.331 (742.187) (5.612)	7.947 1.689.720 1.680.671
Aumento (redução) de capital proveniente de participação de acionistas não controladores Emissão (pagamento) de debêntures Ajuste Cisão CCX Carvão - Colombia	748 (1.559.414) (742.187)	(748) 1 742.187	(1.559.413)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	1.758.953	59.971	1.818.925
Aumento (redução) de caixa e equivalentes		(((.)	0
Saldo inicial de caixa e equivalentes Saldo final de caixa e equivalentes	1.442.415 590.469	(62.264) (71.191)	1.380.151 519.277
	(851.946)		(851.946)

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### Demonstração de valor adicionado

Process				Consolidado
Receitas   Part   Par			31 de d	lezembro de 2012
Receitas relativas à construção de ativos próprios   99.040   (342.154)   38.786   580.033   1.555.702   1.466.258   580.033   1.555.702   1.466.258   138.292   1.604.487   1.466.258   138.292   1.604.487   1.466.258   138.292   1.604.487   1.466.258   1.4			Ajustes	Reapresentado
Receitas relativas à construção de ativos próprios   1.466.258   138.290   1.604.487     Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)   (702.521)   5.59.953   (142.567)     Materiais, energia, serviços de terceiros e outros   (702.521)   5.59.953   (142.567)     Valor adicionado bruto   763.738   698.182   1.461.920     Depreciação, amortização e exaustão   (12.921)   4.111   (8.81)     Valor adicionado líquido produzido   750.817   702.292   1.453.090     Valor adicionado líquido produzido   750.817   702.292   1.453.090     Valor adicionado recebido em transferência   (34.235)   (133.868)   (158.103)     Receitas financeiras   (56.739)   49.969   (16.770)     Outros   (66.739)   49.969   (16.770)     Instrumentos financeiras   (66.739)   (6.770)   (4.977)     Provisão para passivo a descoberto   (66.739)   (6.770)   (4.977)     Provisão para passivo a descoberto   (861)   (861)   (861)     Valor adicionado total a distribuir   807.601   395.726   1.003.327     Distribuição do valor adicionado   (861)   (861)   (861)     Pressal   Remuneração direta   (11.865   (37.069)   (37.069)   (37.069)     Remuneração direta   (11.823)   49.864   (61.959)     Remuneração de capitais de terceiros   (11.823)   49.864   (61.959)     Estaduais   (11.823)   49.864   (61.959)     Remuneração de capitais de terceiros   (11.823)   (11.823)   (11.823)   (11.823)     Remuneração de capitais de terceiros   (11.823)   (11.823)   (11.823)   (11.823)   (11.823)     Remuneração de capitais de terceiros   (11.823)   (11.823)   (11.823)   (11.823)   (11.823)   (11.823)     Remuneração de capitais de terceiros   (11.823)   (11.823				
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros         (702-521)         559-953         (142-567)           Valor adicionado bruto         763-738         698.182         1.461.920           Depreciação, amortização e exaustão         (12-921)         4.110         (8.811)           Valor adicionado líquido produzido         750-817         702-292         1.453.109           Valor adicionado recebido em transferência         8         1.55.103		1.466.258	138.229	1.604.487
Valor adicionado bruto   763,738   698,182   1.461,920     Depreciação, amortização e exaustão   (12,921)   4.110   (8.811)     Valor adicionado líquido produzido   750,817   702,292   1.453,109     Valor adicionado recebido en transferência   (12,868)   (158,103)     Resultado de equivalência patrimonial   (34,235)   (12,868)   (158,103)     Receitas financeiras   (57,760   (432,668)   (27,4909)     Outros   (66,739)   (49,969   (16,770)     Instrumentos financeiros derivativos   (66,739)   (66,739)   (66,739)   (12,377)     Instrumentos financeiros derivativos   (66,739)   (66,739)   (14,671)   (14,671)     Provisão para passivo a descoberto   (14,671)   (14,671)   (14,671)     Predas na dianção de bens   807,601   195,726   1.003,327     Pessoal mancação direta   (15,867)   (13,572)   (13,372)     Remuneração direta   (15,867)   (17,412)   (13,273)     Provisão para passivo a descoberto   (15,867)   (14,671)   (14,671)     Pressoal dicendado total a distribuir   807,601   195,726   1.003,327     Pessoal dicendado   807,601   195,727   1.003,327     Pessoal dicendado   807,601   195,726   1.003,327     Pessoal dicendado   807,601   195,727   1.003,327     Pessoal dicendado   807,601   195,726   1.003,327     Pessoal dicendado   807,601   1.003,327	Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(702.521)	559.953	(142.567)
Pepreciação, amortização e exaustão   (12.021)   4.110   (8.811)     Valor adicionado líquido produzido   750.817   702.292   1.453.109     Valor adicionado recebido em transferência   (34.235)   (123.868)   (158.103     Resultado de equivalência patrimonial   (34.235)   (123.868)   (124.090)     Outros   (66.739)   40.969   (16.770)     56.786   (506.568)   (449.782)     Instrumentos financeiros derivativos   (66.739)   (66.739)   (67.39)     Instrumentos financeiros derivativos   (66.739)   (66.739)   (14.671)   (14.671)     Perdas na alienação de bens   (861)   (14.671)   (14.671)     Perdas na alienação de bens   (861)   (861)     Valor adicionado total a distribuir   (807.601)   (195.726   (1.003.327     Pessoal   (807.601)   (10.865   (37.069)   (4.796   (1.003.327	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(702.521)	559.953	(142.567)
Valor adicionado líquido produzido         750.817         702.929         1.453.109           Valor adicionado recebido em transferência         Resultado de equivalência patrimonial         (34.235)         (123.868)         (158.03)           Receitas financeiras         157.760         (432.668)         (27.4090)           Outros         66.739         49.969         (16.770)           Instrumentos financeiros derivativos         (66.739)         66.739         0           Provisão perda em investimento         (66.739)         66.739         0           Provisão para passivo a descoberto         (14.671)         (14.4671)         14.4671           Perdas na allenação de best allenação de servidade         807.601         195.726         1.003.327           Distribuição do valor adicionado         807.601         195.727         1.003.327           Pessoal         807.601         195.727         1.003.327           Pessoal         10.1865         (37.069)         64.796           Beneficios         15.867         17.412         33.279           PGTS centribuições         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         82.382         (51.519)         130.863 <td>Valor adicionado bruto</td> <td>763.738</td> <td>698.182</td> <td>1.461.920</td>	Valor adicionado bruto	763.738	698.182	1.461.920
Resultado de equivalência patrimonial   (34.235)   (123.868)   (158.103)   (	Depreciação, amortização e exaustão	(12.921)	4.110	(8.811)
Resultado de equivalência patrimonial   (34.235) (432.686) (158.103)   Receitas financeiras   (157.760   (32.668)   (24.4909)   Outros   (66.739)   (49.969)   (16.770)   (44.9782)   (16.770)   (66.739)   (49.969)   (16.770)   (14.971)   (14	Valor adicionado líquido produzido	750.817	702.292	1.453.109
Secretas financeiras	Valor adicionado recebido em transferência			
Outros         (66.739)         49.969         (16.770)           56.786         (506.568)         (1449.782)           Instrumentos financeiros derivativos         (66.739)         66.739         0           Provisão perda em investimento         (12.37)         (1.237)         (1.237)           Provisão para passivo a descoberto         (861)         (861)         (861)           Valor adicionado total a distribuir         807.601         195.726         1.003.327           Distribuição do valor adicionado         807.601         195.727         1.003.327           Pessoal         101.865         (37.069)         64.796           Benéficios         15.867         17.412         33.279           FGTS e contribuições         21.765         (44.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         (111.823)         49.864         (61.959)           E rederais         (111.823)         49.864         (61.959)           Estaduais         182.382         (51.519)         130.863           Alugués         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.214.381         169.919         1.384.299           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (36,620)				
Separation				
Instrumentos financeiros derivativos   (66.739)   66.739   0   Provisão perda em investimento   (1.237)   (1.237)   (1.237)   Provisão para passivo a descoberto   (1.661)   (1.671)   (1.4671)   (1	Outros	(00./39)	49.909	(10.//0)
Provisão perda em investimento   (1.237) (1.237)   (1.		56.786	(506.568)	(449.782)
Provisão perda em investimento   (1.237) (1.237)   (1.	Instrumentos financeiros derivativos	(66.730)	66.730	0
Perdas na alienação de bens         (861)         (861)           Valor adicionado total a distribuir         807.601         195.726         1.003,327           Distribuição do valor adicionado         807.601         195.727         1.003,327           Pessoal         101.865         (37.069)         64.796           Beneficios         15.867         17.412         33.279           FGTS e contribuições         21.765         (4.406)         17.359           Outros         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         (111.823)         49.864         (61.959)           E rederais         (111.823)         49.864         (61.959)           Estaduais         182.382         (51.519)         130.863           Juros         182.382         (51.519)         130.863           Alugnéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (39.8638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (24.922)         1.19		(00./34)		
Valor adicionado total a distribuir         807.601         195.726         1.003.327           Distribuição do valor adicionado         807.601         195.727         1.003.327           Pessoal         101.855         (37.069)         64.796           Beneficios         15.867         17.412         33.279           PGTS e contribuições         21.765         (4.406)         17.359           Outros         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         Federais         (111.823)         49.864         (61.959)           Estaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras<				
Distribuição do valor adicionado         807.601         195.727         1.003.327           Pessoal         101.865         (37.069)         64.796           Beneficios         15.867         17.412         33.279           PGTS e contribuições         21.765         (4.406)         17.359           Outros         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         Federais         (111.823)         49.864         (61.959)           Estaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         (111.823)         49.864         (61.959)           Juros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.5555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despessas financeiras         49.663	Perdas na alienação de bens		(861)	(861)
Pessoal         (37.069)         64.796           Remuneração direta         15.867         17.412         33.279           FGTS e contribuições         21.765         (4.406)         17.359           Outros         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         (111.823)         49.864         (61.959)           Estaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.412)         (8.607)           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.1	Valor adicionado total a distribuir	807.601	195.726	1.003.327
Remuneração direta         101.865         (37.069)         64.796           Beneficios         15.867         17.412         33.279           PGTS e contribuições         21.765         (4.406)         17.359           Outros         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         Federais         (111.823)         49.864         (61.959)           Bstaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         49.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Perquizo do período         (435.202)		807.601	195.727	1.003.327
FGTS e contribuições Outros         21.765         (4.406)         17.359           Outros         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições Federais Estaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros Juros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         (435.202)         1         (435.201)           Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754		101.865	(37.069)	64.796
Outros         139.497         (24.063)         115.434           Impostos, taxas e contribuições         Federais         (111.823)         49.864         (61.959)           Estaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         (1.94)         1.400         (1.191)         (1.191)           Remuneração não controladores nos lucros retidos         748         6         754				
Impostos, taxas e contribuições   Federais   Federais   (111.823)   49.864   (61.959)		21.765	(4.406)	17.359
Federais Estaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         (435.202)         1         (435.201)           Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754		139.497	(24.063)	115.434
Estaduais         (111.823)         49.864         (61.959)           Remuneração de capitais de terceiros         182.382         (51.519)         130.863           Aluguéis         16.392         (3.346)         13.046           Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despessas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754	Impostos, taxas e contribuições			
Remuneração de capitais de terceiros         Juros       182.382       (51.519)       130.863         Aluguéis       16.392       (3.346)       13.046         Outros       1.015.607       224.783       1.240.390         Perdas em operações com derivativos       (29.018)       (369.620)       (398.638)         Adiantamentos a fornecedores       975.737       579.965       1.555.702         Seguros       3.691       (2.492)       1.199         Variação cambial       15.535       (24.142)       (8.607)         Despessas financeiras       49.663       42.264       91.926         Outros       (1.191)       (1.191)       (1.191)         Remuneração de capitais de próprios       Prejuízo do período       (435.202)       1       (435.201)         Participação não controladores nos lucros retidos       748       6       754		(111.823)	49.864	(61.959)
Juros         182,382         (51,519)         130.863           Aluguéis         16,392         (3,346)         13.046           Outros         1.015,607         224,783         1.240,390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975,737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24,142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754		(111.823)	49.864	(61.959)
Juros         182,382         (51,519)         130.863           Aluguéis         16,392         (3,346)         13.046           Outros         1.015,607         224,783         1.240,390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975,737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24,142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754	Remuneração de capitais de terceiros			
Outros         1.015.607         224.783         1.240.390           Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         49.663         42.264         91.926           Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754				130.863
1.214.381   169.919   1.384.299     Perdas em operações com derivativos   (29.018)   (369.620)   (398.638)     Adiantamentos a fornecedores   975.737   579.965   1.555.702     Seguros   3.691   (2.492)   1.199     Variação cambial   15.535   (24.142)   (8.607)     Despesas financeiras   49.663   42.264   91.926     Outros   (1.191)   (1.191)     Remuneração de capitais de próprios   Prejuízo do período   (435.202)   1   (435.201)     Participação não controladores nos lucros retidos   748   6   754				
Perdas em operações com derivativos         (29.018)         (369.620)         (398.638)           Adiantamentos a fornecedores         975.737         579.965         1.555.702           Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754	Guido			
Adiantamentos a fornecedores       975.737       579.965       1.555.702         Seguros       3.691       (2.492)       1.199         Variação cambial       15.535       (24.142)       (8.607)         Despesas financeiras       49.663       42.264       91.926         Outros       (1.191)       (1.191)         Remuneração de capitais de próprios       Prejuízo do período       (435.202)       1       (435.201)         Participação não controladores nos lucros retidos       748       6       754				
Seguros         3.691         (2.492)         1.199           Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754			. , ,	
Variação cambial         15.535         (24.142)         (8.607)           Despesas financeiras         49.663         42.264         91.926           Outros         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios         Prejuízo do período         (435.202)         1         (435.201)           Participação não controladores nos lucros retidos         748         6         754				
Outros         (1.191)         (1.191)           Remuneração de capitais de próprios	Variação cambial			
Remuneração de capitais de próprios Prejuízo do período (435.202) 1 (435.201) Participação não controladores nos lucros retidos 748 6 754		49.663		
Prejuízo do período (435.202) 1 (435.201) Participação não controladores nos lucros retidos 748 6 754	Outros		(1.191)	(1.191)
Participação não controladores nos lucros retidos 748 6 754		,		
<u>(434.454</u> ) <u>7</u> <u>(434.447</u> )				
		(434.454)	7	(434.447)

			Consolidado
		1º d	e janeiro de 2012
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.442.415	(62.264)	1.380.151
Títulos e valores mobiliários	9.437		9.437
Contas a receber	21.898	(418)	21.480
Subsidios a receber - Conta Consumo de Combustível	4.828		4.828
Estoques	85.938	(27.748)	58.190
Despesas antecipadas	13.908	(636)	13.272
Impostos a recuperar	37.711	(2.585)	35.126
Ganhos com derivativos	19.289	17.156	36.445
Adiantamentos diversos	11.285	(2.869)	8.416
Depósitos vinculados Outros créditos	61.844	(4)	61.844
Outros creditos	39	(1)	38
	1.708.592	<u>(79.365</u> )	1.629.227
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas	2.514	(550)	1.964
Depósitos vinculados	62.471	(8.323)	54.148
Subsidios a receber - Conta Consumo de Combustível	24.617		24.617
Imposto a recuperar	90.834	(8.145)	82.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	339.049	(90.187)	248.862
Mutuo com controladas	2 126	680	680
Contas a receber com outras pessoas ligadas Derivativos embutidos	8.436	444.440	8.436
Derivativos emputidos		411.119	411.119
	527.921	304.594	832.515
Investimentos	55.742	375.953	431.695
Imobilizado	5.393.809	(1.430.830)	3.962.979
Intangível	267.616	(662)	266.954
	7.953.680	(830.310)	7.123.370

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

			Consolidado
		1º d	e janeiro de 2012
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	186.680	(32.204)	154.476
Empréstimos e financiamentos	1.030.687	(36.079)	994.608
Débitos com outras partes relacionadas	3.697		3.697
Debêntures	30.463		30.463
Impostos e contribuições a recolher	18.261	(322)	17.939
Obrigações sociais e trabalhistas	18.017	(1.889)	16.128
Perdas em operações com derivativos	86.633	(59.053)	27.580
Retenção contratual Participações nos lucros	180.497	(52.532)	127.965
Participações nos lucros Dividendos a pagar	19.177	(1)	19.177
Outras obrigações	2.270	(1) (7.028)	2.269
Outras obrigações	<u>55.748</u>	(7.028)	48.720
	1.632.130	(189.108)	1.443.022
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	3.311.063	(984.962)	2.326.101
Débitos com outras partes relacionadas	340	(340)	2.320.101
Debêntures	1.403.152	62.003	1.465.155
Derivativos embutidos	62.003	(62.003)	1,400,100
Perdas em operações com derivativos	156.798	345.925	502.723
Imposto de renda e contribução social diferidos	13.239	010.7-0	13.239
Provisão para desmantelamento	4.880	(2.934)	1.946
Outras provisões		1.026	1.026
	4.951.475	(641.28 <u>5</u> )	4.310.190
Patrimônio líquido			
Capital social	2.042.014		2.042.014
Reserva de capital	274.625		274.625
Ajustes de avaliação patrimonial	(71.670)		(71.670)
Prejuízos acumulados	(982.323)	11.426	(970.897)
1 rejuizos acumulados	(902.323)	11,420	(9/0.09/)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	1.262.646	11.426	1.274.072
Participações de acionistas não controladores	107.429	(11.343)	96.086
Total do patrimônio líquido	1.370.075	83	1.370.158
	7.953.680	(830.310)	7.123.370
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

### (b) Reapresentação do fluxo de caixa

A Companhia está reapresentando o fluxo de 2012 para apresentar a abertura de empréstimos e financiamentos e refletir a comparabilidade com a demonstração do fluxo de caixa de 2013, bem como reclassificou transações de atividades operacionais para atividade de financiamentos.

Controlad	ora		Consolida	do	
Original mente divulga do	Ajustes	Reapres entado	Original mente divulga do	Ajuste s	Reapres entado
31/12/20 12		31/12/20 12	31/12/20 12		31/12/20 12

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

	Juros empréstimos e partes relacionadas	47.182	(952)	46.230	67.054	(19.806 )	47.248
	Variações nos ativos e passivos						
	Pagamento encargos financeiros	-	(12.556 )	(12.556)	-	(150.79 5)	(150.795)
	Outros Ativos e Passivos	(9.498)	2	(9.496)	5.433	(35.717 )	(30.284)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
	Aquisição de imobilizado e intangível	(417)	(0)	(417)	(2.066.4 24)	906.57 6	(1.159.84 8)
	Aporte de Capital em investimentos	(1.076.9 40)	(136.62 8)	(1.213.56 8)	(11.500)	(525.95 6)	(537.456)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
	Captação de empréstimos e financiamentos	-	886.567	886.567	-	2.064.9 82	2.064.98 2
	Pagamento de principal	-	-	-	-	(762.88 9)	(762.889)
	Retenções contratuais				(46.562)	46.562	

### 4.5.22 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

#### 5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

### (a) Perda (impairment) dos ativos não circulantes

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.5.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos a cerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

### (b) Valor justo de derivativos e das opções (remunerações baseadas em ações)

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou metodologia própria para cálculo de valor justo dos derivativos e das opções outorgadas, instrumentos estes não negociados em mercados ativos.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Co	Controladora		<u>consolidado</u>
	2013	2012	2013	(Reapresentado)
Caixa e bancos Fundo de Investimento MM MPX 63 (a) CDB/Compromissadas (b)	396 109.647 113	260 206.003	16.493 202.444 58.645	5.922 513.355
	110.156	206.263	277.582	519.277

(a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado MPX 63 administrado pelo Banco Itaú principalmente por Certificados Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,9% (marcação a mercado) e 101,2% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 40,27% de operação compromissadas e 59,73%, em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		C	<u>consolidado</u>
	2013	2012	2013	(Reapresentado)
Fundo Multimercado consolidado Eneva S.A. Amapari Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A.	109.647	206.003	109.647 9.349 406 27.905 55.137	206.003 10.482 516 83.017 213.337
	109.647	206.003	202.444	513.355

(b) Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha. As empresa que detém esses valores são as controladas MPX Pecém II Geração de Energia S.A.e UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A.

Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos da Companhia para garantir essas obrigações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### 7 Títulos e valores mobiliários

Consolidado		Controladora	
(Reapresentado)	2013	2012	2013
3.441			

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de títulos públicos federais (LFTs) com vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

#### 8 Depósitos vinculados

	C	Controladora		Consolidado
	2013	2012	<u>2013</u>	(Reapresentado)
BNDES - Porto do Pecém (a) BNDES - Itaqui (b) BNDES - Pecém II (c) Eneva S.A. (d) BNDES - Parnaíba (e) Outros	38	35 102.649	38 64.811 19.682 34.044 69	35 10.671 22.145 102.649
Outros	38	102.684	118.644	135.683
Circulante Não circulante	38	35 102.649	38 118.606	35 135.648

- (a) Depósito vinculado às obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada em conjunto Porto de Pecém Geração de Energia S.A., referente à parcela de contrapartida da interveniente Eneva S.A para manutenção da relação entre capital próprio e dívida pré-estabelecida em contrato. Refere-se à parte da Eneva S.A. no Fundo Bradesco Corporate FIC FI Referenciado DI Federal.
- (b) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas aos contratos de financiamento entre a controlada UTE Porto do Itaqui Geração de Energia S.A., o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o BNDES. O aumento em 2013, refere-se a novos depósitos efetuados em subistuição a fianças bancárias.
- (c) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas aos contratos de financiamento entre a controlada MPX Pecem II Geração de Energia S.A., o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o BNDES
- (d) Letras Financeiras emitidas pelo Banco Citibank S.A., com rentabilidade de 100% CDI, cedidas fiduciariamente em garantia aos empréstimos contraídos pela Eneva S.A. com a instituição financeira. Em 2013, essa operação foi liquidada.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

(e) Refere-se às contas reservas de serviço da dívida, vinculadas ao contrato de financiamento entre o BNDES e a controlada UTE Parnaíba Geração de Energia S.A.

#### 9 Contas a receber e conta consumo de combustível

		Consolidado
	<u> 2013</u>	(Reapresentado)
Amapari Energia S.A. (a) Itaqui Geração de Energia S.A. (b) Parnaíba Geração de Energia S.A. (b) Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	40.273 85.026 110.113 89.786	51.287 12.236
	325.198	63.523
Circulante Não circulante	325.198	38.906 24.617

(a) O contas a receber corresponde à venda de energia à Zamim Ferrous., no montante de R\$ 9.472 (R\$ 9.109 em 31 de dezembro de 2012) e o saldo a receber de subsídio de R\$ 30.802 (R\$ 17.561 em 31 de dezembro de 2012), conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a receber do subsídio é de R\$ 30.802 (R\$ 17.561 em 31 de dezembro de 2012). Este montante reflete o subsídio de 4 meses em virtude de demora no repasse do subsídio a Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, estavam contabilizados subsídios relativos a 3 meses.

A Companhia possui em seu ativo não circulante R\$ 24.617 mil, referente ao ressarcimento de CCC não recebido no período de novembro de 2008 a maio de 2009. Caso este valor não venha a ser realizado, a Companhia tem o direito de cobrá-lo à Anglo Ferrous Amapá Ltda. Isto porque, conforme contrato de fornecimento de energia entre as partes, em caso de desiquilíbrio econômico-financeiro, por motivos não imputáveis à Companhia, as partes devem adequar as condições contratuais para que referido equilíbrio seja reestabelecido. Não obstante, até o momento, não foram iniciados procedimentos de cobrança junto à Anglo Ferrous Amapá Ltda., pois a Companhia optou por adotar, inicialmente, medidas judiciais junto a ANEEL, em uma tentativa de obter tal ressarcimento, via mecanismo da CCC.

Tendo em vista novo fato, verificado no último trimestre de 2013, isto é, a aquisição da Anglo Ferrous Amapá pela mineradora suíça Zamin Ferrous, a Administração da Companhia encaminhou correspondência à Zamin pela qual solicitou um posicionamento quanto ao reconhecimento deste dívida, no caso de decisão desfavorável do pleito judicial junto à ANEEL. Em sua carta resposta, a Zamin Ferrous informou que está buscando subsídio para se posicionar quanto a referida assunto. Diante do exposto e face ao tempo transcorrido sobre referido direito, a Administração da Companhia, decidiu constituir uma provisão de 100%, contabilizado em seu ativo não circulante.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

também em atendimento ao CCEAR firmado junto a ANEEL.

(b) O saldo corresponde ao contas a receber das controladas Itaqui Geração de Energia S.A. em atendimento ao contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), firmado junto a ANEEL, no montante de R\$ 85.026 (R\$ 12.235 em 31 de dezembro de 2012) e das empresas que entraram em operação em 2013 Parnaíba Geração de Energia S.A., no montante de R\$ 110.113 e Pecém II Geração de Energia S.A., no montante de R\$ 89.786,

O Contas a receber vencido representa 2,37% e não foram provisionados pois a Companhia avalia o risco de perda como remoto.

#### 10 Estoques

		Consolidado
	<u>2013</u>	(Reapresentado)
Óleo diesel/lubrificante (a) Carvão (b) Peças eletrônicas e mecânicas (c)	12.685 49.070 16.621	13.967 128.720
	78.376	142.687

- (a) O saldo é composto pelos reservatórios de óleo diesel e óleo lubrificante utilizados como insumos na geração de energia elétrica pelas controladas Amapari Energia S.A. (R\$ 9.943), Pecém II Geração de Energia S.A. (R\$ 1.279) e Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 1.463). A controlada Amapari Energia S.A. possui contrato com obrigação de aquisição ("take or pay") com a BR Distribuidora S.A., com a obrigação de adquirir uma quantidade mínima de óleo diesel, equivalente a 3.600 m³ mensais, por um preço fixado, ou de efetuar um pagamento mesmo que esta quantidade não tenha sido adquirida. Caso a obrigatoriedade do contrato seja exercida, resultará na aquisição do óleo diesel utilizado como insumo pela Companhia. A Companhia registrou uma provisão, na conta de fornecedores, referente à diferença entre a quantidade adquirida e a quantidade mínima obrigatória em contrato, em contrapartida do estoque. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta provisão é de R\$ 8.481 (R\$ 7.251 em 31 de dezembro de 2012). Esta provisão é atualizada semestralmente conforme definido no contrato de fornecimento de óleo diesel.
- (b) O saldo é composto pelo estoque de carvão utilizado como insumo na geração de energia elétrica pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 22.682) e Pecém II Geração de Energia S.A. (R\$ 26.389). O carvão foi adquirido para a fase de comissionamento da operação, bem como para a formação de estoque de segurança da planta com vistas às operações comerciais. Cabe destacar que Porto do Itaqui inciou suas operações comerciais, relizando consumo dos estoques de carvão.
- (c) O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pelas controladas: Amapari Eneria S.A. (R\$ 1.363), Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 7.323), Pecém II Geração de Energia S.A. (R\$ 3.601), Parnaíba Geração de Energia S.A. (R\$ 4.236) e Parnaíba II Geração de Energia S.A. (R\$ 98).

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 11 Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	Co	ontroladora en la composição de la compo	C	onsolidado
	2013	2012	2013	(Reapresentado)
Imposto de renda retido na fonte (b) Antecipação de imposto de renda Antecipação de contribuição social Antecipação de contribuição social -	3.533	11.391	12.161 3.687 2.857	23.539 1 1
ano anterior (a)	462	441	464	443
Imposto de renda retido na fonte - ano anterior (b) Imposto de renda retido na fonte -	13.948	15.301	14.539	16.835
mútuo (b) ICMS PIS	13.728	3.689	13.727 1.994 1.727	3.689 2.306 2.390
COFINS	1		7.956	11.002
Outros	1.244	844	3.153	1.238
	32.916	31.666	62.265	61.444
Circulante Não circulante	25.701 7.215	22.068 9.598	47.651 14.614	37.410 24.034

- (a) É representado pelas antecipações de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro recolhidos ao longo do exercício e do exercício anterior. Serão compensadas com o imposto de renda e a contribuição social, apurados com base no regime do lucro real.
- (b) O saldo de imposto de renda retido na fonte refere-se a retenções sobre aplicações financeiras e operações de mútuo com partes relacionadas. Esses saldos serão compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar.

#### **Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Nas empresas controladas, o imposto diferido foi mantido, por conta da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, as mesmas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT), para que as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009 (que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), não tenham efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia e suas controladas não farão a opção prevista na MP 627, bem como entendemos que a mesma não traz nenhuma alteração fiscal a ser consignada nas Demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Co	<u>ntroladora</u>	C	<u>Consolidado</u>
	2013	2012	2013	2012 (Reapresentado)
Ativo diferido - não circulante Prejuízo fiscal e base negativa Diferenças temporárias - RTT Baixa do ativo diferido - efeito Cisão Valor justo - derivativos		161.039 (25.395) (21.244)	302.327	346.699 5.488 (25.395) (21.244)
		114.400	302.327	305.548
Passivo diferido - não circulante Diferenças temporárias - RTT Composição do imposto diferido por empres	a:		9.591	2.048
composição do imposto diferido por empreo	<b></b>		2013	2012
Controladora Pecém II Itaqui Amapari Parnaíba Parnaíba II			85.708 192.127 1.783 14.006 8.703	114.400 62.161 117.207 11.359 421
Prejuízo fiscal e base negativa			302.327	305.548

A movimentação do exercício de 2013 refere-se, substancialmente, a provisão do saldo de ativo fiscal diferido da Controladora, no montante de R\$ 114.400 e a constituição de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais das controladas mencionadas acima no montante de R\$ 111.179.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Em 31 de dezembro de 2013, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

		2013
	<u>Controladora</u>	Consolidado
Lucro líquido do período antes do IRPJ/CSLL Alíquota nominal	(828.055) 34%	(933.269) 34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(281.539)	(317.311)
Diferenças permanentes Ativo fiscal não constituído (*) Provisão para impairment de crédito tributário (a)	164.134 117.405 114.400	173.853 40.211 114.400
Despesa de imposto de renda e contrubuição social corrente	114.400	3.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.408
Total imposto	114.400	11.152
Tx efetiva	(13,82%)	(1,19%)

(a) A Controladora fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceu que o os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores deveriam ser baixados em 31 de dezembro de 2013, em virtude do atual perfil da dívida.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2013 um montante de R\$ 647 milhões (R\$ 336 milhões, em 2012) decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, o que resulta em um total de créditos fiscais não reconhecidos em suas demonstrações financeiras de R\$ 220 milhões (R\$ 114 milhões, em 2012).

(\*) Refere-se, basicamente, a (i) parcela de impostos diferidos de controladas que não foi registrado, pois não há estudo que demonstre sua realização.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

		2012
	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do período antes do IRPJ/CSLL Alíquota nominal	(460.922) 34%	(497.330) 34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(156.714)	(169.092)
Diferenças Permanentes Outros Baixa Ativo Diferido Fiscal Eneva Baixa Ativo Diferido Fiscal Cisão CCX	105.598 25.395	104.911 1.305
Valor Justo dos derivativos embutidos		
Despesa de imposto de renda e contrubuição social corrente		(1.921)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.721	64.797
Total imposto		62.876
Tx efetiva	(5,58%)	(12,64%)

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2015, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	<u>Total</u>
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	20.355	24.430	24.236	22.527	38.407	57.034	43.057	55.220	7.469	292.736

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### 12 Investimentos

#### (a) Composição dos saldos

		Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	(Reapresentado)	
Participações societárias Futura aquisição de Investimento	3.130.881 95	2.215.012 <u>95</u>	941.758 <u>95</u>	833.860 <u>95</u>	
	3.130.978	2.215.107	941.853	833.955	

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### (b) Participações societárias

As participações societárias da Companhia incluem as controladas, controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos dos principais grupos de contas das empresas participações societárias são os seguintes:

							2013
Participações societárias	Participação no capital em %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	50,00%	290.867	3.906.638	548.838	2.487.934	1.160.732	(282.342)
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	170.228	2.029.084	221.660	1.346.518	631.134	(46.331)
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	153.100	2.924.724	285.496	1.724.724	1.067.603	(250.736)
Amapari Energia S.A. UTE Porto do Acú Geração de Energia S.A.	51,00%	62.105	69.205	31.608	52	99.649	(3.619)
Seival Sul Mineração Ltda.	50,00% 70,00%	7.341	51.248 4.840	6.064	3.124 22	49.402 5.295	(4.296) (792)
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	477 29	13.947	8	832	5.295 13.136	(521)
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	9	400	(4)	2.726	(2.313)	(2)
Parnaíba Geração de Energia Ltda. Porto do Pecém Transportadora de	70,00%	158.288	1.264.731	265.826	768.997	388.195	152
Minérios S.A.	50,00%	1.274	98	474		899	222
OGMP Transporte Aérieo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de	50,00%	368	130			498	410
Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A.	50,00%	3.263	61.60=	491	2.357	415	(324) (624)
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	50,00% 100,00%	30 62.301	61.695 1.163.940	6 594.757	22.469 303.322	39.251 328.163	(16.806)
Eneva Participações S.A.	50,00%	116.364	388.463	203.084	44.480	257.263	(26.952)
Porto do Açú II Geração de Energia S.A.	50,00%	259	4.782	12	367	4.662	(4)
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	200.833	399.256	233.955	85.464	206.788	14.076
Parnaíba V Geração de Energia S.A	99,99%	9		1	108	(100)	(111)
Parnaíba Gas Natural S.A.	33,33%	258.196	1.100.395	1.134.315	68.572	155.704	12.640
MPX Investimentos S.A.	99,99%	2			11	(9)	(12)
MPX Desenvolvimento S.A.	99,99%	8	303	10	490	(189)	(201)
MPX Tauá II Energia Solar Ltda. MABE Construção e Administração de	100,00%	64	69	(506)	44	596	(230)
Projetos Ltda.	50,00%	55.866	48.871	69.331	35.378	28	(94.169)
							2012
	Participação						2012
	Participação no capital	Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não	Patrimônio	2012
Participações societárias		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	2012 Resultado
Participações societárias  Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	no capital						
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70%	442.065 46.335	3.716.461 1.709.494	471.408 94.118	2.464.001 1.045.646	1.223.117 616.065	Resultado (206.999) (22.753)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00%	442.065 46.335 136.865	3.716.461 1.709.494 2.633.492	471.408 94.118 246.786	2.464.001	1.223.117 616.065 777.078	Resultado (206.999) (22.753) (41.236)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 51,00%	442.065 46.335 136.865 47.197	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923	471.408 94.118 246.786 42.449	2.464.001 1.045.646	1.223.117 616.065 777.078 103.671	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A.	50,00% 99,70% 100,00% 51,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632	2.464.001 1.045.646	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 51,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24	2.464.001 1.045.646	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 51,00% 50,00% 70,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211	2.464.001 1.045.646 1.746.493	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 51,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24	2.464.001 1.045.646	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 51,00% 70,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380	2.464.001 1.045.646 1.746.493	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 70,00% 50,00% 66,67% 70,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 51,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645	Resultado   (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 70,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. Autra Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889 81 13.038	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645 738 38.730	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209) (272) (666)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668 2.984 117 217.134	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889 81 13.038	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61 91 105 627.767	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645 738 38.730 85.254	Resultado
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A. Eneva Participações S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668 2.984 117 217.134 227.579	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889 81 13.038	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61 91 105 627.767 123.373	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645 738 38.730 85.254 197.117	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209) (272) (666)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668 2.984 117 217.134	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889 81 13.038	471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61 91 105 627.767	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645 738 38.730 85.254	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209) (272) (66) (746)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A. Eneva Participações S.A. Porto do Açú II Geração de Energia S.A. Parnaíba Participações S.A. Parnaíba Participações S.A. Parnaíba Participações S.A. Parnaíba V Geração de Energia S.A. Parnaíba V Geração de Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668 2.984 117 217.134 227.579	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889 81 13.038	271.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61 91 105 627.767 123.373	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645 738 38.730 85.254 197.117 4.266	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209) (272) (666) (746) (30.389)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A. Porto do Açú II Geração de Energia S.A. Parnaíba Yerticipações S.A. Parnaíba V Geração de Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668 2.984 117 217.134 227.579 101 15.717	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889 81 13.038 49.896 495.887 114.926 4.176 29.213	circulante  471.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61 91 105 627.767 123.373 11 1.681	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593 2.155 11.178 22.015	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645 738 38.730 85.254 197.117 4.266 43.249	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209) (272) (66) (746) (30.389) (368)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. MPX Chile Holding Ltda. Termopantanal Participações Ltda. Parnaíba Geração de Energia S.A. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. OGMP Transporte Aéreo Ltda. PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. Seival Participações S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A. Eneva Participações S.A. Porto do Açú II Geração de Energia S.A. Parnaíba Participações S.A. Parnaíba Participações S.A. Parnaíba Participações S.A. Parnaíba V Geração de Energia S.A. Parnaíba V Geração de Energia S.A.	no capital em % 50,00% 99,70% 100,00% 50,00% 50,00% 50,00% 66,67% 70,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00% 50,00%	442.065 46.335 136.865 47.197 420 558 251 6.117 10 85.228 1.017 668 2.984 1117 217.134 227.579 101 15.717	3.716.461 1.709.494 2.633.492 98.923 57.712 4.482 13.157 19.030 400 1.084.889 81 13.038	271.408 94.118 246.786 42.449 3.632 24 211 27.484 (4) 162.380 421 61 91 105 627.767 123.373	2.464.001 1.045.646 1.746.493 30.801 2.725 677.593	1.223.117 616.065 777.078 103.671 54.500 5.016 13.197 (33.138) (2.311) 330.144 677 13.645 738 38.730 85.254 197.117 4.266 43.249	Resultado (206.999) (22.753) (41.236) 9.018 (1.825) (675) (873) (24.732) (11.314) (376) (5.209) (272) (666) (746) (30.389)

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

O saldo da conta de investimentos está apresentado a seguir:

	Cc	ontroladora _	C	Consolidado
Investimentos	2013	2012	2013	(Reapresentado)
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A.	580.367 631.135 994.904	611.561 449.104 551.547	580.243	611.433
Amapari Energia S.A. UTE Porto do Açu Energia S.A.	50.821 24.701	52.872 27.251	17.386	19.936
Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda.	3.707 6.569	3.511 6.597	6.249	6.280
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	449	338	449	338
Parnaíba Gás Natural S.A Parnaíba Geração de Energia Ltda.	51.899 172.637	31.862 231.100	51.899	31.861
OGMP Transporte Aéreo Ltda. Pecém Operação e Manutenção de Unidades	277	6.823	277	6.823
de Geração Elétrica S.A PO&M	207	369	207	369
Seival Participações S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A.	19.625 328.162	19.364 85.254	19.625 -	19.364
ENEVA Participações S.A. Açú II Geração de Energia S.A.	159.685	128.406	159.685	128.406
Parnaíba V Geração de Energia S.A Parnaíba Geração e Comercialização de	2.331	2.133 1	2.331	2.133
Energia S.A. Parnaíba Participações S.A. ENEVA Investimentos S.A.	103.393	1 6.917 1	103.393	6.917
MABE do Brasil Futura aquisição de investimento	14 <u>95</u>	<u>95</u>	14 95	95
	3.130.978	2.215.107	941.853	833.955

- (a) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do investimento com as controladas em conjunto e controladas MPX Chile Holding Ltda., ENEVA Desenvolvimento S.A. e Termopantanal Participações Ltda. encontra-se classificado no passivo não circulante na conta de passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo dessas empresas.
- (b) Em 14 de agosto de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Parnaíba Geração de Energia S.A. com versão do acervo líquido para a Parnaíba III Geração de Energia S.A. A cisão parcial é uma etapa necessária para a implementação do projeto e entrada em operação comercial da UTE Parnaíba III, por meio da transferência da 5º turbina geradora, com capacidade total de 176,2 MW.
- (c) Em 8 de agosto de 2013, foi aprovada, pelos acionistas Eneva Energia S.A. e OGX Petróleo e Gás Participações S.A., a redução de capital da controlada em conjunto OGMP Transporte Aéreo Ltda.
- (d) Em 30 de outubro de 2013, foi aprovada em AGE a alteração do nome da coligada OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. para Parnaíba Gás Natural S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas

O saldo da conta de investimentos está apresentado a seguir:

				Atribuído aos não	o controladores
Investimentos	<u>Participação</u>	Patrimonio líquido	Resultado	Patrimonio líquido	Resultado
Amapari Energia S.A. Parnaíba I Gerão de Energia Termopantanal Participações Seival Sul Mineração	51% 70% 67% 70%	99.649 246.624 2.313 5.295	3.619 152 2 792	48.828 73.987 771 1.588	1.773 46 1 238
Total o do investimento				123.633	1.966

#### **(c)** Mutação

										Con	itroladora
											2013
Investimento	%	Saldo em 31 de dezembr o de 2012	Integralizaçã o de capital	Equivalênci a		Redução de capital	Variaçã o cambial	Ajuste de avaliação patrimoni al	Cisão	Amortizaçã o	Saldo em 31 de dezembr o de 2013
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. Pecém II Geração de Energia S.A. Itaqui Geração de Energia S.A. Amapari Energia S.A. Porto do Açu Energia S.A. Seival Sul Mineração Ltda. Sul Geração de Energia Ltda. Porto do Pecém Transportadora de Minérios	50,00 100,00 100,00 51,00 50,00 70,00 50,00	611.561 449.104 551.549 52.872 27.251 3.511 6.599	98.600 227.400 694.560 4.850 750 230	(141.171) (46.331) (250.736) (2.051) (7.400) (554) (261)	961   	-		11.379		(469)	580.366 631.134 994.904 50.821 24.701 3.707 6.568
S.A. Parnaíba Gás Natural S.A. Parnaíba Geração de Energia S.A.*	50,00 33,30 70,00	338 31.861 231.101	15.825 33.600	111 4.213 106					(92.17 0)	)	449 51.899 172.637
OGMP Transporte Aereo Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A PO&M Seival Participações S.A. Açu II Energia S.A.	50,00 50,00 99,90 50,00	6.823 367 19.365 2.133	250 573 200	(162) (312) (2)	)	(7.000)	)		<b>46</b> 00		278 207 19.626 2.331
ENEVA Participações S.A.	50,00	128.406		(15.074)	1		267		46.08 5 46.08		159.685
Parnaíba Participações S.A. Parnaíba V Geração de Energia S.A. MABE do Brasil Eneva Tauá II Energia Solar Ltda.	50,00 99,99 50,00	6.917 1	43.355 (1) 14	7.036					5		103.393 0 14
Eneva ENEVAInvestimentos S.A. Parnaíba II Geração de Energia S.A. Futura aquisição de investimento	100,00 % 99,99 100,00	1 85.254 95	(1) 259.715	(16.806)	ı						0 328.163 95
		2.215.107	1.379.922	(469.189)	961	(7.000)	267	11.379		(469)	3.130.978

<sup>(\*)</sup> O efeito se refere da transferência da turbina de Parnaíba I para Parnaíba III.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

								2012
Participações societárias	Saldo em 31 de dezem bro de 2011	Integrali zação	Equival ência	Cisão CCX Carvã o da Colô mbia	Transferência para MPX E.ON Participações	Divide ndos	Variação cambial	Saldo em 31 de dezem bro Ajuste de avaliação de patrimonial 2012
Porto do Pecém Geração de	367.56	_	(400 =00)					(,,,,)(,,,=(,,
Energia S.A.	5		(103.500)					(4.134)611.561
Dagóm II Caragão do Enorgia S A	376.18		(00.69=)					449.10
Pecém II Geração de Energia S.A.	-		(22.685)					4
Itaqui Geração de Energia S.A.	443.94		(41.236)					EE1 E47
Amapari Energia S.A.	7 50.313		4.599			(2.040)		551.547 52.872
Porto do Açu Energia S.A.	36.293		4.599 (2.114)		(22.934)	(2.040)		27.251
Seival Sul Mineração Ltda.	3.278		(473)		(22.934)			3.511
Sul Geração de Energia Ltda.	9.401	,	(686)		(6.526)			6.599
Eneva Comercializadora de	7.401	4.410	(000)		(0.320)			0.399
Energia Ltda.	19.122	4.000	421		(23.543)			
MPX Áustria GmbH	3.919	•	(2.839)		(55.709)		(29.800)	
Solar Empreendimentos Ltda.	8.004	650	(105)		(8.549)			
Porto do Pecém Transportadora		_						
de Minérios S.A.	526		(188)					338
MPX Comercializadora de								
Combustíveis Ltda.	9.285		(253)		(9.032)			
OGX Maranhão Petróleo e Gás	_							
Ltda.	54.467	11.500	(34.106)					31.861
UTE Parnaíba Geração de			( )					
Energia S.A.	107.231	131.790	(7.920)		()			231.101
Nova - Sistemas de Energia Ltda.			(0.604)		(2.525)			6 900
OGMP Transporte Aereo Ltda. Pecém Operação Manutenção e	7.567	1.860	(2.604)					6.823
Operação S.A.	000	209	(104)					067
Seival Participações S.A.	292 38.507		(134) (62)		(19.349)			367 19.365
UTE Porto do Açu II Energia S.A.		4.215	(02)		(2.082)			2.133
CTETORO do riça il Elicigia 5.71.		4.213		(750.13	(2.002)			2.133
CCX Brasil Participações S.A.		750.208	(76)	2)				
Con Brasin ranticipações San		/30.200	(/0)	-,				128.40
Eneva Participações S.A.		149.294	(15.195)					(5.693) 6
Centennial Amapá		64	(33)	(31)				10 70
Parnaíba Participações S.A.		7.101	(184)					6.917
UTE Parnaíba V Geração de								
Energia S.A.		1						1
Parnaíba Geração								
Comercialização de Energia S.A.		1						1
MPX Investimentos S.A.		1	(1)					
UTE Parnaíba II Geração de		06	(()					0-
Energia S.A. MPX Tauá II Energia Solar Ltda.		86.000	(746)					85.254
Futura aquisição de		1						1
investimentos		95						95
mvestmentos		95	<del></del> -			<del></del>		
	1.538.3			(750.16				2.215.1
		1.848.976		3)	(150.249)	(2.040)	(29.800)	(9.827) 08
		1-1-1/0	. 5:5)	<u> </u>	(-0	( 12-1-7	( ))	()/) 00

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### Imobilizado 13

#### Composição dos saldos (a)

### Consolidado

### Imobilizado em serviço

												2013
	Terr enos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Equipa mento de informá tica	Veíc ulos	Móveis e utensílios	Gaso duto	Provisão para perda "Impairment"	Custo de desmante- lamento	Imobilizado em curso	Cisã o	Tota 1
Taxa de depreciação % a.a.		4	7	17	20	10						
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.113	18.471	75.162	4.586	1.294	6.269	12.169	(12.169)	3.993	5.478.044		5.590 .931
Saldo em 31 de	3.113	48.264										5.590
dezembro de 2012		18.471	75.162	4.586	1.294	6.269	12.169	(12.169)	3.993	5.478.044	(124.	.931 1.395.
Adições		40.522	33.767	485	584	1.865			(39)	1.441.983	118	
Baixas Transferências	4.732	(7.742) 3.107.904	(1.241) 2.491.38 <u>3</u>	(3) 35	(120)	(54) 354	)			(5.603.522	)	0 88 <u>5</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.845	3.159.154	2.599.071	5.104	1.757	8.434	12.169	(12.169)	3.954	1.316.505	(124. 118	6.977 ) .706
Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2012		(1.496)	(15.826)	(1.280)	(434)	(1.500	)					(20.5) <u>35</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(1.496)	(15.826)	(1.280)	(434)	(1.500)	)					(20.5)
Adições Baixas Transferências		(67.470) 518	(69.376)	(432)	(307) 93	(749) 6						(138.) 335 616
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(68.448)	(85.202)	(1.712	(649)	(2.243	)					(158.) 254
Valor contábil Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.113	16.975	59.336	3.306	860	4.769	12.169	(12.169)	3.993	5.478.044		5.570 .399
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.845	3.090.707 =	2.513.869	3.392	1.109	6.190	12.169	(12.169)	3.954	1.316.505	(124. 118	

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

										Reaprese	2012 - entado
	Terre nos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Equipam ento de informát ica	Veíc ulos	Móveis e utensílios	Gaso duto	Provisão para perda "Impairment"	Custo de desmante- lamento	Imobilizado em curso	
Taxa de depreciação a.a.	%	4	7	17	20	10					
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2011	44.42 4	20.163	77.918	4.112	821	4.450	12.169	(12.169)	1.946	3.824.067	3.977. 901
Saldo em 31 de dezembro de 2011	44.42 4	13.284 20.163	77.918	4.112	821	4.450	12.169	(12.169)	1.946	3.824.067	
Adições		245	18.064	1.570	473	1.966			172	1.886.616	
Baixas Transferências	(41.34) 4 <u>32</u>	(13.039) 11.103	(3.000 (17.820		)	(147)				(237.610 6.847	(296.) ) 088 <u>15</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.113	18.472	75.162	4.587	1.294	6.269	12.169	(12.169)	2.118	5.479.920	5.590 .934
Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2011		(847)	(12.365	) (693)	(298)	(719)	ı				(14.92)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(847)	(12.365	) (693)	(298)	(719)	ı				(14.92)
Adições Baixas		(608)	(3.393	(587)	(136)	(885)	ı				(5.60) 8
Transferências		(41)	(68	)		104					(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(1.496)	(15.825	)(1.280)	(434)	(1.500)					(20.5) 35
Valor contábil Saldo em 31 de dezembro de 2011	44.42 <u>4</u>	19.316	65. <u>553</u>	3.419	523	3.731	12.169	(12.169)	1.946	3.824.067	3.962 .979
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.113	16.976	59.337	3.307	861	4.769	12.169	(12.169)	2.118	5.479.920	5.570. 399

### Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, às UTE's Amapari Energia S.A., Itaqui, Parnaíba e Pecém II que entraram em operação em novembro de 2008, fevereiro de 2013, março de 2013 e outubro de 2013 respectivamente. A depreciação dos ativos é baseada no prazo de concessão e o cálculo é realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012. Para a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, é calculada uma nova taxa de depreciação ou amortização e mensalmente contabilizados em resultado, para ao final da concessão obter valor residual igual à zero.

### Edificações, obras civis e benfeitorias

Refere-se, basicamente, as UTE's Itaqui, Parnaíba e Pecém II que entraram em operação em fevereiro 2013, março de 2013 e outubro de 2013 respectivamente. A depreciação segue o mesmo procedimento e critério descritos no item Máquinas e equipamentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### **Terrenos**

Em 30 de junho de 2010, a Parnaíba Geração de Energia S.A. adquiriu um terreno para construção do empreendimento no valor de R\$ 3.113 registrado no grupo de "Terrenos". Adicionalmente com a entrada em operação da usina de Porto do Itaqui realizamos a transferência de R\$ 4.731 de imobilizado em curso para o grupo de imobilizado em serviço. As contabilizações seguem o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

#### Imobilizado em curso

Os gastos incorridos com adiantamentos realizados para reservas e aquisições de equipamentos para a construção das usinas termelétricas das empresas Pecém II Geração de Energia S.A., Itaqui Geração de Energia S.A. e Parnaíba´s I e II, são transferidos para imobilizado em serviço em suas respectivas contas, com a obtenção da declaração de operação comercial (DCO). As referidas controladas, Pecém II Geração de Energia S.A., Itaqui Geração de Energia S.A, assinaram com a MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. contratos EPC (*Engineering, Procurement and Constrution*) na modalidade de empreitada global para construção das usinas. Conforme estabelecido nos respectivos contratos, sobre cada montante adiantado deverá ser retido o equivalente a 15% a título de garantia para entrega da usina, a ser desembolsado ao longo do exercício de 2013, caso a MABE apresente fianças bancárias, ressaltando que para essa parcela retida do adiantamento não há uma definição prévia quanto à sua aplicação na obra da usina. Em 31 de dezembro de 2013, o montante total das garantias retidas pelas controladas supracitadas corresponde a R\$ 52.640 (R\$ 77.374 em 31 de dezembro de 2012) e encontra-se contabilizado no passivo circulante da controlada e apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica "Retenções contratuais".

As UTE's Parnaíba I e II assinaram com a Duro Felguera do Brasil Desenvolvimento de Projetos Ltda. e Initec do Brasil Engenharia e Construções Ltda. respectivamente, contratos EPC (*Engineering, Procurement and Constrution*) na modalidade de empreitada global para construção das respectivas usinas.

Os custos de mão de obra dos colaboradores diretamente alocados na construção da usina da Parnaíba II, cujo montante em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 20.038 (R\$ 4.779 em 31 de dezembro de 2012), estão sendo capitalizados.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Em 2013, os projetos Itaqui, Pecem II e parte do complexo Parnaíba entraram em operação e os correspondentes valores de imobilizado em curso foram transferidos para as respectivas contas de imobilizado em serviço. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente de imobilizado em curso está representado, principalmente, pelo projeto Parnaíba II que esta previsto para entrar em operação em 2014.

Em 31 de dezembro de 2013, os custos dos empréstimos capitalizados consolidados em virtude das imobilizações em andamento somam o montante de R\$ 117.926 (2012 - R\$ 405.526), conforme segue:

	<u>Parnaíba I</u>	<u>Parnaíba II</u>	<u>Itaqui</u>	Pecem II	<u>Total</u>
Taxa média em 2013 (a.a.)	9,5%	10%	8,5%	8,5%	
Valores capitalizados em 2013	6.683	72.328	13.683	25.232	117.926
Valores capitalizados em 2012	95.706	40.955	175.735	93.130	405.526

### 14 Intangível

#### (a) Composição dos saldos

#### Consolidado

### Intangível em serviço

									2013
	Licença s e softwar e de informá tica	Direitos minerários de carvão	Opção de direitos minerários	Estudos minerários		Outorgas e CCEARs	to de	Intángí vel em curso	<u>Total</u>
Taxa de amortização % a.a.	20						20		
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.215					183.448	12.90 0	167	201.7 30
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.215					183.448	12.90 0	167	201.7 30
Adições	5.224				15.470	0-44-	251	270	21.21 4
Baixas Transferências	6.613						(7.06	) (436)	) (885)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	17.053				15.470	183.448	6.089		222.0 59
Amortização Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.965)								(1.96) <u>5</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.965)								(1.96) 5
Adições Baixas Transferências	(6.244)				(469)				(6.71 3)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.209)				(469)				(8.6 <sub>7</sub>
Valor contábil Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.251	_			15.470	183.448	12.86	166	215.2 36

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Saldo em 31 de	8.843				213.3
dezembro de 2013			15.001	183.448 6.089	81

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

	2012 - Reapresentad							
	Licenças e software de informát ica	Ágio na aquisição de investimentos	Outorgas e CCEARs	Direi to de uso	Intángí vel em curso	_Total		
Taxa de amortização % a.a.	20			20				
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.093	15.470		222.4 59	26.180	268.2 02		
Saldo em 31 de dezembro de 2011 Adições	4.093 1.761	15.470	190 499	222.4 59	26.180	268.2 02 186.62		
Baixas Transferências	(639)		183.488	(211.4	67 (26.180) 99	3 (237.6 ) 10) <u>(15</u> )		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.215	15.470	183.488	12.861	166	217.20		
Amortização Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.248)					(1.248)		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.248)					(1.248)		
Adições Baixas Transferências	(721) 5					(721)		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.964)					(1.964)		
Valor contábil Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.845	15.470		222.4 59	26.180	266.9 54		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.251	15.470	183.488	12.861	166	215.23 6		

#### Ágio na aquisição de investimento **(b)**

Em 14 de outubro de 2008, a Eneva S.A. adquiriu da EDP Energias do Brasil S.A. 100% das quotas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

do capital social da Itaqui Geração de Energia S.A. em transação que envolveu a permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. pelas referidas quotas e o consequente registro de um ágio pela Eneva S.A. no montante de R\$ 15.470 que está sendo apresentado no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras individuais da controladora e no grupo do intangível para as demonstrações financeiras consolidadas. Tal ágio está baseado na expectativa da rentabilidade futura e está amortizando pelo prazo estabelecido na autorização da portaria nº 177 do dia 12 de maio de 2008.

#### 15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, as quais foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes.

#### (a) Controlador

O controle da Companhia é exercido em conjunto pelo Sr. Eike Fuhrken Batista e pela DD Brazil Holdings S.À.R.L (empresa 100% controlada pela E.ON AG), que detém, respectivamente, 23,9% e 37,9% das ações ordinárias.

### (b) Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

### (c) Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Holding Ltda., E.ON AG, Óleo e Gás Participações S.A., Prumo Logística S.A., MMX Mineração e Metálicos S.A., OSX Brasil S.A., OMX Operações Marítimas Ltda., CCX Brasil Participações S.A., MMX Chile S.A., LLX Açú Operações Portuárias S.A. e AVX Táxi Aéreo Ltda., bem como suas controladas e coligadas.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	-			Ativo
	Со	ntroladora		Consolidado
	2013	2012	2013	2012
				(Reapresentado)
Pecém II Geração de Energia S.A. (c)	324.216	1.108		
Termopantanal Ltda. (a)	7.683	7.683		
Termopantanal Ltda. (a)	(7.453)	(7.453)		
Termopantanal Participações Ltda. (a)	457	457		
ENEVA Comercializadora de Energia S.A. (e)	653	175	14.387	174
Parnaíba Geração de Energia S.A. (f)	5.159	2.641	10 /	, .
Itaqui Geração de Energia S.A. (g)	404.621	374.965		
MPX Sul Energia S.A. (m)	181	95	181	95
Porto do Açú Energia S.A. (m)	241	251	241	251
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (j)	2.977	302	•	ŭ
ENEVA Comercializadora de Combustível Ltda. (m)	327	95	327	95
Seival Participações S.A. (m)	0 /	66	0 ,	66
EBX Holding Ltda. (b)	12.542	1.134	12.542	1.134
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (j)	1.547	1.438	1.547	1.438
ENEVA Participações S.A. (n)	5.341	6.111	5.341	6.111
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (k)	258.749	133.489	260.268	133.489
ENEVA Desenvolvimento (1)	346	908		
Seival Sul Mineração Ltda. (m)	10	9		
Parnaíba Participações S.A. (m)	1.131	•	1.131	
ENEVA Investimentos S.A. (m)	11		_	
Parnaíba V Geração de Energia S.A. (m)	119			
Tauá II Geração de Energia Ltda.	44			
Parnaíba III Geração de Energia S.A.				
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	14.219		14.219	
Parnaíba Gás Natural S.A.	204.794		206.138	
MABE da Brasil	11.559		11.559	
Seival Geração de Energia S.A.	195		195	
Adiantamentos para futuros aumentos	, ,		, ,	
de capital para controladas (h)	206.678	419.426	150	12.425
	1.456.347	942.900	528.227	155.278
Não circulante	1.456.347	942.900	528.227	155.278

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

					Passivo
<u> </u>		Contro	ladora		Consolidado
	2013		2012	2013	2012
					(Reapresentado)
EBX Holding Ltda. (b) ENEVA Comercializadora de	2.772		2.664	2.824	3.975
Energia Ltda. (e) Copelmi Mineração Ltda. (d) Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (k) ENEVA Comercializadora de	81		1.116	138.478 158 2.502	23.904 14 430
Combustíveis Ltda. (m) ENEVA Participações S.A. (n) Tauá Geração de Energia Ltda. Porto do Pecém Transportadora	3.919 444		2.376 367	3.919 444	136 2.376 367
e Minérios S.A. Petra Energia S.A.(o) Parnaíba Gás Natural S.A.(p) Parnaíba Participações S.A. DD Brazil	274 27.000			70 80.781 45.128 27.000	
	34.489		6.523	6.416	01.000
	34.469		0.523	307.720	31,202
Circulante Não circulante	34.489		6.523	307.720	30.772 430
					Resultado
		Cor	<u>itroladora</u>		Consolidado
		2013	2012	2013	2012
					(Reapresentado)
EBX Holding Ltda. (b) Pecem II Geração de Energia S.A. (c) ENEVA Comercializadora de Energia S.A. (e) Parnaíba Geração de Energia S.A. (f) Itaqui Geração de Energia S.A. (g) MMX Mineração e Metálicos S.A. OGX Petróleo e Gás Ltda.		3.675 20.637 931 1.656 33.868	(20.372) 864 (8.877) 2.153 12.013 85 364	(13.280) (36.152) (160.728) (2.233) (119.315)	(24.697) (1.233) (8.877) (340) 9.490 85 364
OSX Brasil S.A.			162		162
LLX Logística S.A. MPX Sul Energia S.A. (m) Porto do Açú Energia S.A. (m)		76 142	140 50 310	76 142	140 50 310
ENEVA Solar Empreendimentos Ltda.  ENEVA Comercializadora de Combustível Ltda. (m)  Seival Participações S.A. (m)		136 130	(246) 327 21	136 130	(246) 327 21
Pecém Operação e Manutenção Elétrica S.A. (i) Parnaíba II Geração (j) Parnaíba Participações (m)		129 1.588	50 800 32	(19.321) (10.879)	50 800 32
ENEVA Participações S.A. (n) Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (k) ENEVA Desenvolvimento S.A.(l)		(1.264) 13.029 81	3.022 60	(1.264) 13.029	3.022 60
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (m) Parnaíba V Geração de Energia S.A. (m) MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. (m	)	508 123 342		508 (5.087)	
ENEVA Investimentos S.A. (m) Copelmi Mineração Ltda. (d) Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (m) Petra Energia S.A.(o) OGX Petroleo e Gás S.A.(p)		11		11 117 85.015 136.438	(55)
		75.916	(9.042)	(132.657)	(20.535)

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (a) Contrato de mútuo celebrado com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. A Eneva S.A. constituiu provisão de R\$ 7.453 para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda.
- (b) A Companhia e suas controladas mantêm contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com as empresas EBX Holding S.A., com cobranças mensais através de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ (13.280) (R\$ (34.682) em 31 de dezembro de 2012).
- (c) Receita de ressarcimento de custos de atividades operacionais, financeiras e relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ (36.152).
- (d) Ressarcimento de custos administrativos referentes a 30% de participação da Copelmi Mineração Ltda. no capital social da Seival Sul Mineração, com efeito no resultado de R\$ 11.
- (e) O saldo é composto por receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Eneva S.A., Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A. através de cobranças mensais de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2013 o efeito em resultado é de R\$ (160.728).
- (f) O saldo é composto por receita de ressarcimento de custos relativos a estudos de viabilidade. Em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ (2.233).
- (g) O saldo é composto pela receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e relativos a implantação de projetos; em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ (119.315)
- (h) Saldo composto pelos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) existentes em suas controladas, os quais são irrevogáveis e irretratáveis, não sendo, entretanto, definido valor fixo de quantidade de ações/quotas para aumento de capital, não atendendo assim aos requerimentos do CPC 38. Os seguintes AFACs estão em aberto em 31 de dezembro de 2013, com as empresas indicadas:

Controladas	2013	2012
Porto do Açu Energia S.A. MPX Seival Participações S.A.		
Parnaíba Geração de Energia S.A.	118.000	
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	10	
Itaqui Geração de Energia S.A.	87.700	241.000
Parnaíba Participações S.A.		12.426
Pecém II Geração de Energia S.A.		166.000
ENEVA Investimentos S.A.	3	
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	150	
Tauá II Geração de Energia Ltda.	<u>815</u>	
	206.678	419.426

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (i) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em dezembro 2011, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (110% do CDI) e com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ 129. (ii) receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Parnaíba Geração de Energia S.A. através de cobranças mensais de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2013 o efeito em resultado é de R\$ (19.450).
- (j) Receita de ressarcimento de custos de atividades operacionais, financeiras e relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ (10.879).
- (k) Contrato de mútuo celebrado, em 24 de setembro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante), sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento de 1 (um) dia após pagamento integral pela mutuante do valor total do contrato. Em 31 de dezembro de 2013, apurou receita de R\$ 13. 029.
- (l) O saldo é composto por: (i) receita de ressarcimento de custos relativos a gestão do projeto; em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ 46 e (ii) contrato de mútuo celebrado, em 26 de novembro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento de 1 (um) dia após pagamento integral pela mutuante do valor total do contrato; em 31 de dezembro de 2013,o efeito no resultado é de R\$ 35.
- (m) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos.
- (n) Receita de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos. Em 31 de dezembro de 2013, o efeito no resultado é de R\$ (1.264).
- (o) O saldo é composto por: (i) custos relativos ao contrato de compra de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás, firmado entre Parnaíba e a Petra. O efeito no resultado é de R\$ 85.015 e (ii) Adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 23.571 firmado entre a Petra e a Parnaíba.
- (p) Custos relativos ao contrato de compra de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás, firmado entre as empresas. O efeito no resultado é de R\$ 136.438.

#### (d) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei  $n^o$  6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Desta forma os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

		Controladora	Consolidade		
	2013	2012	2013	(Reapresentado)	
Beneficios de curto prazo Salários	4.565	5.470	9.449	9.698	
Opção de ações outorgadas	350.514 355.079	321.904 327.374	350.514 359.963	<u>321.904</u> 331.602	

Abaixo os montantes de remuneração anual individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores, em R\$:

			2013	2012 - Reapresentado					
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima			
Conselho Administração Diretores	16.999 122.451	62.227 822.660	96.000 1.815.721	40.000 210.766	51.667 367.602	90.000 696.505			

#### **Empréstimos e financiamentos** 16

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição dos empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

															Co	nsolidado
											2013					2012
Empresa	Credor		Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa efetiva - %	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaqui	BNDES (Direto)	(a)	R\$	TJLP+2,78%	15.06.26	2,89	11.182	9.913	830.630	2.586	823.304	11.182	10.541	898.472	2.772	890.703
Itaqui	BNB	(b)	R\$	10,00% IPCA + TR BNDES+	15.12.26	10,14	2.892	2.727	201.977	857	200.107	2.892	2.816	202.322	859	200.365
Itaqui	BNDES (Indireto)	(c)	R\$	4,8%	15.06.26	4,80	1.475	1.473	109.302	6.041	113.870	1.475	1.475	111.299	31.378	141.202
Itaqui	BNDES (Indireto)	(d)	R\$	TJLP+4,8%	15.06.26	4,94	2.023	1.953	162.052	632	160.731	2.023	2.000	175.016	669	173.685
Pecém II	BNDES (Direto)	(e)	R\$	TJLP+2,18% IPCA+ TR BNDES +	15.06.27	7,24	7.803	6.091	710.327	2.054	706.290	7.803	6.854	695.027	2.002	690.175
Pecém II	BNDES (Direto)	(f)	R\$	2,18%	15.06.27	13,51	1.740	1.294	131.607	42.840	173.153	1.740	1.482	124.439	25.814	148.772
Pecém II	BNB	(g)	R\$	10,00%	31.01.28	10,30	4.287	3.620	250.000	4.070	250.450	4.164	3.773	235.000	3.826	235.053
Parnaíba I	BRADESCO	(h)	R\$	CDI+3,00%	18.12.14	4,49	4.593		48.000	117	48.117	4.593	1.571	60.000	5.634	64.063
Parnaíba I	Banco Itaú BBA	(i)	R\$	CDI+3,00%	15.04.15	3,44	11.516		60.670	776	61.446	8.917	4.646	65.000	7.675	68.029
Parnaíba I	BNDES (Direto)	(j)	R\$	TJLP+1,88% IPCA + TR BNDES	15.06.27	2,16	16.867	16.860	493-444	1.370	477.954	2.998	2.998	495.676	392	493.070
Parnaíba I	BNDES (Direto)	(k)	R\$	+ 1,88%	15.07.26	2,17	6.953	6.663	215.988	10.408	219.733	1.236	1.237	204.388	38	203.189
Parnaíba II	Banco Itaú BBA	(1)	R\$	CDI+3,00%	30.12.14				200.000	146	200.146			100.000	8.189	108.189
Parnaíba II	Banco HSBC	(m)	R\$	CDI+3,00%	31.12.13									125.000	10.236	135.236
		(m)	R\$	CDI+3,00%	31.12.13											
Parnaíba II	CEF	(n)	R\$	CDI+3,00%	30.12.14				280.000	286	280.286			325.000	21.523	346.523
Parnaíba II		(o)	R\$	TJLP+2,40%	15.06.15		3.619	3.619	280.700	223	277.304			0	0	0
	Banco Itaú BBA Notas Promissórias - 1ª	(p)	R\$	CDI+2,65%	16.12.14				105.790	503	106.293			105.790	368	106.158
ENEVA S/A		(q)	R\$	CDI+1,50%	15.12.13									300.000	11.595	311.595
	Banco Citibank	(r)	R\$	CDI+2,95%	22.09.14				101.250	3.107	104.357			101.250	2.042	103.292
	Banco Citibank Notas Promissórias - 2ª	(s)	US\$	LIBOR 3M + 1,26%	27.09.17				117.130	20	117.150			102.175	18	102.193
ENEVA S/A	Notas Promissórias - 3ª	(t)	R\$	CDI+1,50%	09.12.13									300.000	1.005	301.005
ENEVA S/A		(u)	R\$	CDI+2,95%	25.12.13											
	Banco BTG Pactual	(v)	R\$	CDI+3,75%	09.12.14				101.912	792	102.705			101.912	371	102.283
	Banco BTG Pactual	(w)	R\$	CDI+3,75%	09.06.15				350.000	2.562	352.559					
	Banco BTG Pactual	(x)	R\$	CDI+3,75%	09.12.14				370.000	1.196	371.196					
	Banco HSBC	(y)	R\$	CDI+2,75%	12.12.14				303.825	1.747	305.572					
	Banco Citibank	(z)	R\$	CDI+4,00%	03.11.14				42.000	879	42.879					
	Banco Citibank	(aa)	R\$	CDI+4,00%	09.12.14				100.000	792	100.792					
	Banco Itaú BBA	(bb)	R\$ R\$	CDI+2,65%	05.12.14				200.000	1.618	201.618					
	Banco Itaú BBA Banco Santander	(cc) (dd)		CDI+2,65% CDI+3,25	09.12.14 15.01.15				210.000 66.667	1.499 336	211.499 67.003					
	Morgan Stanley	(ee)	R\$	CDI+3,25 CDI+3,25	15.01.15				66.667	336	67.003					
	Banco Itaú BBA	(ff)	R\$	CDI+3,25 CDI+3,25	15.01.15				66.667	336	67.003					
							74.950	54.213	6.176.605	88.129	6.210.520	49.023	39.393	4.827.766	136.406	4.924.780
								Custo a apropriar	Principal	Juros	Total		Custo a apropriar	Principal	Juros	Total

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

													Cor	nsolidado
									2013					2012
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa efetiva - %	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Circu Não c	ante rculante						2.322.843 3.853.762					1.716.403 3.111.363		

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos da controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e as controladas indiretas MPX Chile Holding Ltda., Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., para as quais, a partir de 2013 aplicando as novas regras de consolidação, introduzidas pela adoção do IFRS 11, não temos obrigação de apresentar nas demonstrações financeiras:

											2013					2012
Empresa	Credor	_	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa efetiva - %			Principal	Juros	Total	Custo de transação	Custo a apropriar		Juros	Total
Pecém I (50%)	BNDES (Direto)	(gg)	R\$	TJLP + 2,77% LIBOR +	15.06.26	TJLP + 3,09 LIBOR +	8.461	4.844	740.449	2.312	737.918	8.461	5.644	799.685	2.475	796.516
Pecém I (50%)	BID	(hh)	US\$	3,50% LIBOR +	15.05.26	4,67 LIBOR +	8.808	5.296	158.142	779	153.625	8.705	6.196	143.974	740	138.518
Pecém I (50%)	BID Banco Credit	(ii)	US\$	3,00%	15.05.22	4,16	8.939	5.374	184.506	791	179.922	8.814	6.001	173.716	782	168.498
Chile (50%)	Suisse Banco Credit	(ii)	US\$	8,125%	15.04.15				10.519	183	10.702			14.907	267	15.173
Chile (50%) Parnaíba IV	Suisse Banco BTG	(kk)	US\$	8,000%	15.04.15				7.013	120	7.133			10.232	175	10.408
(35%) Parnaíba III	Pactual	(II)	R\$	CDI + 2,28%	29.01.14				24.500	1.796	26.296					
(35%)	Banco Bradesco	(mm)	R\$	CDI + 2,53%	31.01.14				42.000	493	42.493					
						:	26.208	15.514	1.167.129	6.474	1.158.089	25.980	17.841	1.142.514	4.439	1.129.113
								Custo a apropriar	Principal	Juros	Total		Custo a apropriar		Juros	Total
	Circulante Não circulante							2.481 13.033	160.876 1.006.253	6.475	164.870 993.219		2.609 15.232	88.082 1.054.432		89.912 1.039.201

#### Porto do Itaqui Geração de Energia SA (Itaqui)

- (a) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") liberou a totalidade dos R\$ 784 milhões do financiamento de longo prazo de Itaqui, relativos aos subcréditos A, B e C, sendo o custo anual contratado de TJLP + 2,78%. O prazo do financiamento é de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Já o subcrédito D, destinado a investimentos sociais (BNDES Social) no valor de R\$ 13,7 milhões, tem custo somente de TJLP e teve desembolso de R\$ 11,7 milhões até o momento. O prazo total da linha BNDES Social é de 9 anos, sendo 6 anos de amortização e carência de pagamento até julho de 2012. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Com isto o saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 830,6 milhões. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos foram capitalizados. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.
- (b) Complementar ao financiamento do BNDES, Itaqui conta com um empréstimo do BNB-FNE, no montante total de R\$ 203 milhões, o qual teve sua última parcela desembolsada em 28 de julho de 2011, totalizando o valor contratado. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012, com um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com a consequente redução do custo para 8,5% ao ano. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 201,9 milhões.
- (c) Da linha do BNDES indireto, que tem como agentes os bancos Bradesco e Votorantim , foram repassados a Itaqui R\$ 99 milhões relativos aos subcréditos A, B, C, D e E. Esta parte do empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 4,8% durante a fase de construção e de IPCA + Taxa Referência BNDES +

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

5,3% durante a fase de operação. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Com isto o saldo do principal em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 109,3 milhões. Durante a fase de construção, os juros destes empréstimos foram capitalizados. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.

(d) Todo o subcrédito F, do mesmo empréstimo do item anterior e que corresponde a R\$ 141,8 milhões, foi repassado a Itaqui. Esta parte do empréstimo tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 4,8% durante a fase de construção e de TJLP + 5,3% durante a fase de operação. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Com isto o saldo do principal em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 162,0 milhões. Durante a fase de construção os juros destes empréstimos foram capitalizados. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### MPX Pecém II Geração de Energia SA (Pecém II)

- (e) Pecém II recebeu até 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 615,3 milhões de um total de R\$ 627,3 milhões previstos nos subcréditos A, B, C, D e L do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção). Estes subcréditos têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2013. O custo anual contratado é de TJLP + 2,18%. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Com isto o saldo do principal em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 710,3 milhões. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.
- (f) Referente à totalidade dos subcréditos E, F, G, H e I do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES, mencionado no item anterior, Pecém II recebeu a liberação de R\$ 110,1 milhões. Estes subcréditos têm prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até junho de 2014. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 2,18%. O subcrédito J de R\$ 22 milhões, que fazia parte desta linha de financiamento foi transferido em abril de 2012 para o subcrédito A do item anterior. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 131,6 milhões. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.
- (g) Complementar ao financiamento do BNDES, Pecém II conta com um empréstimo do BNB com recursos do FNE, no montante total de R\$ 250 milhões, totalmente desembolsados. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com juros trimestrais e 14 anos de amortização com carência para pagamento de principal até fevereiro de 2014, tendo um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com a consequente redução do custo para 8,5% ao ano. Este financiamento conta com o pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.

### UTE Parnaíba Geração de Energia SA (Parnaíba I)

(h) Em 27 de dezembro de 2011, o projeto Parnaíba I captou R\$ 75 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o BRADESCO, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, para o financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento inicial o dia 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos ao final. Em 28 de fevereiro de 2012, foram desembolsados mais R\$ 75 milhões pelo banco nas mesmas condições do desembolso anterior. Em 28 de dezembro de 2012 foram liquidados R\$ 90 milhões de principal acrescidos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos nos itens (j) e (k). Em 26 de junho de 2013, a empresa renovou o saldo de principal de R\$ 60 milhões, pagando a totalidade dos juros devidos até esta data, passando o novo vencimento para 24 de setembro de 2013 e mantendo os juros em 100% do CDI mais 3% ao ano. Em 24 de setembro a UTE Parnaíba renegociou os termos do contrato alterando seu vencimento para 24 de outubro de 2013, e posteriormente para 24 de novembro de 2013. Em 31 de outubro de 2013, uma nova renegociação alterou o vencimento do contrato para 18 de dezembro de 2014. O principal e os juros serão pagos em 15 parcelas mensais. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 48 milhões.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (i) Em 27 de dezembro de 2011, Parnaíba I captou R\$ 125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, que se destinou ao financiamento da implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento original em 26 de junho de 2013 com principal e juros pagos no final. Em dezembro de 2012, foram liquidados R\$ 60 milhões de principal acrescidos dos juros devidos, quando da liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES descritos nos itens (j) e (k). Em 26 de junho de 2013, a empresa renovou o saldo de principal de R\$ 65 milhões, pagando a totalidade dos juros devidos até esta data, passando o novo vencimento para 24 de setembro de 2013 e mantendo os juros em 100% do CDI mais 3% ao ano. Nesta data, uma nova renovação alterou o vencimento do contrato para 24 de outubro de 2013 e, posteriormente, para 15 de abril de 2015. O principal e os juros serão pagos em 05 parcelas trimestrais iniciando-se em 15 de abril de 2014. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 60,7 milhões.
- (j) Parnaíba I recebeu, em dezembro de 2012, a liberação de R\$ 495,7 milhões, referentes aos subcréditos B e C do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES de um total previsto de R\$ 671 milhões. Estes subcréditos serão amortizados em 168 parcelas mensais com início em 15 de julho de 2013, juntamente com os juros. O custo anual contratado é de TJLP + 1,88%. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 493,4 milhões.
- (k) Adicionalmente, Parnaíba I recebeu, em dezembro de 2012, a liberação de R\$ 204,3 milhões, referentes à totalidade do subcrédito A do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Este subcrédito será amortizado em 13 parcelas anuais com início em 15 de julho de 2014, junto com os juros devidos. O custo anual contratado é de IPCA + TR BNDES + 1,88%. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Com isto o saldo do principal em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 215,9 milhões. Este financiamento conta com pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.

### UTE Parnaíba II Geração de Energia SA (Parnaíba II)

- (l) O Projeto Parnaíba II captou, em 30 de março de 2012, o valor de R\$ 100 milhões em um contrato de CCB com o Banco Itaú BBA, tendo a controladora como avalista. Com vencimento original em 30 de setembro de 2013 para pagamentos de principal e juros, este empréstimoponte foi destinado ao financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III. À ocasião do vencimento, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 30 de setembro de 2013 com principal e juros pagos no final. A empresa repactuou o contrato alterando seu vencimento para 30 de dezembro de 2013. Posteriormente, renegociou o contrato alterando seu vencimento para 30 de dezembro de 2014 e fez captação adicional de R\$ 100 milhões com vencimento em 30 de dezembro de 2014. O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 200 milhões.
- (m) Em 30 de março de 2012, a UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A. captou R\$ 125 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco HSBC, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, destinado ao financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento em 30 de setembro de 2013 com principal e juros pagos no final. Em 30 de setembro de 2013, a UTE Parnaíba II repactuou o contrato alterando seu vencimento para 30 de dezembro de 2013. Em 3 de junho de 2013, foram desembolsados mais R\$ 100 milhões pelo banco nas mesmas condições do desembolso anterior, porém com vencimento de principal e juros em 31 de dezembro de 2013. Os R\$ 225 milhões de principal contratados foram liquidados, em dezembro de 2013, junto aos juros incorridos até a data.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (n) Em maio de 2012, Parnaíba II celebrou um contrato de CCB no valor de R\$ 325 milhões com a Caixa Econômica Federal, tendo a controladora como avalista. Este empréstimo-ponte, destinado para o financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III, foi desembolsado em uma tranche de R\$ 125 milhões e duas de R\$ 100 milhões, nos dias o8 de maio de 2012, 15 de maio de 2012 e 30 de maio de 2012, respectivamente, e tem juros anuais de 100% do CDI mais 3% e vencimento original em 7 de novembro de 2013 com principal e juros pagos no final. À ocasião do vencimento, a empresa repactuou o contrato alterando seu vencimento para 30 de dezembro de 2013. A essa data foram liquidados R\$ 45 milhões de principal, além de juros incorridos até a data, e renegociado o valor restante com vencimento previsto para 30 de dezembro de 2014. O saldo do principal, em 31 dezembro de 2013 corresponde a R\$ 280,0 milhões.
- (o) Parnaíba II recebeu do BNDES empréstimo-ponte no valor de R\$ 280,7 milhões ao final de dezembro de 2013. Este empréstimo será amortizado em parcela única em 15 de junho de 2015 juntamente com os juros. O custo anual contratado foi de TJLP + 2,40%.

#### Eneva SA (Eneva)

- (p) Em 16 de dezembro de 2013, a Eneva repactuou os R\$ 105,8 milhões de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com o Banco Itaú BBA S.A., pagando a totalidade dos juros devidos até esta data, passando o novo vencimento para 16 de dezembro de 2014. O custo será de CDI mais 2,65% ao ano com juros e principal pagos ao final da operação.
- (q) Em 18 de julho de 2012, a Eneva S/A realizou a distribuição pública de 300 notas promissórias comerciais, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o valor total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,5% a.a. As notas promissórias foram liquidadas antecipadamente em 28 de junho de 2013, mediante a emissão de novas notas promissórias descritas no item (u) abaixo.
- (r) Em 27 de setembro de 2012, a controladora Eneva S.A emitiu junto ao Banco Citibank S.A uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101.250 com vencimento em 27 de setembro de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,15% ao ano e serão pagos no vencimento, em 27 de setembro de 2013. Nesta data a Eneva S/A renovou este contrato alterando seu vencimento para 22 de setembro de 2014 e alterando a taxa de juros para CDI mais 2,95% ao ano.
- (s) Em 27 de setembro de 2012, Eneva obteve empréstimo junto ao Banco Citibank S.A através da celebração de Credit Agreement, nos termos da Resolução 4.131 do BACEN, num montante de US\$ 50.000. Os juros incidentes nessa captação são de Libor 3M + 1,26% a.a. e serão pagos trimestralmente. O principal será pago semestralmente com carência até 26 de setembro de 2014 e término do contrato em 27 de setembro de 2017. Para se proteger da variação cambial sobre essa captação a Eneva S.A contratou junto ao próprio Citibank uma operação de swap.O saldo do principal, em 31 de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 117 milhões. Vide Nota Explicativa 18.
- (t) Em 14 de dezembro de 2012, a Eneva S/A realizou a distribuição pública de 300 notas promissórias comerciais, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o valor total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,5% a.a. Estas notas promissórias foram liquidadas no vencimento.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (u) Em 28 de junho de 2013, a Eneva S/A realizou a distribuição pública de 33 notas promissórias comerciais, em série únicas, no valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, perfazendo o valor total de R\$ 330 milhões, com vencimento em 25 de dezembro de 2013, remuneradas pela variação do CDI mais 2,95% a.a. Estas notas promissórias foram liquidadas no vencimento.
- (v) Em 13 de dezembro de 2012, a Eneva emitiu junto ao Banco BTG Pactual uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 101,9 milhões com vencimento em 13 de dezembro de 2013. Á ocasião do vencimento, a linha foi repactuada com vencimento previsto para 09 de dezembro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente ao custo do CDI mais 3,75% a.a. O principal será pago integralmente no vencimento.
- (w) Em 7 de fevereiro de 2013, a Eneva emitiu junto ao Banco BTG Pactual uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 350 milhões, com vencimento em 6 de agosto de 2013. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 2,95% ao ano e serão pagos no vencimento. Em 6 de agosto de 2013, a companhia repactuou o empréstimo alterando seu vencimento para 2 de dezembro de 2013. Uma nova repactuação postergou o vencimento da dívida para 9 de junho de 2015, com juros pagos trimestralmente ao custo de CDI + 3,75% a.a. e principal pago no vencimento.
- (x) A Eneva emitiu junto ao Banco BTG Pactual duas CCBs (Cédulas de Crédito Bancário), no valor individual de R\$ 100 milhões em 09 de dezembro de 2013 e R\$ 270 milhões em 26 de dezembro de 2013, ambas com vencimento do principal em 09 de dezembro de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e serão pagos trimestralmente.
- (y) Em 25 de março de 2013, a Eneva emitiu junto ao Banco HSBC uma CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 100 milhões com vencimento em 25 de março de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 1,75% ao ano e serão pagos no vencimento. Os juros acumulados até 12 de dezembro de 2013 foram pagos e um novo vencimento foi acordado para 12 de dezembro de 2014. O spread para esse novo período será de 2,75% ao ano. À ocasião da repactuação, a companhia emitiu nova CCB no valor de R\$ 203,8 milhões com vencimento previsto para 12 de dezembro de 2014. O custo será de, 100% do CDI mais 2,75% a.a. com juros e principal pagos no vencimento.
- (z) A Eneva contraiu junto ao Citibank S.A dívida no valor de R\$ 42 milhões (na forma de CCB), em 1º de novembro de 2013, com vencimento em 3 de novembro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente ao custo de, 100% do CDI mais 4,00% a.a. e principal será pago no vencimento.
- (aa) A Eneva emitiu junto ao Banco Citibank S.A CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 100 milhões em 9 de dezembro de 2013 com vencimento em 9 de dezembro de 2014., os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 4,00% a.a. com pagamento de principal e juros no vencimento.
- (bb) A Eneva emitiu junto ao Itaú BBA CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 200 milhões em 5 de dezembro de 2013 com vencimento em 5 de dezembro de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 2,65% a.a., com pagamento de principal e juros no vencimento.
- (cc) A Eneva emitiu junto ao Itaú BBA CCB (Cédula de Crédito Bancário), no valor de R\$ 210 milhões, em 09 de dezembro de 2013, com vencimento em 09 de dezembro de 2014. Os juros pactuados foram de 100% do CDI mais 2,65% a.a., com pagamento de principal e juros no vencimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (dd) Em função das negociações da OGX Maranhão (atual Parnaíba Gás Natural), a Eneva adquiriu junto ao Banco Santander dívida no valor de R\$ 66,6 milhões (na forma de CCB), em 4 de novembro de 2013 com vencimento em 15 de janeiro de 2015. Os juros serão pagos mensalmente ao custo de 100% CDI mais 3,25% a.a. até 14 de junho de 2014, 3,75% a.a. até 14 de setembro de 2014 e 4,25% a.a. até a data de quitação integral da CCB. O principal será pago no vencimento.
- (ee) Em função das negociações da OGX Maranhão (atual Parnaíba Gás Natural), a Eneva adquiriu junto ao Morgan Stanley dívida no valor de R\$ 66,6 milhões (na forma de CCB) em 4 de novembro de 2013 com vencimento em 15 de janeiro de 2015. Os juros serão pagos mensalmente ao custo de 100% CDI mais 3,25% a.a. até 14 de junho de 2014, 3,75% a.a. até 14 de setembro de 2014 e 4,25% a.a. até a data de quitação integral da CCB. O principal será pago no vencimento.
- (ff) Em função das negociações da OGX Maranhão (atual Parnaíba Gás Natural), a Eneva adquiriu junto ao Itaú BBA dívida no valor de R\$ 66,6 milhões (na forma de CCB) em 4 de novembro de 2013 com vencimento em 15 de janeiro de 2015. Os juros serão pagos mensalmente ao custo de 100% CDI mais 3,25% a.a. até 14 de junho de 2014, 3,75% a.a. até 14 de setembro de 2014 e 4,25% a.a. até a data de quitação integral da CCB. O principal será pago no vencimento.

#### Porto do Pecém Geração de Energia SA (Pecém I)

- (gg) O BNDES liberou até 30 de junho de 2013 o montante de R\$ 1,40 bilhão do financiamento de longo prazo de Pecém I. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um valor total de R\$ 1,41 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo anual contratado é de TJLP + 2,77%. Durante a fase de construção os juros foram capitalizados. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A. na empresa. Este financiamento conta com pacote de garantia tradicional de operações na modalidade de *Project Finance*.
- (hh) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Pecém I conta com empréstimo direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("A loan") no montante de US\$ 147 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$ 143,78 milhões (equivalente a R\$ 316.284 em 31 de dezembro de 2013). O "A Loan" tem custo anual de Libor + 3,5% e prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.
- (ii) Em complementação ao empréstimo direto do BNDES, Pecém I conta com empréstimo indireto do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), ("B loan") no montante de US\$ 180 milhões, dos quais foi desembolsado até o momento o total de US\$ 176 milhões (equivalente a R\$ 369.012 em 31 de dezembro de 2013). Os bancos repassadores são Grupo Banco Comercial Português, Calyon e Caixa Geral de Depósito. O "B Loan" tem custo anual de Libor + 3,0% e prazo total de 13 anos, sendo 10 anos de amortização e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais, tendo em vista a participação de 50% da EDP Energias do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### MPX Chile Holding Ltda (MPX Chile)

- (jj) Em 13 de abril de 2011, a MPX Chile celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$ 15 milhões (equivalente a R\$ 21.038 em 31 de dezembro de 2013), sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8,13%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato será em 15 de abril de 2015. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais.
- (kk) Em 29 de junho de 2011, a MPX Chile celebrou contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse, tendo como avalista a controladora. O empréstimo foi captado em dólar norte-americano no montante de US\$ 10 milhões (equivalente a R\$ 18.495 em 30 de setembro de 2013),sobre o qual incidem juros anuais fixos de 8%. Principal e juros serão pagos semestralmente, com carência para pagamento do principal até 15 de abril de 2013 e o término do contrato ocorrerá 15 de abril de 2015. Os saldos de principal e juros demonstrados na tabela acima correspondem a 50% dos saldos originais.

#### UTE Parnaíba IV Geração de Energia SA (Parnaíba IV)

(ll) Em 29 de abril de 2013, o Projeto Parnaíba IV captou R\$ 70 milhões em um contrato de CCB (Cédula de Crédito Bancária) com o Banco BTG Pactual. Este empréstimo-ponte, que é para o financiamento da implantação de projeto termelétrico a gás natural firmado com a Kinross Brasil Mineração S.A., tem juros anuais de 100% do CDI mais 2,28% ao ano e vencimento em 29 de janeiro de 2014 com principal e juros pagos no final.

#### UTE Parnaíba III Geração de Energia SA (Parnaíba III)

(mm) O Projeto Parnaíba III recebeu em 25 de novembro de 2013 do Banco Bradesco empréstimoponte no valor de R\$ 120 milhões com vencimento inicial previsto para 9 de janeiro de 2014. Nesta data foi repactuado novo vencimento para 31 de janeiro de 2014. O custo do empréstimo-ponte é de CDI mais 2,53% ao ano. Principal e juros serão pagos ao final da operação.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado
Ano de vencimento	
2015	1.094.352
2016	244.045
2017	283.230
2018 até o último vencimento	2.180.751
	3.802.378

A modalidade Project Finance conta com garantias reais do projeto como Penhor de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos e de Créditos, Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes do projeto, Cessão Condicional de Direitos e Contratos, Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos, entre outras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### **Covenants financeiros**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de financeiros.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Pecém II Geração de Energia S.A., Itaqui Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração de Energia S.A. contêm especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA ("earnings before interest, taxes, depreciation and amortization").

Em 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos estavam atendidos.

Alguns contratos de financiamento possuem também cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2013 se encontram integralmente atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente.
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações.
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações.
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações.
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios.
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### 17 Impostos e contribuições a recolher

	Con	Consolidado		
	2013	2012	2013	2012 Reapre- sentado
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	,			344 537
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6	56	6.286	1.667
ICMS	1	37	634	115
PIS, COFINS, IRRF e CSL	570	40	23.406	1.559
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	56	14	58	15
Outros	<u>76</u>	255	15.550	3.004
Circulante	709	402	45.934	7.241

### 18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão apresentadas a seguir:

		Controlado ra
	2013	2012
Instrumentos financeiros	Total	Total
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber com outras pessoas ligadas	217.337	1.134
Contas a receber com controladas	123.005	16.364
Mútuo com controladas	909.327	505.976
Depósito vinculado	38	102.684
Caixa e equivalentes de caixa	110.157	206.263
Valor justo por meio do resultado		
Ganhos em operações com derivativos	4.171	3.018
Derivativos embutivos		479
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	3.473	3.849
Empréstimos e financiamentos	2.217.628	1.026.527
Debêntures	5.350	5.065
2 es entares	3.33	0.000
Débitos com controladas	4.444	3.859
Débitos com outras partes relacionadas	1.444	2.664
Mútuo - Com outras pessoas ligadas	30.045	
1 0	\$ 10	

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

	Consolid		
	2013	2012 Reapre- sentado	
Instrumentos financeiros	Saldo	Saldo	
Ativos Empréstimos e recebíveis Contas a receber	294.396	21.345	
Subsídio a receber CCC	30.802	42.178	
Mútuo com controladas Contas a receber com outras pessoas ligadas Contas a receber com outras controladoras	191.968 218.680	134.926 1.134 6.793	
Contas a receber com controladas Depósito vinculado	117.372 118.644	135.683	
Caixa e equivalentes de caixa	277.582	519.277	
Valor justo por meio do resultado Títulos e valores mobiliários Ganhos em operações com derivativos	4.171	3.441 3.018	
Derivativos embutidos		479	
Passivos Outros passivos financeiros			
Fornecedores		115.261	
Empréstimos e financiamentos Debêntures	6.210.520 5.350	4.924.780 5.065	
Débitos com controladas Débitos com pessoas ligadas Valor justo por majo de resultado	145.412 162.308	27.213 3.989	
Valor justo por meio do resultado Perdas em operações com derivativos		117.748	

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 18.1 Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em modelos matemáticos de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

			Consolidado
			2013
	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Precificação com preços observáveis (Nível II)	Precificação sem preços observáveis (Nível III)
Instrumentos derivativos		4.171	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		4.171	
			2012
	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Precificação com preços observáveis (Nível II)	Precificação sem preços observáveis (Nível III)
Títulos e valores mobiliários Instrumentos derivativos	3.441	(114.251)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	522.718	(114.251)	

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

			Controladora
			2013
	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Precificação com preços observáveis (Nível II)	Precificação sem preços observáveis (Nível III)
Instrumentos derivativos		4.171	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	110.157	4.171	
			2012
	Preços observáveis em mercado ativo (Nível I)	Precificação com preços observáveis (Nível II)	Precificação sem preços observáveis (Nível III)
Instrumentos derivativos		3.497	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	206.263	3.497	

## 18.2 Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até o1 ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

# 18.2.1 Valor de referencia e valor justo dos instrumentos derivativos

# Contrato a termo de moeda - compra de dólar americano (USD)

		-			2013		2012
	Vencimento	Notional USD	Ativo	Passivo	MTM	Notional USD	MTM
Eneva							
<b>Posição comprada USD</b> Goldman Sachs						10.963	735
Morgan Stanley	01.04.2014	59.207	4.171		4.171	8.524	1.443
Total USD		59.207	4.171		4.171	19.487	2.178
			-		2013		2012
_		Venc	eimento _	Notional USD	MTM	Notional USD	MTM
Eneva							
<b>Posição comprada USD</b> Goldman Sachs Morgan Stanley			<u>-</u>			10.963 8.524	735 1.443
Total USD			_			19.487	2.178
			_				
Contrato de swap de	taxa de juros						
					2013		2012
	Vencimento	Notional USD	Ativo	Passivo	MTM	Notional USD	MTM
UTE Porto do Itaqui							·
<b>Libor   Prefixada</b> Citibank						220.776	(117.748)
Total Swap						220.776	(117.748)
Swap Cross-Currenc	y						
					2013		2012
Eneva	Vencimento	Notional	Ativo	Passivo	<u>MTM</u>	Notional	MTM
Libor USD   DI							
Citibank	27.09.2017	101.250	117.544	101.894	15.650	101.250	840
Total Swap		101.250	117.544	101.894	15.650	101.250	840

## 18.2.2 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### 18.2.2.1 Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Eneva esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que entra no balanço pela formação dos estoques para geração de energia nas termoelétricas.

O preço do carvão em estoque está fixado e será convertido em receita pela remuneração da geração de energia de acordo com as regras do PPA¹. O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termoelétrica.

#### (a) Gerenciamento de risco

O gerenciamento do risco de preço do carvão é realizado através da estruturação de operações de hedge no mercado futuro de carvão sem liquidação física. A Eneva busca recursos no mercado nacional - que possui mercado para esse tipo de operação ainda incipiente - para dirimir o risco associado aos seus estoques de carvão através da estruturação de hedge no início de 2014. No fechamento de 2013 a Companhia não possuía operações com derivativos para esse fim.

#### 18.2.2.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia

#### (a) Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas minimizando, dessa forma, o uso de derivativos de proteção. Instrumentos derivativos são utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural.

#### (b) Investimento em ativo fixo (capex)

As unidades geradoras de energia consolidadas da Eneva possuem sua receita lastreada em reais. Por outro lado, parte do investimento realizado em ativo fixo é paga em moeda estrangeira, preponderantemente dólar americano e euro. De modo geral, esses pagamentos têm volumes e prazos que não requerem estruturação de operações de proteção. A Companhia trabalha atualmente no mapeamento dos pagamentos em moedas estrangeiras - através de histórico e lançamentos futuros, com o objetivo de estabelecer uma média dos montantes e prazos, assegurando dessa forma, o controle da exposição cambial relacionada.

#### (c) Estoque de carvão

Na formação do estoque de carvão para suas termoelétricas, a Companhia assume posição comprada no preço do carvão, que por sua vez, é determinado no mercado internacional em dólar americano. Consequentemente, a Companhia assume também posição comprada em dólar, gerando assim um descasamento entre seu ativo e passivo. Da forma como mencionado anteriormente para o risco de preço do carvão, a Companhia estuda mecanismos de proteção contra os riscos de mercado associados à compra do carvão. Ou seja, a operação de proteção para o preço da commoditie e o risco cambial será estruturada simultaneamente.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### (d) Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações denominadas em moeda estrangeira em suas controladas. O empréstimo de 50,00 milhões de dólares na Eneva é convertido para reais com correção pelo DI através de operação do tipo cross-currency swap. O resultado da operação está demonstrado a seguir, bem como sua análise de sensibilidade.

	Risco para a posição	Valor justo	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Eneva SA Cross-Currency Swap (hedge) Empréstimo em dólar	Desvalorização do dólar Valorização do dólar	117.544 (117.544)	146.930 (146.930)	176.316 (176.316)
Exposição líquida				

(\*) A avaliação não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição

**Taxa de referência:** PTAX 800 Venda (2,3426 em 31 de dezembro de 2013) do Banco Central do Brasil

Cenário I: choque adverso em 25% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)

Cenário II: choque adverso em 50% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)

#### (e) Operações protegidas por instrumentos derivativos

# Empréstimo denominado em dólares na UTE Porto do Pecém

• Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Energia Pecém possui investimento em *capex* (construção da UTE) que será realizado na proporção de 75% com financiamento de longo prazo, parte em dólares norte-americanos, e 25% com capital próprio. Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") os contratos de financiamento de longo prazo. Com vista ao financiamento do capex no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes dos referidos contratos.

Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, foram contratados instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Companhia adotou metodologia de contabilização de hedge tendo como item objeto de hedge a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma NDF com vencimento em outubro de 2012 com valor nocional de US\$ 327milhões (US\$ 163,5milhões equivalente a 50% de participação da Eneva S.A.). Em 25 de setembro de 2012 esta NDF foi rolada (rollover) com valor nocional de US\$ 327 milhões e com vencimentos entre novembro 2012 e maio 2015.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação cambial do instrumento derivativo de proteção designado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo esta parcela do valor justo do derivativo considerada efetiva. A diferença entre o valor justo e a variação cambial é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de U\$ \$ 260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o Ajuste a Valor Presente (AVP) com base nos U\$ \$ 67 milhões ainda não desembolsados pelo BID (antes desta liberação, o AVP foi calculado com base nos US\$ 169 milhões de exposição referentes à diferença entre o derivativo contratado de US\$ 327 milhões e o empréstimo-ponte de US\$ 158 milhões). Em 31 de agosto de 2010 houve liberação de US\$ 50 milhões referente à segunda parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o AVP com base nos US\$ 17 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID. Em 4 de fevereiro de 2011 houve liberação de US\$ 9 milhões referente à terceira parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a se calcular o AVP com base nos US\$ 7 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID.

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de *hedge accounting* no período foram os seguintes:

		2013
	Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção Ganho (perdas) com derivativos	(3.465)	2.287
		2012
	Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção Ganho (perdas) com derivativos	(3.966)	2.617

Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de hedge accounting tendo como item objeto de hedge a taxa libor dos juros para o período de amortização referente financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo float/fixed do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro de 2012 e outubro de2024, cujos valores nocionais referem-se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.

Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*marked-to-market*), líquido dos juros provisionados até a data-base, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial. A diferença entre o valor justo e a taxa libor é a parcela inefetiva e por consequência é reconhecida no resultado.

seguintes:

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Os impactos dos ganhos e perdas nesta transação de *hedae* accounting no período foram os

		2013
	Resultado	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção Perdas com derivativos	(13.776)	9.092
		2012
	Resultado	Patrimônio <u>líquido</u>
Derivativos com propósito de proteção Ganho com derivativos	10.235	(6.756)

#### 18.2.2.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

#### (a) Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

A Eneva e suas controladas têm mais de 90% do seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI) e da taxa de juros do longo prazo do BNDES (TJLP), e no mercado inflacionário com a correção dada pelo índice IPCA.

A dívida corrigida pela taxa dos depósitos interbancários - DI está alocada no curto prazo. Dos 2,76 bilhões de reais, 76,71% serão liquidados até o final de 2014 e o restante até o primeiro semestre de 2015. Portanto, a volatilidade associada a esse fator de risco é substancialmente reduzida.

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP - que também contém um forte componente inflacionário - são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. Por se tratar de um segmento específico, há que se ter cautela quanto à realização de inferências e hipóteses presentes em modelos estatísticos na tentativa de mapear a realizar previsões sobre esse mercado para a quantificação de perdas hipotéticas relacionadas. Além disso, o ativo das empresas representado por suas receitas também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entras as taxas de ativos e passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

# Sensibilidade a taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2013 as dívidas da Companhia e suas controladas estão substancialmente atreladas à variação na taxa de juros do CDI. Considerando o atual viés de alta de taxas de juros, uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros de 10% para 11,5% ao ano, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, adicionaria uma despesa financeira de R\$ 93.157 em 2013. Com um stress de 25% e 50%, essa despesa financeira alcançaria R\$ 116.447 e R\$ 139.737, respectivamente.

#### 18.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfolio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

		Consolidado
	2013	2012 Reapre- sentado
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	277.582	519.277
Títulos e valores mobiliários		3.441
Contas a receber de clientes	294.396	21.345
Ganhos em operações com derivativos	4.171	3.018
Subsidio a receber - CCC	30.802	42.178
Depósito vinculado	118.644	135.683
Consolidado das contas credoras	725.862	724.942

O montante de caixa e equivalente está representado, substancialmente, por conta corrente e fundo de investimento mantido no Itaú S.A., banco de primeira linha e com relação ao contas a receber, sua principal exposição é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

# 18.2.4 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros (Ver Nota 1).

						Consolidado
						2013
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Passivos Fornecedores	331.216					331.216
Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos Retenção contratual	676.967	2.570.541 84.789	306.545 1.079.040	1.324.391	2.696.265	306.545 8.347.204 84.789
Instrumentos financeiros derivativos	3.971	2.725	4.694			11.390
	1.012.154	2.658.055	1.390.279	1.324.391	2.696.265	9.081.144
						Consolidado
						2012
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Reapresentado Total por conta
Passivos Fornecedores	115.261					115.261
Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos Debêntures Retenção contratual Instrumentos financeiros	30.772 598.139	1.883.891 111 77·374	430 648.171 4.954	1.361.339	3.113.213	31.202 7.604.753 5.065 77.374
derivativos	14.793	14.322	29.570	59.920	26.749	145.354
	758.965	1.975.698	683.125	1.421.259	3.139.962	7.979.009

# 19 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas não são parte em ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências.

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 108.773 (R\$ 24.280 em 31 de dezembro de 2012), avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### Critério de repasse da compra de energia no mercado livre em caso de atraso do início da operação ("ICB Online")

No 4T13, a Aneel aprovou os pleitos apresentados por Pecém I, Itaqui e Parnaíba III para a alteração retroativa do critério de ressarcimento do custo de aquisição de energia incorrido para cumprimento de seus contratos de comercialização de energia (CCEARs) até o início da operação comercial das usinas.

Anteriormente, o critério de ressarcimento estabelecia que o reembolso fosse baseado no índice custo-benefício (ICB) da usina, ou seja, o custo médio estimado para o Sistema Integrado Nacional (SIN) à época do leilão em que a planta vendeu energia. O novo critério determina que o reembolso seja baseado no custo efetivo ("online") da usina para o SIN (ICB Online), caso esta estivesse disponível. A decisão foi retroativa ao início das datas dos CCEARs.

## **Custos por Indisponibilidade (ADOMP)**

Em 7 de janeiro de 2014, Pecém I e Itaqui ingressaram com uma ação judicial contra a Aneel questionando a apuração horária da indisponibilidade, considerando que os CCEAR preveem a utilização de uma média móvel de 60 meses da disponibilidade efetiva.

Em 24 de janeiro de 2014, a 15<sup>a</sup> Vara Federal do Distrito Federal concedeu liminar às usinas Pecém I e Itaqui suspendendo os pagamentos por indisponibilidade com base em apuração horária, com efeito imediato. Considerando que os valores devidos são usualmente pagos com defasagem de dois meses, os pagamentos referentes a dezembro de 2013 não foram realizados.

Na ação judicial contra a Aneel também é reclamado o reembolso dos valores pagos desde o início

Na ação judicial contra a Aneel também é reclamado o reembolso dos valores pagos desde o início dos CCEARs.

#### 20 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, o capital social da Companhia está dividido em 702.524.469 (setecentos e dois milhões quinhentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e sessenta e nove) e 578.479.962 (quinhentos e setenta e oito milhões quatrocentos e setenta e nove mil e novecentos e sessenta e dois), ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e o capital autorizado de 1,2 bilhão de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 4.532.314 (R\$ 3.731.734 em 31 de dezembro de 2012), composto por ações ordinárias, assim distribuídas:

2013	%	2012	%
145.704.988	20,7	289.705.431	50,1
20.208.840	2,9	20.208.840	3,5
·	, ,	•	
1.822.065	0,3	1.822.065	0,3
266.269.556	37,9	67.869.516	11,7
72.650.210	10,3	59.823.537	10,4
195.868.810	27,9	138.812.343	24,0
702.524.469	100	578.241.732	100
	145.704.988 20.208.840 1.822.065 266.269.556 72.650.210 195.868.810	145.704.988 20,7 20.208.840 2,9 1.822.065 0,3 266.269.556 37,9 72.650.210 10,3 195.868.810 27,9	145.704.988     20,7     289.705.431       20.208.840     2,9     20.208.840       1.822.065     0,3     1.822.065       266.269.556     37,9     67.869.516       72.650.210     10,3     59.823.537       195.868.810     27,9     138.812.343

<sup>(\*)</sup> Controladas por Eike Fuhrken Batista.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Abaixo, o resumo da evolução do Capital Social até quarto trimestre 2013:

Data	Quantidade de ações	Capital social (R\$ mil)	Descrição
Dezembro/2012	578.241.732	3.731.734	Saldo inicial
Janeiro/2013	147.480	232	Aumento de capital - plano companhia
Fevereiro/2013	27.000	95	Aumento de capital - plano companhia
Abril/2013	34.500	114	Aumento de capital - plano companhia
Maio/2013	29.250	99	Aumento de capital - plano companhia
Setembro/2013	124.031.007	800.000	Aumento de capital
Outubro/2013	13.500	40	Aumento de capital - plano companhia
31 de dezembro de 2013	702.524.469	4.532.314	Saldo final

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10 de janeiro de 2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 6 de fevereiro de 2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 5 de abril de 2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 8 de maio de 2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962.

Em 16 de setembro de 2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21 de outubro de 2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

## 21 Resultado por ação

## Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

		2013		2012
	Ordinárias	Total	Ordinárias	<u>Total</u>
Numerador básico e diluído Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(942.455)	(942.455)	(484.151)	(484.151)
Denominador básico e diluído Média ponderada de ações	640.131.923	640.131.923	506.007.513	506.007.513
Prejuízo por ação (R\$) - básico	(1,47229)	(1,47229)	(0,95681)	(0,95681)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há diferença representativa entre o prejuízo por ação básico e diluído.

### 22 Plano de pagamento baseado em ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Controladora e consolidado		
	2013	2012	
Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido Outorgadas pela Companhia Outorgadas pelo Controlador	36.231 314.283	25.341 296.563	
	350.514	321.904	
	Controladora e	consolidado	
	2013	2012	
Despesas com opção de ações outorgadas	28.610	47.279	

Os planos de outorga de opções de compra de ações foram lançados em duas modalidades distintas: plano primário, que consiste na outorga de opções de compra que implicam na emissão de novas ações pela Companhia, ou cessão de ações em tesouraria; e planos secundários, referentes a opções oferecidas pelo acionista para os executivos da Companhia, neste caso, sem diluição do capital acionário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### (a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Companhia concedeu Plano de Opções de Compra de Ações de sua própria emissão aos beneficiários que lhe prestam serviços.

No dia 26 de novembro de 2007 foi aprovado e registrado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária o "Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia" presente na Ata na forma de Anexo. Na mesma data foram outorgadas opções de ações para executivos da Companhia.

O plano contemplava o direito de compra de 175.900 ações, após o desdobramento ocorrido em 17 de julho de 2009, concedidas a 5 participantes, em quantidades iguais, exigindo a permanência de 5 anos na Companhia para o completo exercício.

O Programa de Opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Conforme o regulamento do plano, o Conselho de Administração da Companhia deve determinar a quantidade de ações a ser concedida, os preços de exercício, prazos de maturação e vencimento dos direitos.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. Os demais acionistas da empresa não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de dezembro de 2007, foi aprovado o grupamento das ações da Companhia, de forma que 22 ações passaram a corresponder a 1 ação ordinária. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2009, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, sendo que cada ação ordinária existente naquela data passou a corresponder a 20 ações ordinárias. Em 15 de agosto de 2012, foi aprovado mais um desdobramento, no qual cada ação ordinária passou a corresponder a 3 ações ordinárias. Esses eventos ocasionaram um ajuste na quantidade e no preço de exercício das opções dos planos outorgados.

Foi registrada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2010 a prorrogação do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia para 31 de dezembro de 2015.

Em 1º de dezembro de 2010 foram outorgadas, mais uma vez, opções para os executivos, dessa vez, o direito de exercício exigia a permanência de 7 anos na Companhia.

Foi aprovado também, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2011, o aumento do limite máximo do percentual de ações destinado ao Programa de Opções para 2% do total de ações de emissão da Companhia.

Em ata de AGE realizada em 26 de janeiro de 2012 foram feitas atualizações no contrato do Plano e novos beneficiários foram adicionados ao Plano, porém considerando data de outorga em 24 de novembro de 2011.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Em 24 de maio de 2012, foi aprovada a cisão parcial para a CCX Carvão da Colômbia S.A., que representava 20.69% dos ativos da Companhia. Com a cisão, o valor da ação foi reduzido na mesma proporção. Para a manutenção do valor das opções outorgadas, foi concedido um desconto no preco de exercício das opcões não exercidas até a data da cisão das duas empresas.

Em 31 de maio de 2012 foram outorgadas mais 75.000 opções. Posteriormente no 3º trimestre de 2012, foram feitas mais três outorgas, num total de 165.000 opções.

Portanto, foi feito um total de dez outorgas até 31 de dezembro de 2013, segregadas da seguinte forma (\*):

Plano 1: 528.000 opções outorgadas em 26 de novembro de 2007;

Plano 2: 3.300.000 opções em 1º de dezembro de 2010;

Plano 2.1: 30.000 opções em 27 de abril de 2012 - segunda outorga do Plano 2;

Plano 2.2: 60.000 opções em 2 de junho de 2012 - terceira outorga do Plano 2;

Plano 3: 2.098.500 opções em 24 de novembro de 2011;

Plano 3.1: 225.000 opções em 31 de maio de 2012 - segunda outorga do Plano 3;

Plano 3.2: 52.500 opções em 10 de julho de 2012 - terceira outorga do Plano 3;

Plano 3.3: 22.500 opções em 20 de julho de 2012 - quarta outorga do Plano 3;

Plano 3.4: 90.000 opções em 1º de agosto de 2012 - quinta outorga do Plano 3; e

Plano 3.5: 3.000.000 opções em 13 de dezembro de 2012 - sexta outorga do Plano 3.

(\*) quantidades e preços de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

A tabela abaixo apresenta as características gerais das outorgas concedidas pela Companhia.

Plano	Data de outorga	Prazo da outorga (anos)	Primeira data de maturação	Data de vencimento dos direitos	Quantida origi outorgada
Plano 1	26.11.2007	5	26.11.2008	26.11.2013	528.0
Plano 2	01.12.2010	7	14.12.2011	14.12.2018	3.300.0
Plano 2.1	27.04.2011	7	27.04.2013	7.04.2020	30.0
Plano 2.2	02.06.2012	7	02.06.2013	02.06.2020	60.0
Plano 3	24.11.2011	7	24.11.2012	24.11.2019	2.098.5
Plano 3.1	31.05.2012	7	31.05.2013	31.05.2020	225.0
Plano 3.2	10.07.2012	7	10.07.2013	10.07.2020	52.5
Plano 3.3	20.07.2012	7	20.07.2013	20.07.2020	22.5
Plano 3.4	01.08.2012	7	01.08.2013	01.08.2020	90.0
Plano 3.5	13.12.2012	7	13.12.2013	13.12.2020	3.000.0
					0.406

(a) Quantidades e precos de exercício após o desdobramento ocorrido em 15 de agosto de 2012 e cisão parcial da CCX.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício de 2013:

Plano outorgado pela Companhia - quantidade de opções de ações	Plano 1	Plano 2	Plano 2.1	Plano 2.2	Plano 3	Plano 3.1	Plano 3
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Exercidas	84.480	2.889.000	27.000	60.000	2.083.500	225.000	52.5
	(84.480)	(94.500)	(3.000)	, ,	(56.250)		
Canceladas		(805.500)	(24.000)	(54.000)	(360.000)		
Outorgadas							
Expiradas		(213.000)		(6.000)	(147.150)		

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.776.000	1.520.100	225.000	5
Para datarminação do val	lar justa das anaões utilizau, sa a modela propost	o nor Morton	(1050)1 um	0

Para determinação do valor justo das opções utilizou-se o modelo proposto por Merton (1973)¹, uma variante do modelo de Black & Scholes (1973)², em que se considera o pagamento de dividendos. Para tal, utilizou-se algumas premissas para as variáveis de entrada do modelo. Como:

- o preço da ação na data de mensuração;
- o preço de exercício do instrumento;
- a volatilidade esperada;
- dividendos esperados;
- o prazo dos instrumentos; e
- taxa de juros livre de risco.

Para o cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados os retornos contínuos da cotação história da ação (baseada na volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente). A janela temporal para estimação da volatilidade esperada foi como igual ao prazo da opção, ou o maior prazo disponível, quando o histórico de negociação da ação da empresa foi menor do que o prazo esperado.

A taxa de juros livres de risco foi baseada em títulos públicos e nas curvas de juros divulgadas pela da BM&FBOVESPA.

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> MERTON, R. Theory of Rational Option Pricing. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 4 (Spring 1973), 141-83

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> BLACK, F.; SCHOLES, M. The pricing of options and corporate liabilities. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 81, p. 637-654, 1973

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

A tabela seguinte apresenta as premissas utilizadas para o cálculo de valor justo das opções outorgadas pela Companhia:

Premissas para valor justo	Plano 2	Plano 2.1	Plano 2.2	Plano 3	Plano 3.1	Plano 3.2
Quantidade de opções exercíveis (maturadas)	222,000			168.900	22.500	5.250
Prazo médio remanescente (anos)	3,38			3,95	4,07	4,18
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (a)	0,81			0,57	0,63	0,86
Preço da ação em R\$ (b)	3,00			3,00	3,00	3,00
Preço de exercício das opções em R\$ (c)	3,78			5,80	5,64	4,29
Volatilidade média esperada (ao ano) (d)	0,47			0,47	0,49	0,49
Taxa de juros livre de risco média (ao ano)(e)	5,47%			5,77%	5,83%	5,74%
Efeitos no resultado em 2013 em R\$ mil	2.999	34	93	3.505	405	87
Valor intrínseco em R\$ mil(f)						

- (a) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973).
- (b) O preço de fechamento da ação ENEV3.
- (c) Preços de exercício das opções corrigidos pelo IPCA.
- (d) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação história da ação ENEV3.
- (e) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.
- (f) Quando o valor intrínseco das opções é negativo, considerou-se valor igual a zero.

### (b) Opções de ações outorgadas pelo Acionista

Os Planos concedidos pelo acionista contemplam opções de compra de ações outorgadas aos executivos da Companhia. Este plano representa um mecanismo de remuneração e de retenção, dos administradores e executivos considerados pelo acionista como recursos relevantes para o sucesso da Companhia, sem que isso implique em diluição dos outros acionistas.

Este plano não possui um programa pré-aprovado, diferentemente ao plano da Companhia. O acionista concedeu o plano aos beneficiários com base em contratos negociados individualmente.

Como no plano outorgado pela Companhia, a condição para aquisição do direito de cada lote consiste em que o colaborador permaneça na Companhia até a data da respectiva maturação.

A tabela seguinte apresenta as características gerais do plano outorgado pelo acionista.

Plano	Data de outorga	Prazo da outorga (anos)	Primeira data de maturação	Data de vencimento dos direitos	Quantidade original outorgada	Preço de exercício original
Acionista Acionista	28.04.2008 28.04.2008	5 10	13.12.2008 13.12.2008	13.12.2013 13.12.2018	3.354.120 20.198.040	0,01 0,01
					23.552.160	

A tabela seguinte consolida a movimentação das opções no exercício de 2013:

Plano outorgado pelo Acionista - quantidade de opções

Plano

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

de ações	Acionista
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Exercidas Canceladas	13.460.472 (403.552) (8.810.460)
Outorgadas Expiradas	(1.341.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.904.812

A tabela seguinte apresenta as premissas utilizadas para o cálculo de valor justo das opções outorgadas pelo Acionista:

Premissas para valor justo	Plano Acionista
Quantidade de opções exercíveis (maturadas)	322.652
Prazo médio remanescente (anos)	2,99
Valor justo das opções outorgadas em R\$ (a)	2,92
Preço da ação em R\$ (b)	3,00
Preço de exercício das opções em R\$	0,01
Volatilidade média esperada (ao ano) (c)	47,62%
Taxa de juros livre de risco média (ao ano) (d)	11,96%
Efeitos no resultado em 2013 em R\$ mil	17.721
Valor intrínseco em R\$ mil	8.685

Dl --- -

(a) Cálculo de valor justo das opções com base no modelo de Merton (1973).

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

- (b) O preço de fechamento da ação ENEV3.
- (c) Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação história da ação ENEV3.
- (d) Taxa de referência para ajustes de contratos de SWAP com taxa prefixada, divulgadas pela BM&FBOVESPA

#### 23 Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

		Consolidado
	2013	Reapre- sentado
Receita bruta Menos	1.600.282	54.179
Impostos sobre vendas	(161.452)	(5.394)
Total da receita líquida	1.438.831	48.786

O incremento observado acima se deve a entrada em operação comercial das usinas Itaqui, Pecém II e Parnaíba, no decorrer de 2013.

24

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

# Custos e despesas por natureza

	Controladora		C	onsolidado
	2013	2012	2013	2012
Depreciação e amortização Despesas com pessoal Serviços de terceiros Despesas com aluguéis Despesas com opções de ações outorgadas Provisão Perdas de Investimento Provisão Passivo a Descoberto Custo por Indisponibilidade	(2.280) (38.968) (40.401) (5.533) (28.610) 3 (8.272)	(1.535) (31.068) (59.984) (8.061) (47.279) 2 (14.363)	(146.539) (91.943) (161.595) (172.152) (28.610) (23) (7.716) (149.367)	Reapresentado (8.811) (68.155) (100.279) (13.046) (47.279) (1.237) (14.671)
Material Seguros Outras despesas Insumos Benefício CCC Energia elétrica para revenda	(14.042)	(6.420)	(14.705) (17.138) (93.975) (624.050) 69.182 (274.361)	(1.103) (196) (12.187) (67.885) 58.936 (21.640)
	(138.103)	(168.707)	(1.712.991)	(297.553)
Classificados como: Custo Despesas administrativas e gerais e opções de ações outorgadas	(138.103)	(168.707)	(1.507.046) (205.945)	(50.949) (246.604)

O incremento observado acima se deve a entrada em operação comercial das usinas Itaqui, Pecém II e Parnaíba, no decorrer de 2013.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

#### Resultado financeiro **25**

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como se segue:

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
				Reapre- sentado	
Despesas financeiras					
Despesas bancárias	(147.857)	(46.230)	(364.832)	(47.248)	
Variação monetária	(27.625)	(4.156)	(33.745)	(16.479)	
Perda nas operações com derivativos	(6.142)	(1.561)	(3.339)	398.638	
Juros/custo debêntures	(786)	(130.864)	(786)	(130.863)	
Valor justo debêntures	(479)		(479)		
Assessoria Financeira	(68.814)		(68.814)		
Outros	(82.372)	(22.127)	(123.092)	(44.68 <u>5</u> )	
	(334.075)	(204.938)	(595.087)	159.363	
Receitas financeiras					
Aplicação financeira	94.632	65.324	63.707	76.599	
Variação monetária	12.528	3.205	15.346	25.086	
Ganhos (perdas) nas operações com derivativos	2.728	5.592	2.728	(422.684)	
Valor justo debêntures	-	62.482	-	62.482	
Outros	3.414	6.240	7.210	8.695	
	113.302	142.843	88.991	(249.822)	
Resultado financeiro líquido	(220.773)	(62.095)	(506.096)	(90.459)	

#### **Compromissos assumidos 26**

Os principais compromissos assumidos junto a fornecedores de bens e serviços são os que se seguem:

Empresa	Fornecedor	Objeto do contrato	Assinatura	Vigêno
PECÉM II	CMC COAL MARKETING	Fornecimento de carvão	25.05.2012	01.07.20
PECÉM II	BANCO BANKPAR as	Fornecimento de hospedagens	11.12.2012	10.12.20
PECÉM II	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA.	Transporte e destinação de resíduos fluídos de		
		Classe II (água de cal) e Classe II em geral	05.11.2013	04.05.20
PECÉM II	CAL TREVO INDUSTRIAL LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	02.05.2013	01.05.20
PECÉM II	CARBOMIL QUIMICA S.A	Fornecimento de Cal Virgem	29.07.2013	06.05.20
PECÉM II	CEARA CEARAPORTOS	Regulamentação da movimentação de graneis	,,	
		sólidos no Terminal Portuário de Pecém	29.06.2012	01.01.20
PECÉM II	CEARA CEARAPORTOS	Fornecimento de energia do Porto	07.08.2012	Indetermina
PECÉM II	E ON GLOBAL COMMODITIES SE	Fornecimento de carvão	02.10.2013	09.01.20
PECÉM II	EBM CONSULTORIA E INVESTIMENTOS LTDA	Consultoria técnica em processos de obtençao,	· ·	_
		junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.		
		(BNB), de financiamento de longo prazo.	29.01.2010	Indetermina
PECÉM II	ELETROMECANICA CAPISTRANO EIRELI-ME	Serviços de apoio ao comissionamento e à	,	
		manutenção da turbina nº 03	18.09.2013	31.01.20
PECÉM II	FORNECEDORA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Prestação de Serviço de Espalhamento,	, 0	0
		Empilhamento e Compactação de Carvão		
		Mineral no Pátio.	07.08.2012	15.02.20
PECÉM II	FORSHIP ENGENHARIA S/A	Serviços técnicos de comissionamento na	-,	-0
		termelétrica UTE Pecém II	02.01.2013	21.01.20
PECÉM II	FRESHFIELDS BRUCKHAUS DERINGER LLP	Serviços de Consultoria e Assessoria Juridica	07.11.2012	31.12.20
PECÉM II	GTEL GRUPO TECNICO DE ELETROMECANICA LTDA	Serviços de montagem de sistemas elétricos e	-,	J
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	instrumentação	26.07.2012	31.12.20
PECÉM II	GTEL GRUPO TECNICO DE ELETROMECANICA LTDA	Materiais e Serviços P/ Contrução Ute Pecém		J
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	II	10.09.2012	31.03.20
PECÉM II	ICAL INDUSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	09.08.2013	22.04.20
PECÉM II	INTEROCEAN COAL SALES LDC	Fornecimento de carvão Mineral	25.05.2012	30.09.20
			_0.2012	50.09.20
	98 de 102			

Empresa	Fornecedor	Objeto do contrato	Assinatura	Vigêno
PECÉM II PECÉM II	INTEGRAL ENGENHARIA MEF PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA	Fornecimento de linha de Transmissão Serviços de planejamento de comissionamento e partida, de serviços de manutenção e, elaboração de planos de manutenção de caldeiraria	12.12.2011 16.10.2012	30.06.20 20.12.20
			16.10.2012	20.12.

Empresa	Fornecedor	Objeto do contrato	Assinatura	Vigên
PECÉM II	MPX COMERCIALIZADORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	Serviço De Assessoria, Consultoria E Intermediação De Negócio, Em Relação À		
		Aquisição De Carvão Mineral Importado.	05.09.2012	19.10.20
PECÉM II	MINERAÇÃO BELOCAL LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	03.09.2013	01.05.20
PECÉM II	MINERAÇÃO LAPA VERMELHA LTDA	Fornecimento de Cal Virgem	09.09.2013	28.02.20
PECÉM II	OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRICO nos	Prestação de Serviço de Transmissão entre		
		Concessionárias e Mpx	08.02.2013	Indetermina
PECÉM II	PORTO DO PECEM TRANSPORTADORA DE MINERIOS S/A	Serviços de Operação de Desembarque do		
		Produto de Navios Atracados no Terminal e o		
		seu tranporte ao Ponto de Entrega	26.03.2012	31.12.20
PECÉM II	REX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	Locação de imóvel	28.12.2009	27.11.20
PECÉM II	RH CLEAN SERVICOS PROFISSIONAIS DE LIMPEZA LTDA	Serviço de Limpeza das Torres de		
		Transferencia de Carvão	08.01.2013	31.12.20
PECÉM II	RIP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA	Serviços de Mão de Obra Especializada	24.09.2013	31.12.20
PECÉM II	SEMACE	Compensação Ambiental**	05.09.2008	Indetermina
PECÉM II	SUPRICEL LOGISTICA LTDA	Serviços de Transporte de Cal Virgem	09.08.2013	22.04.20
ITAQUI	MABE	Construção UTE-EPC	27.01.2008	Indetermina
ITAQUI	Tecnometal	Fornec. de Sist. de Transpor. de Correia p/		
-		carvão	24.07.2009	Indetermina
ITAQUI	Cargotec	Fornec.de Equipamento de descarregador de		
		navio	07.10.2009	06.07.20
ITAQUI	Carbomil	Fornecimento de Cal Virgem	07.05.2010	06.07.20
ITAQUI	RIP Serviços Industriais	Serviços de Montagem do Isolamento Termíco		
		da Caldeira, FGD, Turbina e BOP da UTE	19.06.2012	30.01.20
ITAQUI	EMS Silvestrini	Manutenção, Limepeza Industrial e Suporte		
-		Industrial	01.05.2012	30.06.20
ITAQUI	Terra Plan Com.e Serviços	Srv. de empilhamento de carvão na descarga		-
-	·	de carvão, e suporte técnico para áreas de		
		combustíveis e residuos	02.09.2013	31.12.20
ITAQUI	Nova Aliança Locação de Veículos	Serviços de Transporte de Pessoal	01.07.2012	31.08.20
ITAQUI	E ON GLOBAL COMMODITIES	Fornecimento de carvão	01.01.2013	31.03.20
ITAQUI	RH Global	Serviços de locação de mão-de-obra especilista		
-		terceirizada	21.07.2013	21.07.20
ITAQUI	OGMO	Acordo coletivo c/ os sindicatos dos		
		estivadores, conferentes e arrumadores do		
		porto	01.10.2013	30.09.20
ITAQUI	MONSERTEC	Contratacao de srv. de montagem de andaime,		- ,
-		isolamento, pintura e tratamento industrial e		
		civil.	05.12.2013	04.12.20
PecémI	Mabe	Construção UTE-EPC*	27.01.2008	Indetermina
PecémI	Mabe/SEMACE	Compensação ambiental*	05.092008	Indetermina
1 0001111	Made, offiner	Compensação ambientar	05.092000	macterini

Empresa	Fornecedor Objeto do contrato		Assinatura	Vigêno	
PecémI	Consulgal Portugal	Engenharia do proprietário*	20.12.2007	20.02.20	
PecémI	Diversos	Serviços Diversos*	Diversos	Indeterminac	
PecémI	Diversos	Locação Operacional*	Diversos	Indeterminad	
PecémI	Carbomil	Fornecimento de Cal*	02.06.2010	02.06.20	
PecémI	ICAL	Fornecimento de Cal*	23.09.2011	23.08.20	
PecémI	Cogerh	Fornecimento de Água Bruta*	28.10.2010	30.04.20	
PecémI	Estre Ambiental	Resíduos Sólidos*	21.06.2011	21.05.20	
PecémI	CAGECE	Efluentes*	10.11.2011	10.10.20	
PecémI	EDP Comercializadora	Energia para comercialização*	Diversos	Indeterminad	
PecémI	MPX Comercializadora	Energia para comercialização*	Diversos	Indeterminad	
PecémI	BTG Energia	Energia para comercialização*	Diversos	Indeterminad	
PecémI	Diversos	Fornecimento de Carvão*	Diversos	Indeterminad	
UTE Parnaíba II	INITEC Energia S.A.	Aquisição de 2 (dois) turbo geradores	20.08.2012	19.12.20	
UTE Parnaíba II	INITEC Energia S.A.	EPC	15.08.2011	02.02.20	
UTE Parnaíba II	Desga Ambiental Industria e Comércio	Sistema de aduação e descarte de água	01.08.2012	31.10.20	
UTE Parnaíba II	Desga Ambiental Industria e Comércio	Implantação Completa e Integral dos Sistema		0	
		de adução de água e descarte	01.08.2012	31.10.20	
UTE Parnaíba II	CEMAR	Fornecimento de Energia Eletrica	11.09.2012	10.09.20	
UTE Parnaíba II	General Electric Company	Aquisição de 2 (dois) turbo geradores	20.08.2012	19.12.20	
UTE Parnaíba II	Hidroinga Pocos Artesianos	Planejamento e construção de dois poços			
		tubulares profundos	30.11.2012	29.09.20	
UTE Parnaíba II	CONEL CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA	Construção de sistema de interligação de poço	21.03.2013	22.02.20	
UTE Parnaíba II	ARM CONSULTORIA EM SEGURANCA LTDA - PREVINE	Consultoria em segurança do trabalho e meio			
		ambiente nas fiscalização das empresas			
		epcistas na obra ute parnaíba ii	21.05.2013	20.05.20	
UTE Parnaíba II	RH GLOBAL	Contratação de mão de obra especializada	24.07.2013	23.07.20	
UTE Parnaíba II	LBB TRANSPORTE	Complementação e finalização da adutora de	-1.070-0	_0.07	
		descarte de efluentes do rio mearim à planta	15.10.2013	14.04.20	
UTE Parnaíba II	GUIMAR ENGENHARIA	Consultoria de engenharia	01.09.2013	29.02.20	
UTE Parnaíba II	STEAG ENERGY	Consultoria de engenharia	01.09.2013	29.02.20	
UTE Parnaíba I	GE International	GE Turbina e assistencia	30.05.2011	18.01.20	
UTE Parnaíba I	DURO Felguera	EPC	30.05.2011	03.05.20	
UTE Parnaíba I	DURO Felguera	EPC e Turbina e assistencia tecnica	30.05.2011	31.10.20	
UTE Parnaíba I	Guimar Engenharia	Serviços de consultoria de engenharia para	0 0	0	
		UTE Parnaíba.	01.06.2011	31.10.20	
UTE Parnaíba I	Biota Projetos e Consultoria Ambiental	Monitoramento Biótico	10.08.2012	09.08.20	
UTE Parnaíba I	CONSROD CONSTRUCOES RODOVIARIAS LTDA ME	Construção de heliponto e nova guarita	05.11.2012	04.06.20	
UTE Parnaíba I	BANCO BANKPAR AS	Bilhetes aéreos, passagens aéreas e locação de	-U		
		veículos	20.04.2013	19.04.20	
UTE Parnaíba I	BESSA & BARREIRA ADVOGADOS	Assessoria jurídica especializada em matéria	_0.07010	19.04.20	
		ambiental	03.01.2011	31.12.20	
		unipromidi	03.01.2011	J1,12,2(	

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Empresa	Fornecedor Objeto do contrato		Assinatura	Vigêno	
UTE Parnaíba I	GASMAR	Operação e manutenção do sistema de			
		distribuição	17.12.2012	16.12.20	
UTE Parnaíba I	ELETRONORTE	Serviços de manutenção e operação - om bay			
		de conexão	21.03.2013	20.03.20	
UTE Parnaíba I	EMS SILVESTRINI	Manutenção preventiva, preditiva e corretiva			
		industrial eletromecânica de equipamentos	04.04.2013	03.04.20	
UTE Parnaíba I	FACULDADES CATOLICAS	Proj. nv. modelo de negócio para			
		comercialização de energia no acl	05.02.2013	04.02.20	
UTE Parnaíba I	M CARTAXO LACERDA	Contratação de mão-de-obra especializada	03.06.2013	02.06.20	
UTE Parnaíba I	OGX MARANHAO	Compra de gás natural	01.01.2013	31.12.20	
UTE Parnaíba I	PETRA ENERGIA	Arrendamento da Capacidade Arrendada,	-	Ŭ	
		pelas Arrendadoras à Arrendatária.	01.02.2013	31.01.20	
UTE Parnaíba I	RH GLOBAL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	Serviços Especializados: Mão-De-Obra		Ü	
		Terceirizada	24.07.2013	23.07.20	
UTE Parnaíba I	VIP VIGILANCIA	Srv. de vigilancia desarmada e segurança	11-7	ŭ ,	
		patrimonial	10.08.2013	09.08.20	
UTE Parnaíba I	INST. AYRTON SENNA	Proj. implant. de prog. de gestão da correção			
0121411		do fluxo escolar e de gestão nas redes			
		municipais de santo antonio dos lopes e			
		adjacentes	18.06.2013	30.01.20	
TAUÁ	MPX Comerc. de Energia	Compra de energia	Diversos	Divers	
Comercializadora	Diversos	Venda de energia (***)	08.09.2009	31.12.20	
Comercializadora	Diversos	Compra de energia (***)	01.09.2009	31.12.20	
Comercianzadora	DIVCISOS	compra de energia ( )	01.09.2009	31.12.2	

- (\*) Os valores apresentados incluem compromissos assumidos pela controlada em conjunto Porto do Pecém Geração de Energia S.A., em montante equivalente ao percentual de participação da Companhia (50%).
- (\*\*) Os valores de compensação ambiental estão sendo considerados na medida em que os custos das obras são incorridos.
- (\*\*\*) Refere-se a operações de compra e venda de energia , com diversos fornecedores e clientes para o período compreendido entre 2014 e 2024 através de quantidades de energia e preços fixados. Com isto, os referidos preços de compras e vendas não estão sujeitos a flutuações do mercado de energia.

## 27 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado		
	2013	2012	
Danos materiais Responsabilidade civil	12.432.201 269.000	7.289.587 567.253	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### 28 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia toma suas decisões com base em quatro segmentos de negócios principais, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas, a saber: geração de energia, comercialização de energia, suprimentos e corporativos.

A atividade atual é gerenciada por um gestor principal, sendo este quem aloca e avalia o desempenho do segmento operacional. No caso da Companhia esse gestor é o Diretor Presidente.

Na medida em que seus empreendimentos progredirem, a Administração pretende reavaliar possíveis segmentações de negócios para prover o mercado com informações reais e qualitativas.

					31 de deze	mbro de 201 <u>3</u>
	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanço patrimonial - ativo	8.056.566	5.317	4.751.985	313	(3.149.193)	9.689.212
Circulante	596.950	477	141.242	10		747.842
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Títulos e Valores Mobiliários	166.960 294.396	457	110.156	10		277.583 294.396
Estoque Subsídios a receber - CCC Ganhos em operações com	78.376 30.802					78.376 30.802
derivativos Depósitos vinculados Outros ativos circulantes	26.416	19	4.171 38 26.878			4.171 38 62.477
Não circulante	7.459.616	4.840	4.610.742	303	(3.149.193)	8.941.310
Realizável a longo prazo Partes relacionadas Subsídios a receber -CCC Impostos diferidos Ganhos em operações com derivativos Depósitos vinculados	24.418 24.617 302.327		1.249.669		(746.067)	528.019 24.617 302.327
Outros ativos não circulantes	(15.175)	21	214.734		(206.528)	(6.947)
Investimentos			3.130.978		(2.189.125)	941.853
Imobilizado	6.805.744	773	12.634	303		6.819.454
Intangível	195.653		2.727			213.381
Diferido	3.427	4.046			(7.473)	
					31 de deze	embro de 201 <u>3</u>
	Geração de Energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanço patrimonial - passivo	8.065.730	5.317	4.751.987	313	(3.134.135)	9.689.212
Circulante	1.398.839		1.580.010	10	<u>(0</u> )	2.978.859
Empréstimos e financiamentos Fornecedores Perdas em operações com	845.930 327.743		1.562.211 3.473	1		2.408.142 331.216
derivativos Partes relacionadas Debêntures Outros passivos circulantes	225.165		112 14.215	(1) 10		112 239.389
Não circulante	4.156.224	22	703.232	501	(723.499)	4.136.479
Exigível longo prazo	1.0		,		<u> </u>	1. 0. 177
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Partes relacionadas Debêntures Perdas em operações com	3.146.961 9.591 995.147	22	655.417 - 34.489 5.239	501	(722.438)	3.802.378 9.591 307.720 5.239
derivativos Outros passivos não circulantes	4.524		8.087		(1.060)	11.551
Acionistas não controladores			·		123.633	123.633
Patrimônio líquido	2.510.668	5.295	2.468.744	(198)	(2.534.268)	2.450.242

						31 de dezen	ıbro de 201 <u>3</u>
	Geraç de Energ		nentos C	orporativo	Outros I	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	1.438.8	331					1.438.831
Custo de bens e/ou serviços							
vendidos	(1.506.2		(812)				(1.507.046)
Despesas operacionais	(43.3	75)	(12)	(123.701)	(173)		(167.261)
Outros resultados operacionais	(24.8	39)		(14.403)		557	) (38.684
Equivalência patrimonial				(469.179)			(153.012)
Resultado financeiro	(285.3	315)	32	(220.773)	(40)		(506.096)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	103.2	48		(114.400)			(11.152)
Participação de não controladores	1.7	29	238				1.966
Lucro/Prejuízo do período	(315.9	57)	(554)	(942.456)	(212)	557	(942.455)
<u>-</u>						31 de dez	embro de 2012
<u>-</u>	Geração de energia S	uprimentos	Corporative	Outros	Cisão/ transferências	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanço patrimonial ativo	6.563.847	5.040	3.642.48	<u> </u>		(2.171.772)	8.039.596
Circulante	533.146	558	234.24	<u> </u>		(2.040)	765.908
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Títulos e valores mobiliários Estoque Subsídios a receber CCC Ganhos em operações com derivativos Depósitos vinculados	312.468 21.345 3.441 142.687 17.561	546	206.26; 3.01; 3.	3			519.277 21.345 3.441 142.687 17.561 3.018
Outros ativos circulantes	35.644	12	24.928	3		(2.040)	58.544
Não circulante	6.030.701	4.482	3.408.23			(2.169.732)	7.273.688
Realizável a longo prazo Partes relacionadas Subsídios a receber CCC Impostos diferidos Ganhos em operações com derivativos	7.463 24.617 191.148		523.474 114.400			(388.085)	142.852 24.617 305.548
Depósitos vinculados Outros ativos não circulantes	32.999 22.070	20	102.649 430.34			(407.001)	135.648 45.433
Investimentos			2.215.10	<u> </u>		(1.381.152)	833.955
Imobilizado	5.550.640	416	19.34;				5.570.399
Intangível _	196.846		2.920			15.470	215.236
Diferido	4.918	4.046				(8.964)	

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

						31 de deze	embro de 2012
	Geração de energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Cisão/ transferências	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanço patrimonial - passivo	6.563.848	5.041	3.642.481			(2.171.774)	8.039.596
Circulante	1.173.710	25	947-342			(11.612)	2.109.465
Empréstimos e financiamentos Fornecedores Perdas em operações com	895.622 111.411	1	924.352 3.849				1.819.974 115.261
derivativos Partes relacionadas Debêntures	22.951 33.797	24	6.523 111			(9.572)	22.951 30.772 111
Outros passivos circulantes	109.929		12.507			(2.040)	120.396
Não circulante	3.482.796		125.547			(379.350)	3.228.993
Exigível longo prazo Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Partes relacionadas Debêntures	3.002.631 2.048 378.945		102.175 4.954			(378.515)	3.104.806 2.048 430 4.954
Perdas em operações com derivativos Outros passivos não circulantes	94·797 4·375		18.418			(835)	94.797 21.958
Acionistas não controladores						151.538	151.538
Patrimônio líquido	1.907.342	5.016	2.569.592			(1.932.350)	2.549.600
						30 de sete	embro de 2012
	Geração de energia	Suprimentos	Corporativo	Outros	Cisão/ transferências	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	26.686					60.885	89.571
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(19.294)	(501)			(4.040)		(23.835)
Despesas operacionais	(33.124)	(17)	(109.590)		(21.297)		(164.027)
Outros resultados operacionais	456		(8.615)		64		(8.096)
Equivalência patrimonial			(137.806)		(2.208)		(140.013)
Equivalência patrimonial Resultado financeiro	(46.134)	19	(137.806) (54.944)		(2.208) 22.333		(140.013) (78.726)
•	(46.134) 15.269	19			· · ·		
Resultado financeiro Provisão dos tributos		19 150	(54.944)		· · ·		(78.726)

# Informações geográficas

Os quatro segmentos acima descritos estão divididos geograficamente em três áreas distintas, conforme evidencia o resumo abaixo:

### • Sistema Norte-Nordeste

O Sistema Norte-Nordeste é composto pelas unidades de Itaqui Geração de Energia S.A., Porto do Pecém Geração de Energia S.A., Pecém II Geração de Energia S.A., Parnaíba Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba IV Geração de Energia S.A., Parnaíba V Geração de Energia S.A., Tauá Geração de Energia Ltda., Tauá II Geração de Energia Ltda. e Amapari Energia S.A.

A planta Itaqui, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Itaqui, no Estado do Maranhão, e sua capacidade de geração de energia será de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

Já as usinas termelétricas a carvão pulverizado Porto do Pecém Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A. estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidade instalada de 720 MW e de 360 MW, respectivamente.

Ainda na região do Ceará, encontram-se localizadas a Tauá e a Tauá II, empresas de geração de energia solar, que possuem licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW em conjunto, com duas unidades de 1MW, cada uma, já instaladas.

A Amapari, Produtor Independente de Energia (PIE) no sistema isolado, compreende uma usina termelétrica de geração de energia a partir do óleo diesel, localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.

Ocomplexo do Parnaíba de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. O Empreendimento já conta com Licença da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) e sua potência total é prevista em 3.722 MW. Neste complexo estão situadas as cinco empresas Parnaíba.

#### Sistema Sul-Sudeste

A mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, serão construídos os projetos termelétricos da Sul Geração de Energia e da UTE Seival, usinas que terão capacidade instalada de 727 MW e 600 MW, respectivamente, sendo que, a partir da integração com a mina de Seival Sul, terão o suprimento de combustível garantido por 30 anos.

## 29 Eventos subsequentes

Em 24 de janeiro de 2014, a 15<sup>a</sup> Vara Federal do Distrito Federal concedeu liminar às usinas Pecém I e Itaqui, suspendendo os pagamentos de indisponibilidade em base horária.

Fabio H. Bicudo foi eleito novo CEO da ENEVA e tomou posse em 17 de fevereiro de 2014.

Em 18 de fevereiro de 2014, a usina Parnaíba III foi autorizada pela Aneel para iniciar operação comercial da sua segunda unidade geradora (7MW), assim atingindo 176MW de capacidade instalada.

Em 19 de fevereiro de 2014, foi concluído um aumento de capital de R\$ 250 milhões na Parnaíba Gás Natural S.A., companhia coligada da ENEVA.

Em 20 de março de 2014 a Companhia informou ao mercado que o início de operação comercial da usina termelétrica Parnaíba II ("Parnaíba II") deverá ser postergado até o segundo semestre de 2014. A Companhia fez um hedge parcial de sua exposição ao mercado de curto prazo e, atualmente, analisa todos os aspectos do projeto de forma a acelerar o cronograma de implantação da usina. Adicionalmente, a ENEVA busca medidas regulatórias que a permitam mitigar os impactos da postergação do início de operação de Parnaíba II.

Em paralelo, a Companhia analisa alternativas para o fortalecimento de sua estrutura de capital, incluindo potencialmente a venda de ativos e/ou um aumento de capital. Até a presente data, a ENEVA não recebeu oferta vinculante ou assinou documentos relativos a estas alternativas, em linha com os processos em curso.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário

### Conselho de Administração

Jorgen Kildahl (Presidente)
Keith Plowman
Stein Dale
Adriano Carvalhêdo Castello Branco Gonçalves
Eliezer Batista da Silva
Luiz do Amaral de França Pereira
Ricardo Luiz de Souza Ramos
Luiz Fernando Vendramini Fleury

#### Diretoria

Eduardo Karrer (Presidente e Diretor de Relações com Investidores) Alexandre Americano (Diretor)

#### Gerente Geral de Controladoria

Carlos Renato Rodrigues Peixoto

#### Contadora

Ana Paula Vergetti Diniz CRC nº 087040/O-9